

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO – PPGEC

**CAMILA REIS TOMAZ**

ENCRUZILHADAS GEOPOÉTICAS NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA:  
TERRITORIALIDADES GUARDAS-PARQUES EM TERRITÓRIO CUNHAMBEBE

Rio de Janeiro

2021

CAMILA REIS TOMAZ

ENCRUZILHADAS GEOPOÉTICAS NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA:  
TERRITORIALIDADES GUARDAS-PARQUES EM TERRITÓRIO CUNHAMBEBE

Dissertação do projeto de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ecoturismo e Conservação.

Orientação:

Profª. Dra. LUIZA CORRAL MARTINS DE OLIVEIRA PONCIANO

Co-Orientação:

Prof. Dr. TIMO BARTHOLL

Rio de Janeiro

2021

## Dedicatória

À Pammella Casimiro de Souza, parceria de vírgulas, “quer um gato?”, viva o Djonga!  
À Hortência Vianna de Azevedo (Tia Têti, *in memorian*) e Vovó Julia, pelos caminhos.

À Amana, Pacha, Tukum, T’Challa e demais encantantes de outres de mim.

À RadioPonto, não permitiu falhar o verbo, firmou nossos passos.

Ao Terreiro, à Capoeira, ao Rap, ao Quintal, às Favelas e às Matas!

## Agradecimentos

Cada linha deste trabalho tem um verso, batatas-fritas disputadas amistosamente, um segredo e um brinde acontecendo ao mesmo tempo. E, por isso, agradeço a Maycom Lopes, Paulo Simplício, Ivan Cobra e Toshio, GPs INEA. Obrigada.

Não haveria pesquisa, ação e menos ainda pesquisa-ação-dançada não fosse Luiza Corral, Luiza Ponciano, Lu, a orientadora-amiga que escuta MC Poze pro drive funcionar, porque não importa a distância entre origem e inserção, o caminho é pelo afeto. É sobre isso. Muito obrigada, Axé.

Ao Coletivo Roça, primeiramente, por emprestar energias e tempo de um de seus integrantes para embalar esse movimento. Ao Timo, co-orientador atento aos ventos que se venta junto. Valeu por, nem sempre entender, mas sempre respeitar e buscar acompanhar. Vida longa à Roça!

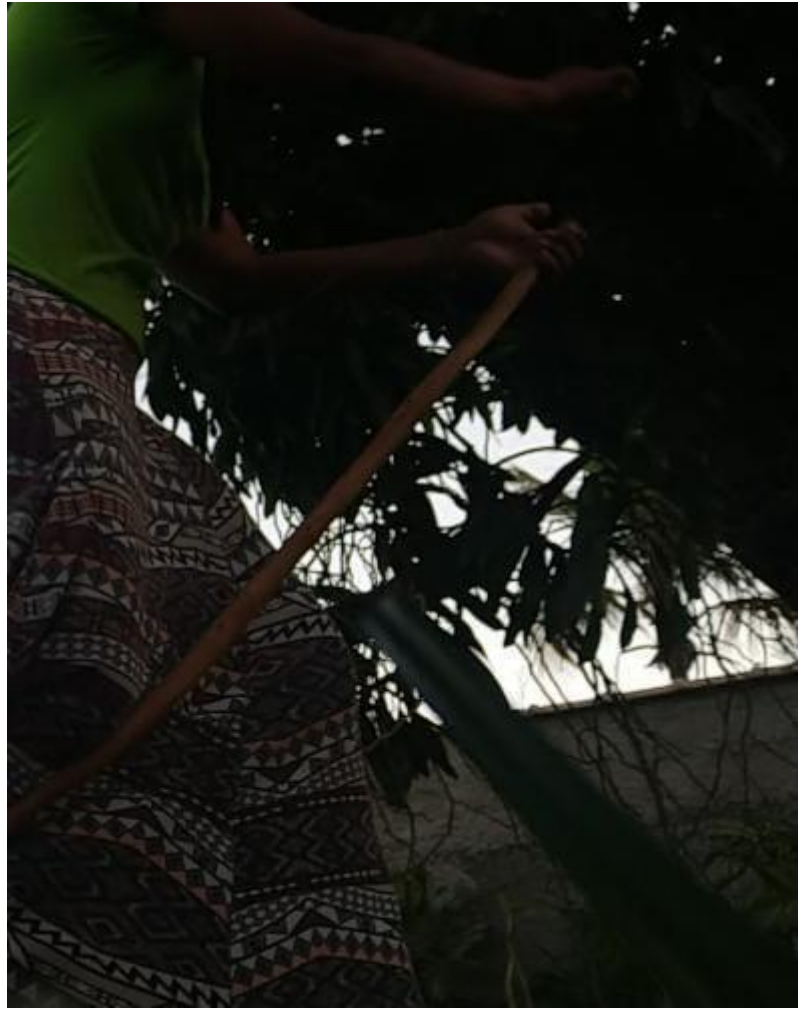
À *sitah* Danielle Martins pelos *raps* de cada dia, pelas *diss* por menos *diss* e por tudo o mais que envolve ser amiga-irmã MESTRANDA UERJ com foto na *diss*(ertação) porque... Tamo junta, mulher, abriga minha questão aí.

À Tainá Figueroa (NUTES - UFRJ), por somar nas correrias, nos trânsitos eternos de uma mente sem lembranças do vídeo de aniversário, que inclusive ela não apagou! Obrigada por todos os “Tá, britadeira, tá”! e também pelos “sim, mas depois diz o que eu aceitei?”.

Ao Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GESF-UNIRIO) por acreditarem, por partilharem, por caminharem, por serem Fresta da Fresta e fazerem de toda segunda (sábados, quartas) uma Festa! Bora Time! Boa noite! Liga Dizeres aí que em 5’ tamo on!

Ao Grupo de Trabalho Pesquisa e(m) Ação e ao Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG – UFF) por tanto desde o primeiro dia! Obrigada especialmente a Dani, Maria Lucia, Gundo (Y COSTAS), Ginno, Bronzi, Ricardo, Chris, Leila, Sirlane e Yana. Ao coordenador e querida referência, Rogério Haesbaert, pelo espaço, links-conselhos, livros doados aos GESF, muitíssimo obrigada. Ao Timo, obrigada, por mais essa!

Ao Danilo Cerqueira (UERJ) e sua família, rede de apoio imprescindível para o corre ser caminhado. Obrigada Danilo, Elma, Eliana, Paulo, Mocó, Marquinho e Zé.



É saber como chegar,  
e como sair, como ficar  
O mesmo pé que risca a roda  
mostra caminho pra jogar

É... de lembrar, Tupinambá  
Ê, Temininó e de África

(Já Estive Aqui - Natu R & R Alaafin)

## RESUMO

REIS, Camila Tomaz. **Encruzilhadas Geopoéticas na Conservação da Natureza: Territorialidades Guardas-Parques em Território Cunhambebe**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Os guardas-parques são hoje responsáveis pela mediação entre a ideia técnico-científica de Conservação da Natureza, institucionalizada, e a sua prática nas Unidades de Conservação. O contexto socioeconômico atual é de ataques às Naturezas corporizadas ou não, com queimadas por todo norte e centro oeste do território nacional, genocídio indígena, epistemicídios do sul global, machismo em todas as instâncias da vida pública e privada, racismo ambiental atingindo seres bióticos, abióticos e memórias, assim como a ininterrupta periferação de corpos pretos e LGBTQIA+. Aqueles que, destinados pelo Estado às práticas de des-re-territorialização de áreas de relevante valor ecológico (e quem estiver nelas), ao entrarem em contato com o meio e seus componentes, podem reagir à Conservação de forma diferente daquelas pressupostas pela legislação e pelo meio acadêmico. O objetivo desta pesquisa, com princípios orientadores da pesquisa-ação, é identificar as noções de Conservação da Natureza presentes nas práticas identificadas como práxis territoriais protagonizadas por esses sujeitos. A partir de uma abordagem ética, política e Geopoética das territorialidades construídas pelos e com os guardas-parques em função, foram vivenciadas práticas pensadas e promovidas pelos guardas-parques a fim de conhecer os saberes presentes, objetivando a construção coletiva de uma frente de práticas situadas e emancipatórias de Conservação da Natureza para a região. Essas vivências foram analisadas sob a luz de uma Encruzilhada Geopoética, método proposto a partir do encontro de saberes, fazeres, tempos, espaços e formas de tratamento dos dados. A pesquisa, de caráter qualitativo, se desenvolveu a partir dos seguintes métodos de geração de dados: levantamento bibliográfico, análise documental e ações observadas e vivenciadas junto aos sujeitos em pesquisa. Enquanto pesquisadora-observante da (re)produção de conhecimentos na academia, este processo foi descrito e analisado a partir de Escrevivências. Durante a pesquisa e ao final dela, foram construídas coletivamente propostas de práxis pedagógicas em prol do entrelaçamento de resistências à degradação ambiental por funcionários do Parque Estadual Cunhambebe, Unidade de Conservação localizada na região mercantilizada como Costa Verde.

**Palavras-chave:** Cunhambebe, Território, Geopoética, Escrevivência, Unidades de Conservação.

## **LISTA DE SIGLAS**

**APA** - Área de Proteção Ambiental

**APAMAN** - Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba

**EA** – Educação Ambiental

**GPs** – Guardas-Parques

**Inea** – Instituto Estadual do Ambiente

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LGBTQIA+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**ONG** - Organização Não Governamental

**PEC** – Parque Estadual Cunhambebe

**PL** - Projeto de Lei

**PM** - Plano de Manejo

**PNAP** - Plano Nacional de Áreas Protegidas

**PNEA** – Política Nacional de Educação Ambiental

**PPGEC** - Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**UCs** – Unidades de Conservação

**UNIRIO** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

1. Introdução: “abram-se os caminhos!”	5
1.1. Escreviver Natureza na academia: “necro vem de carne morta, me chame de <i>preta</i> ”	9
1.2. A pesquisa na ação: “Universo em Desencanto, vamo! O Tempo está se esgotando”	14
2. Objetivos: “enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou”	22
3. Metodologia: “tô desenhando um coração onde todo dia apagam um monte”	23
4. Embasamentos: “da educação, rebeldia / tô muito bem de chinelo”	27
4.1. Conservação da Natureza: “e a palavra amor, cadê?”	33
4.2. Cunhambebe, mediador, guerreiro, fresteiro: “mente visionária, faz acontecer”	36
4.3. Geopoéticas d’um Território Ancestral: “Tupinambá é pai de terreiro ”	43
4.4. Conselho Cunhambebe: “eu quero ver quem fica, eu quero ver quem sai”	51
5. Tempos de criações: “até ter o dom de te encantar, tá?”	62
5.1. Escrevivências d’uma Encruzilhada Geopoética: “no romper da madrugada”	63
5.2. Práxis Geopoéticas pela Conservação: “ter meu swag, teu sonho”	69
5.3. Encantar-se Cunhambebe: “coragem, mana, coragem, irmã!”	80
6. Considerações “finais”: Cruzar o Terreiro / E levar todo mal / Com a sua marola”	87
7. Referências bibliográficas: "humano demais pra não aprender com isso aqui"	92
8. Apêndices: “se tiver mandado, volta de ré	99



## 1. Introdução: “abram-se os caminhos!”<sup>1</sup>

“Agora que tenho sua atenção / Mostro quem são o joio e o trigo / Se causar tensão / Podem vir de comboio, num ligo/ Dito pelo não dito num digo /Não tô com rei escrito no umbigo / Mas se quer competir tão frito, cozido /Porque eu só compito comigo (Amiri - Nós no Topo)<sup>2</sup>

Peço licença.

Esta é uma pesquisa de caráter predominantemente qualitativo, cujo objetivo se dá tanto a partir de uma pergunta de pesquisa original quanto do diálogo desta com as inquietações dos sujeitos em pesquisa. Os referenciais teóricos foram escolhidos prezando por lugares de fala próximos, assim como por autores cujo alinhamento político e epistemológico se desse para além do recorte utilizado, sem que por isso se perdesse em qualidade para o debate. Ainda assim, serão convidados autores de origem europeia ou do Norte Global, com perspectivas emancipatórias próprias que, em diálogo com a pesquisa, podem colaborar com a construção e o fortalecimento de um outro fazer Ciência(s).

Adiante, os textos elaborados em linguagem próxima ao padrão acadêmico, rebuscado para uma mesa de pensão a frente da sede da Unidade de Conservação (UC) escolhida para campo de investigação, estão costurados por Escrivências, que marcam o processo do pesquisar e as transformações que ocorreram na pesquisa e na pesquisadora. A escolha por este formato de apresentação se deu tanto pelo absoluto desinteresse da pesquisadora em construir um documento puramente de registro, inacessível àquelas e aqueles que fizeram parte dessa construção, quanto em uma profunda intenção de expor a contraposição da escrita colonial, ainda hegemônica, e a própria, sendo a autora afroindígena, um corpo-capoeira de Asé.

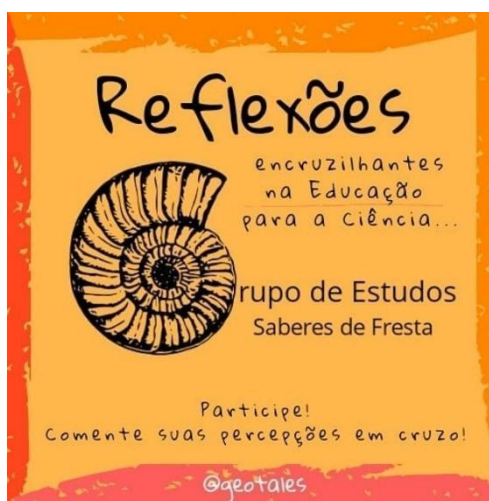
O uso do “nós” na agência do pesquisar se dará por todo o texto pois, apesar do protagonismo ter sido da pesquisadora que assina o texto principal, não por isso a agência de cada Guarda-Parque, cada integrante do Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GESF - UNIRIO), do Núcleo de Estudos Cultura Popular e Sociedade (NECPS - UFRJ), do Grupo de

---

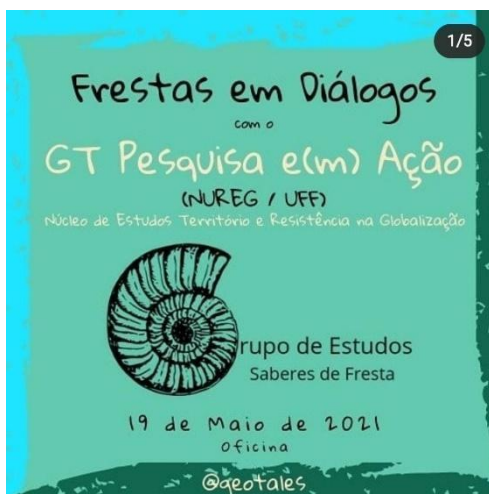
<sup>1</sup> Música “Rito de Passá” de Mc Tha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PRAx8dgvPAo>.

<sup>2</sup> Música “Amiri” de Apollo/Rude Bwoy. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M2Gff3oA4SU>.

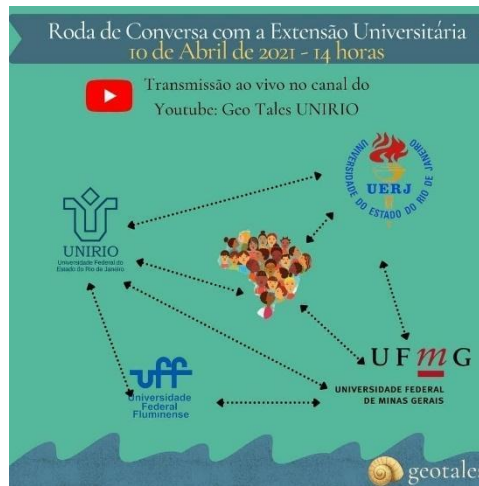
Trabalho Pesquisa e(m) Ação e do Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG - UFF), dos *rappers* amigos e dos orientadores que construíram junto o que, em última análise, se apresenta a partir daqui.



**Figura 1.** Chamada à participação GESF. Fonte: Acervo GeoTales.



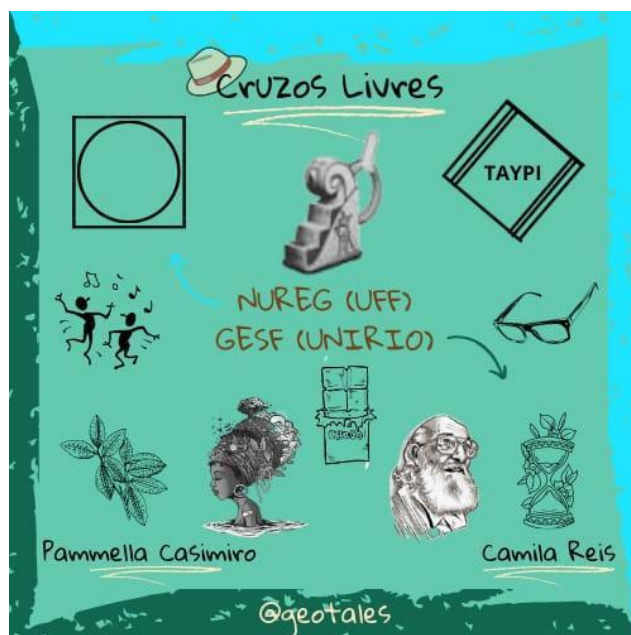
**Figura 2.** Registro da visita GESF ao NUREG. Fonte: Acervo GeoTales.



**Figura 3.** Ação GESF, UFMG, UERJ e UFF. Fonte: Acervo Geotales.



**Figura 4.** Integrantes GESF mapeados. Fonte: Acervo GeoTales.



**Figura 5.** Registro do Encontro com o NUREG (UFF). Fonte: Acervo GeoTales.

O primeiro capítulo se destina a introduzir a pesquisa, apresentar a pesquisadora e as demais vozes presentes no estudo e a contextualizar o processo vivido neste registro documental-técnico-científico-artístico. A ele se seguem os objetivos, alterados e construídos em parte durante a pesquisa e não antes dela, como o comente indicado, tendo em vista o que foi dito anteriormente. O terceiro capítulo traz os conceitos que fundamentam a pesquisa, o pesquisar e a análise dos resultados, apresentando autores e conceitos, a fim de ambientar quem lê ao debate que se apresentará nos resultados e em suas discussões. O quarto capítulo enumera e descreve os métodos escolhidos e suas adaptações para a realidade da pesquisa em questão e para o pesquisar-agir em exercício, assim como nos posiciona politicamente nas frestas de uma Ciência hegemônica e, nele, nos reafirmamos resistência à construção em si (“mesmada”) dos fazeres em pesquisa e na reprodução dos conhecimentos de interlocutores desta. Consideramos como resultados dessa pesquisa desde o formato final de apresentação da mesma para os pares, isto é, o presente texto, passando pelo que apresentamos no capítulo intitulado Resultados, chegando até às criações artísticas-técnicas-científicas presentes nos apêndices. Estão nessa parte os dados gerados coletivamente em ações pelos e com os sujeitos em pesquisa, como as cartilhas elaboradas coletivamente e em diálogo com Grupos e Núcleos de Estudos, oficinas no PEC com os GPs e os Grupos de Estudos (Saberes de Fresta - GESF, anteriormente em formato reduzido, um Pré-Mestrado). O uso destes dados foi autorizado e os conteúdos foram revisados por estes mesmos sujeitos, que publicam junto o que foi criado coletivamente. O último momento textual corrido é como um alinhavar, como dizia minha vó

Julia, ao firmar temporariamente uma costura de pano de prato novo, colorida, em linhas de crochê, enquanto ensinava a transformar o mundo pelas cores por ser “assim que se faz, *pro* pano ser um pano-de-prato” (figura 6). A pesquisa não acaba em nossas considerações “finais”, e a ação gerada por estes movimentos muito menos. Os apêndices são o início da continuidade, como a ancestralidade ensinou.



**Figura 6:** Vovó é tipo música, entrelaça o Tempo. Fonte: Acervo pessoal.

Todo o texto está, como os pontos do crochê da Figura 1, numa encruzilhada em que se encontram linhas de cores, espessuras e origens diferentes. São elas as referências científicas, músicas e tradições-orais criadas em sua grande maioria por cantores, intérpretes e compositores pretos, periféricos e / ou corpos-assentamentos<sup>3</sup> e demais pesquisas e pesquisadores envolvidos.

Durante todo o texto, a opção será pelo uso do gênero neutro representado pela letra “e” quando a referência for um coletivo ou plural de sujeitos. Isto porque, apesar de reconhecer a relevância do uso do feminino a frente do masculino, a autora parte do lugar da raça como categoria inicial de análise, e, enquanto afroindígena, compreende que os corpos-territórios originários e tradicionais em suas cosmovisões próprias precisam primeiro sobreviver e isso se faz juntas. Incluso LGBTQIA+s pois “uns quer humilhar gay, mas entre amigos é ‘e ae viado’, coisas do Brasil, tipo preconceito velado” (Coruja BC1, 2020).

---

<sup>3</sup> Por Rachel Cabral da Silva em fala durante o Festival do Conhecimento UFRJ 2021. ver mais em <https://www.youtube.com/watch?v=OLUsix2mhEA>.

O uso da palavra Natureza se dará em minúscula sempre que se tratando da origem, forma e/ou qualidade de algo ou citação direta, e em maiúscula em qualquer outra situação. Logo, seja quando em menção conceitual, seja ao tratar de ambientes lidos naturais, elementos bióticos e abióticos em relação ou do Planeta Terra, o uso como nome próprio se dará em reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos. Assim, reverencio e peço fazendo coro com Arlindo Cruz<sup>4</sup> e compasso ao Jongo da Serrinha, “Sua benção mãe, me alimenta”, à Natureza que me antecede, habita e continua, à que “Me trouxe ao mundo pra viver”, agradeço e, humildemente, retorno.

### 1.1. Escrever Natureza na academia: “necro vem de carne morta, me chame de *preta*”<sup>5</sup>

“De vez em quando um abre a boca sem ser oriundo,  
pra tomar pra si o estandarte da beleza, a luta e o dom. Com  
um papo tão infundo... Por que tu me chamas se não me  
conhece?” (Por que me chamas? Xenia França)<sup>6</sup>

Eu sou Natureza. Não digo isso por não viver na cidade ou não falar o idioma de quem colonizou meus avós, ou por conhecer o nome dos ventos, das marés e das pedrinhas que rolam nos rios. Eu sou a Natureza nascida e criada na cidade, mas jamais domada por ela ou pelos feitos seus. Sou uma daquelas que se lembra que “não é do nada que a chuva vem” (ONNI, 2021) e ouve as vozes e o que sussurram os ventos, levam para si as marés e quanto (se) expressam as pedrinhas (de Aruanda ê!). Luiz Rufino (2019; 2021) diz que sempre tivemos nossos saberes ancestrais presentes: tá dentro, tá fora, tá em volta... Estão no lembrar. Para o autor, nós, corpos-capoeiras (**Figura 7**), que cantamos a vida convocando respostas éticas e comunitárias a quem nos escuta, somos corpos que lembram como se narra. E, apesar das “cognições desmanteladas” pelo projeto colonial, retomamos a presença do ser, expressando integralmente a maneira como nos colocamos e vemos o mundo. Em mim, essa memória se materializa no ouvir a melodia das Pedreiras que assistem o cotidiano, em saber reconhecer o Encanto da Maré mesmo quando baixa, em convidar a dançar as palavras, que, se boas, curam como o vento, como anuncia para quem se esqueceu ou nunca o soube, Ailton Krenak (2021).

---

<sup>4</sup> Música “Mãe” de Arlindo Cruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i4ZVXSSPjEc>

<sup>5</sup> Trecho de “Insígnia Sagrada” de Angola e Sant, adaptação nossa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HcZ3c03i708>

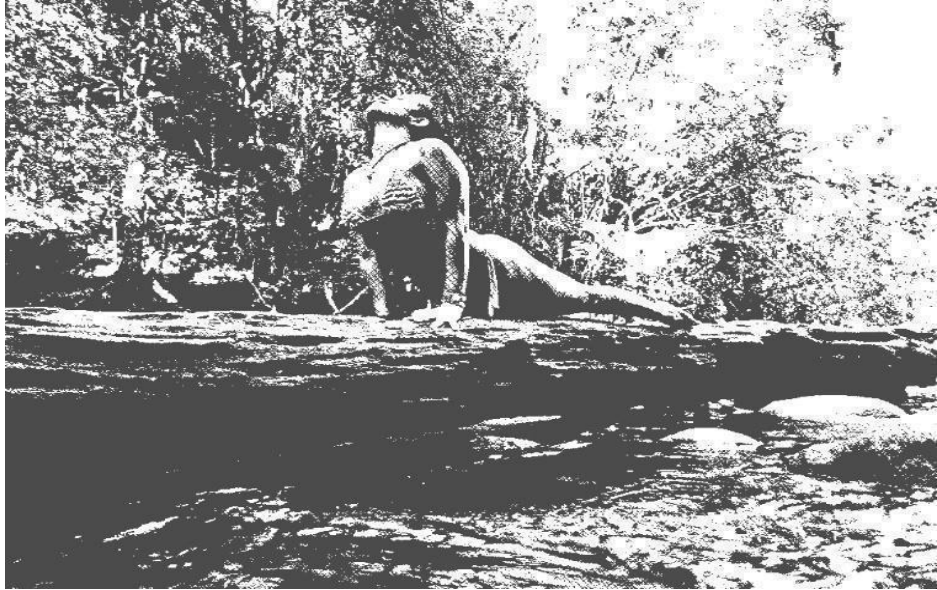
<sup>6</sup> Música “Por que me chamas?” de Xenia França. Disponível em: <https://youtu.be/ZEpV3C1JO60>



**Figura 7:** Viola em uma tarde útil. Fonte: Acervo Pessoal.

E é dessa memória, movimento e escuta que vêm os desconhecimentos, as inquietações, o não saber o que é que não é Natureza, isso que chamam de “Outro”. E vêm também as perguntas que, quando me vi precisando escolher o que fazer “da vida”, me levaram a entender que já fazia e, crescida subindo em árvores, escalando muros e cercas, dormindo na grama e seguindo as estrelas para encontrar os caminhos de casa, me fiz Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Inserida no sistema de infinitas normas e espaços pré-definidos para a realização dos movimentos também pré-estabelecidos, questionando a lógica do consumo de corpos-mentes-territórios supostamente sem histórias, padronizados em modalidades uniformizadas, de acordo com o que dita o mercado no momento, assim como profundamente inquieta com a normatização da ânsia pela performance, busquei a expressão dos corpos e de suas Naturezas originárias (encontrada na disciplina Folclore) em formações adicionais...

Instrutora de ioga, yoga, práxis psicofísicas do auto(re)conhecimento de si enquanto parte integrada, integrante e indissociável do Todo que habita e te habita, me vi fugindo de estúdios e salas fechadas para ensinar (ou convidar a lembrar). Praias, florestas, montanhas à beira mar. Todas estas foram minhas Mestras, e nossos lugares de memória, recebendo a mim e minhas turmas por anos a fio, para (nos) ouvir (calar, e à elas) o que tinham a dizer. Como discute Rogério Haesbaert (2020) em seu mais recente trabalho, eu, potencialmente des-re-territorializada de minhas memórias ancestrais pela Cidade, pelo Estado e por seu poder, fui, como Liniker Barros (2019), filha das águas como toda mulher, nas escassezes dos desertos que me foram oferecidos como novos espaços de ser (Apêndice S), me fiz Serpente sob o Sol e, mais forte, me reergui (**Figura 8**).



**Figura 8.** Natu. Foto por Marcos Santana. Fonte: Acervo Pessoal.

Finda a graduação, formada instrutora e cada vez mais encucada com os nomes que davam ao que eu fazia, a como eu vivia, ao que eu via e ouvia, busquei saber quem dava os nomes e o que pensavam esses ao renomear tudo que já existia e sabia falar por si, bastava saber ouvir. Chamavam inteiros de “Meio”, parentes de “recursos”, vida de “Capital”. Compreendido que os Mestres e Doutores eram também estes, os des-re-territorializadores e validadores da linguagem no campo dos saberes que (re)produziam as realidades na Cidade (Apêndices X), busquei uma Pós-Graduação que compreendesse meu intuito: a Conservação da(s memórias de nossa) Natureza e práxis integradas à ela (que em partes, chamam Ecoturismo por aqui). E lá, me contaram que minhas angústias com o que sentia e nem sempre conseguia me fazer entender na Academia (porque aqueles que não viveram nada disso não sabiam) eram as tais perguntas de pesquisa. E que, Mestre, eu poderia retomar alguns desses nomes.

Foi na Academia que compreendi a compartimentalização do saber como forma de dominação, semelhante, se não uma forma de continuidade, da fragmentação a qual Orlando Fals Borda (2009) faz oposição com o Sentipensar, que afasta da razão o afeto, o reconhecimento do outro, a não-objetificação do que não se conhece ou compreende. E percebi que justamente essa Academia é que se propunha a discutir a Conservação do que eu reconhecia, assim como Omar Giraldo & Ingrid Toro (2020), enquanto complexo de afetos múltiplos, relações constantes e saudáveis só quando coletivas e, por isso, reconhecidamente interligadas.



A Outremização, nome que Toni Morrison (2020), escritora preta norte americana, educadora e pesquisadora de si no outro, deu a esse processo de não nos vermos em nada que não é “nós”. Mas não o nós de África, o nós de *ubuntu*, de coletivo que hoje se vê nas favelas, nos guetos, e nas resistentes e insistentes aldeias e quilombos. Mas o nós recortado, individualizado, imposto por um sistema que cresci entendendo como voraz, e na academia aprendi o nome: neoliberalismo. Aprendi também que voraz o define bem.

Byung-Chul Han (2017; 2018) explica em suas proposições filosóficas sobre o Eros e a Psicopolítica, prática de um neoliberalismo vigente e extremamente perigoso porque sutil nas práticas aparentes, que a Sociedade do Consumo é narcisista, depressiva e solitária. A Academia também. E o que consome a Academia? Me perguntei logo que notei: Nós. Mantenedor da academia como ainda a conhecemos, que para Giovana Xavier (2019), é uma estrutura potencializadora de poderes, hierárquica, de classes, está o Neoliberalismo. Essa cria do bicho homem colonizador, voraz de si, se dá de tantas formas que foi justamente na universidade onde comecei a aprender o que é o Outro de mim, não o outro da multiplicidade, positiva, mas o que se renega Natureza e o que não se sustenta, porque voraz e faminto do que faz “Outro”, deseja consumir o que sou eu. Só que, não é por esse ser Academia ter fome, que esta Natureza se fez presa. Inspirada por Timo Bartholl (2018), fiz de meu fazer Ciência, ferramenta de luta.

Eu sou Natureza e, apesar dos ataques, resisto porque não se é Natureza sem se ser coletivo. E esse foi o primeiro saber, que óbvio *pra* mim e, aparentemente estranho à Academia, tornei fazer. Assim, surgiram os Grupos de Estudo, as Oficinas, os Cursos e as Escritas Coletivas que estão nos resultados e nos apêndices deste trabalho. Sempre fui coletivo, nunca precisei caminhar só *pra* me reconhecer protagonista dos meus passos. Não sofro dessa insegurança, me reconheço orgulhosamente parte, por inteira. Então, quando eu digo “eu”, daqui pra frente, peço que me leiam nós. Pois, apesar de Cientista formada na Academia, tentei impedir que me calassem os ventos, que me fazem movimento. Nessas linhas, toda construção é um canto, verbalizado em uníssono com as irmãs que encontro no espaço-tempo ancestral de busca, que falam junto comigo, de um quilombo epistemológico que precisei buscar para sobreviver onde a colonização é rotina. E, por essas e algumas outras, os cruzos que trago aqui da Ciência com as sapiências e sabedorias feitas outras vem convidar ao (re)encanto como fazem aquelas e aqueles que convidaram antes de mim a Ciência a dançar, como Lara Sayão (2020) e Nei Lopes & Luiz Antonio Simas (2020).

No trabalho que começo a justificar (porque é assim que funciona *pra* gente preta, a gente justifica primeiro, apresenta depois), como Conceição Evaristo (2017), não falarei só por mim. Já o digo pois não tenho qualquer pretensão em assumir um trabalho feito à muita escuta, partilha e soma, sozinha. Teria até vergonha. A pergunta é minha, a escrita também. Todo o resto é um fazer-pensar coletivo, verdadeiramente orientado, por duas pessoas lidas brancas, que souberam convidar e caminhar ao lado por uma Ciência em que caibo, me reconheço e posso existir, sem jamais me pedir que deixasse de ser ventania. Assim como os grupos de estudo que fiz parte, seja coordenando, seja visitando. E, sem dúvida alguma, essa pesquisa tem muito de cada guarda-parques e de suas Naturezas e as que com eles se relacionam, que me coordenaram e visitaram em incontáveis momentos. Este estudo tem vozes de dentro, de antes, de hoje e que, estimo, convida vozes amanhã.

Entrei no Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação certa de que investigaria práticas da Cultura do Movimento e suas linguagens de forma que, em algum momento, auxiliasse na reintegração dessas práticas à movimentação natural de nossos corpos-mentes em meios que nos originaram. Entretanto, depois de muitas tentativas de fazer encaixar um saber dos meus no espaço que me foi oferecido, compreendi que não se venta no vácuo. E, assim, fui em brisa mansa cruzar caminhos com a Geopoética. Não a proposta por Kenneth White (19-?), mas a repensada a partir do sentir, pensar, falar e mover sobre a Terra de dentro-fora para fora-dentro das feminilidades, como a Lava dos vulcões de Liniker Barros (2018; 2019), e seus recomeços férteis (Apêndice S), numa pesquisa que despertou junto aos convites afetivos de Luiza Ponciano (2018) e Liláz Santos (2019).

Nesse processo de construção de uma pesquisa sobre as relações com e enquanto Natureza, já no local escolhido, com meus caríssimos colegas de pesquisa, as e os guardas-parques, percebi que não só a Geopoética me conduzia aos cruzos espaço-tempo que buscava, quanto me auxiliou a identificar os diversos aspectos do Movimento presentes em minha inquietação, me reinserindo onde busquei estar, nas chamadas Ciências Ambientais, sem com isso me assaltar a origem. A forma como, na Academia, eu precisava explicar muitas vezes como eu via o chegar ao espaço do outro, porque cuidar no falar com o outro, como buscar se ver no outro sem com isso sentir-se no direito de falar por estes outros se dava também no trato dos guardas-parques com cada pesquisadora e pesquisador que chegavam aos seus locais de trabalho. A ética do cuidado que aprendi com os corpos-territórios-terreiros, nos terrenos e quintais da infância, reconheci em meus colegas em pesquisas, ensinada pela práxis na Conservação da Natureza, o que incluíam todas e todos nos espaços protegidos. A

partir daí, compreendi que meus dois anos de Ciências Ambientais seriam com aquelas e aqueles que, profissionais da Conservação da Natureza, aprendiam a compor, contextualizar e proteger um Ambiente atacado da memória à matéria.

A Escrivência, de Evaristo (1995), abre caminhos *pra* outras como eu, outros como os meus, outros que chegam e pedem (por que ainda se precisa pedir?) espaço para ser gente, para não ser o Outro. Nesse trabalho, ela me apresenta e, indissociavelmente, apresenta a pesquisa. Não o fiz para servir de introdução, de relato de experiência ou como método a ser descrito, mas sim enquanto ato político de reconhecimento e registro, como toda a pesquisa, do outro que vive em mim, que fala comigo e, por vezes, precisa falar por mim. Recebo e partilho essa pesquisa, (con)fundida às vozes, corpos e sentires que me habitam.

## 1.2. A pesquisa na ação: “Universo em Desencanto, vamo! O Tempo está se esgotando”<sup>7</sup>

“Disseram que sabiam das coisas

Mas no entanto

Não sabem de coisa nenhuma”

(Tim Maia)<sup>8</sup>

Os Guardas-Parques (GPs), Guardas Ambientais (a nível de espaços protegidos sob gestão municipal) e Agentes de Defesa Ambiental (como são chamados hoje ocupantes do cargo guarda-parque), exercem a função de proteger, promover e defender a Conservação da Natureza no principal instrumento legal para tal, as UCs. Áreas de Proteção Ambiental (APA), parques, refúgios e reservas desencadeiam tanto quanto são frutos de processos de des-reterritorialização de florestas, zonas costeiras, moradas de comunidades tradicionais, abrigo de espécies ameaçadas e memórias ancestrais. Independente da construção de sedes ou da publicação dos planos de manejo, os GPs estão presentes nos territórios agora chamados “de conservação”, representando normas de usar, ocupar e se relacionar com esses espaços. No Parque Estadual Cunhambebe (PEC), recorte desta pesquisa, um grupo de GPs foi enviado para o que viria a ser o entorno do parque e proximidades da futura sede 3 anos antes de existir essa sede e 4 anos depois da implementação do parque, que se deu no ano de 2015. A significação do que é uma UC e, ainda de proteção integral, ficou ao encargo deste grupo. Suas funções iniciais foram fiscalizar e promover a educação ambiental (EA), do lugar de GPs do PEC, tendo ou não a materialização do parque (DA SILVA; DA SILVA, 2015). A EA,

---

<sup>7</sup>Música “Preto Hi-Tech” de Tiago Mac e Angola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i1uZg7HbIEk>.

<sup>8</sup> Música “Universo em desencanto” de Tim Maia. Disponível em: [https://youtu.be/BlyU7E\\_LrAc](https://youtu.be/BlyU7E_LrAc)

pressuposta para a realização da prática do Ecoturismo, como política pública para ensino formal e não formal e como caminho para conservação, para além de uma atitude pontual (PNEA, 1999; SNUC, 2000), foi e ainda é, o cartão de visitas do parque, nas ações e divulgações das UCs em mídias diversas. Contudo, sabemos que ela tanto pode ser instrumento da racionalidade e do sistema dominantes quanto caminho de afeto e estratégia de resistência a eles (LAYRARGUES, 2006; CARVALHO, 2012).

Atualmente, este tipo de enfoque é ainda mais relevante, num contexto em que a Natureza vem sofrendo sérios e profundos ataques em âmbito político nacional, inclusive com a ameaça da perda do Ministério do Meio Ambiente (o mais próximo que temos de uma entidade representativa de direitos humanos e não humanos integrados) e a perda do Ministério da Cultura (que, desde já, combinamos entender como construção a partir da Natureza que também somos nós) no início da gestão do atual governo. Boff (2010), Acosta (2016) e Krenak (2019) nos apresentam a realidade, chamando atenção para o fato de nunca antes ter sido experienciada condição semelhante pela humanidade, e alertam para a urgência da mudança no modo dominante nesse modo de viver. Da forma que vivemos hoje temos os dias contados, tanto os nossos quanto os da diversidade (bio, etno, socio...) como um todo. Na Conferência Mundial de Estocolmo (1972) os problemas ambientais já foram tratados como questões para além de fronteiras e organizações locais (ACOSTA, 2016) e na Rio 92 (1992) firmou-se definitivamente como global a questão ambiental (REIGOTA, 2002; HERNÁNDEZ, 2020). Após haver destruído muitos mundos e ver o próprio mundo mundo-todo-global, recurso de poder do homem branco, ameaçado, sob risco das fronteiras do capital encontrarem limites para a sua incessante expansão, esse mesmo homem branco destruidor-de-mundos se auto-autoriza em ser o suposto salvador daquilo que vem destruindo e não pára de destruir. Dos extrativismos ordenados pela irracionalidade econômica de um suposto plano B - onde ao se findar os chamados recursos naturais, se busca outro planeta, por exemplo - aos extermínios dos povos originários, tradicionais e culturas conservacionistas pela própria ontologia que as embasa, o ordenamento é de desordem para aquelas e aqueles feitos Outros, de gente à árvore. Portanto, a EA que embasa as práxis dos funcionários do PEC é de extrema relevância para a construção, fortalecimento ou mediação da ideia de Natureza daqueles que visitam ou interagem de alguma forma com o território protegido. O que, neste caso, fica sob responsabilidade dos GPs.

Scarano (2019) acredita que a luta socioambiental precisa estar pautada em relação dialógica entre arte, cultura, ciência e tecnologia. Couto (2011) entende que a ciência e a arte

são complementares ao discurso de quem pesquisa e vive, afirma ainda sermos parte de um Ambiente inteiro e, como Souza (2020), problematiza o termo comumente utilizado para definir parte da Natureza, como Meio Ambiente. Para Freire (1979), a humanidade cria cultura ao se relacionar, ao estabelecer relações, criar e decidir sobre seu mundo. Somamos nossa voz a do autor que, assim como Saquet (2020), parece acreditar ser a cultura, em diálogo com os problemas socioambientais, um constante transformar e interagir com o ambiente, ciclicamente transformando e sendo por ele afetado, uma permissão e busca por afetar pelo contexto em que se vive, para melhor compreendê-lo, estabelecendo relação dialógica enquanto parte integrada.

Em 1981, se entendeu como necessidade proteger e defender o meio natural de forma sistematizada. Falava-se em uma abordagem desde os primeiros anos escolares, segundo a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), cujo convite ao ensino da Educação Ambiental (EA) se estenderia a todas as séries. Em 2015, tramitou um Projeto de Lei do Senado (BRASIL, 2015) propondo a inclusão da EA como disciplina obrigatória na Base Nacional Curricular. Em 2018 a lei foi aprovada, entrando em vigor no ano de 2019, ainda que a realidade encontrada nas escolas seja de certo despreparo dos professores (REIGOTA, 2002; FERREIRA, 2012), o que comumente é resolvido em aulas-passeio em UCs, onde GPs guiam os estudantes por trilhas interpretativas (Apêndice A), por exemplo. Soares (2016), ao falar sobre as formas de abordagem na educação de crianças brasileiras, anuncia uma redescoberta da Natureza como era vista há três séculos, atravessada por um ideal de bondade, valores regenerativos e educativos voltados a reaproximar a humanidade de sua natureza. A autora ainda considera que a percepção e construção da ideia de Natureza está atrelada ao contexto sociohistórico vivido pelos sujeitos. Sobre o início do século XX, a autora comenta a arquitetura das escolas públicas e o olhar higienista e utilitário para os prováveis serviços da Natureza à saúde, à educação dos corpos e ao lazer.

O PEC, como UC locada na categoria de proteção integral, pressupõe a não-existência de moradores na área interna ao perímetro destinado a ser reconhecido como Parque. Entretanto, assim como em Russeau (2011), o entendimento do órgão gestor do Parque, pelo principal instrumento de gestão territorial das UCS, o Plano de Manejo (PM), parece ser que a Natureza se configura a partir da contraposição ao que pode ser de alguém, em âmbito privado. Logo, o Estado, ainda que como conjunto de indivíduos representativos do todo, pode se apropriar do espaço e exercer poderes sobre ele e sobre os indivíduos que nele vivem. Entretanto, a posse e a alteração do espaço que se categoriza como Natureza fica deste modo à

disposição e à agência do Estado. Conseqüentemente, a EA como sistematização, a partir do Estado, de conhecimentos específicos definidos externamente ao território envolvido, voltados para o exercício de uma cidadania pensada por esse mesmo Estado em UCs, tende a perpetuar ainda que implicitamente a perspectiva dicotômica de humanidade e Natureza, além da noção de posse como fronteira entre elas.

Como o Brasil vem lidando com a ideia de Natureza dialoga com a preocupação de Layrargues (2006) acerca da criação, manutenção ou mesmo interpretação de uma EA, supostamente destinada a mediar conhecimentos *sobre e enquanto* Natureza, como agente mantenedor da visão hegemônica do sistema. Assim como apresenta o levantamento feito por Soares (2016) sobre o papel da Natureza na recuperação dos corpos durante o início da urbanização da cidade de São Paulo. Freire (1979) e Saquet (2020) acreditam, como caminho contra hegemônico viável, na análise do meio político-cultural de sujeitos educandos, a fim de oferecer práxis pedagógicas operantes nas distintas realidades.

Nos Apêndices X debatemos a importância do Encantamento da Cidade (Simas, 2019), das ruas e, assim como no dos corpos. As UCs, território entre áreas urbanas, de certa forma têm a responsabilidade de encantar pelo afeto ambiental, seja pela tal “beleza cênica” mencionada nos Planos de Manejo (PM), seja pelas ações de EA que apresentem o Parque como lugar de Natureza, em contraponto ao urbano, seja para estudantes em turismo científico ou científico-pedagógico (Apêndice D), seja para demais turistas.

Em um estado da arte, trabalho que apresenta diferentes perspectivas conceituais e as compara, realizado por Dos Santos Pires (1998) sobre o conceito de ecoturismo (por vezes chamado de turismo ecológico, por outras confundido com turismo na Natureza) para os diferentes atores de interesse no setor, o que converge nas definições e modos de ver a prática é a ênfase no meio natural como espaço de realização. Segundo Pinto, Andrade e Silva (2009), o ecoturismo surgiu como alternativa ao turismo de massa, buscando apresentar novas propostas de relação dos seres humanos com a Natureza. No entanto, essas propostas hoje já encontram-se em sua maioria mercantilizadas. O autor discorre sobre o fato de a categoria estar inserida no mercado turístico e, conseqüentemente, precisar atender às normas e demandas do setor.

Para Boff (2010), a inteligência do animal humano confere a nós a responsabilidade em cuidar de Gaia (a Terra, organismo vivo e dinâmico), preservando a biodiversidade e permitindo a si e aos demais organismos terrestres a continuidade de sua existência. Couto

(2011), moçambicano de pais portugueses, sugere que, visando parar a degradação ambiental, só proteger a Natureza pode não dar conta, mas talvez conhecê-la, realmente compreendê-la a partir de outros lugares de entendimento, pode ser um movimento muito mais efetivo.

Nas principais atividades voltadas à recepção de visitantes nas UCs, seja na EA, seja no Ecoturismo, a Natureza é tratada ora como espaço em que a humanidade encontra saúde, lazer e conhecimentos sobre a fauna e flora, ora como recurso específico para usos presentes e futuros (DOS SANTOS PIRES, 1998; BRASIL, 2000; INEA, 2015; PINTO; ANDRADE; SILVA, 2009). Por isso, Carvalho (2012) aponta a relevância da inserção de reflexões a partir da EA com uma perspectiva crítica na diminuição do risco de um distanciamento humano de seu lugar na Natureza. E, assim, percebemos a urgência no convite à sociedade urbana (em sua maioria) a passar a olhar da Natureza, a partir dela, e não para ela (COUTO, 2011; CARVALHO, 2012; KRENAK, 2019; SOUZA, 2020).

Da Silva e Da Silva (2015) afirmam que Unidades de Conservação são a estratégia nacional mais utilizada para preservação e conservação da biodiversidade. As UCs são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9985/2000, que as define como território, recursos ambientais e suas águas, e têm como objetivo a conservação, com limites definidos.

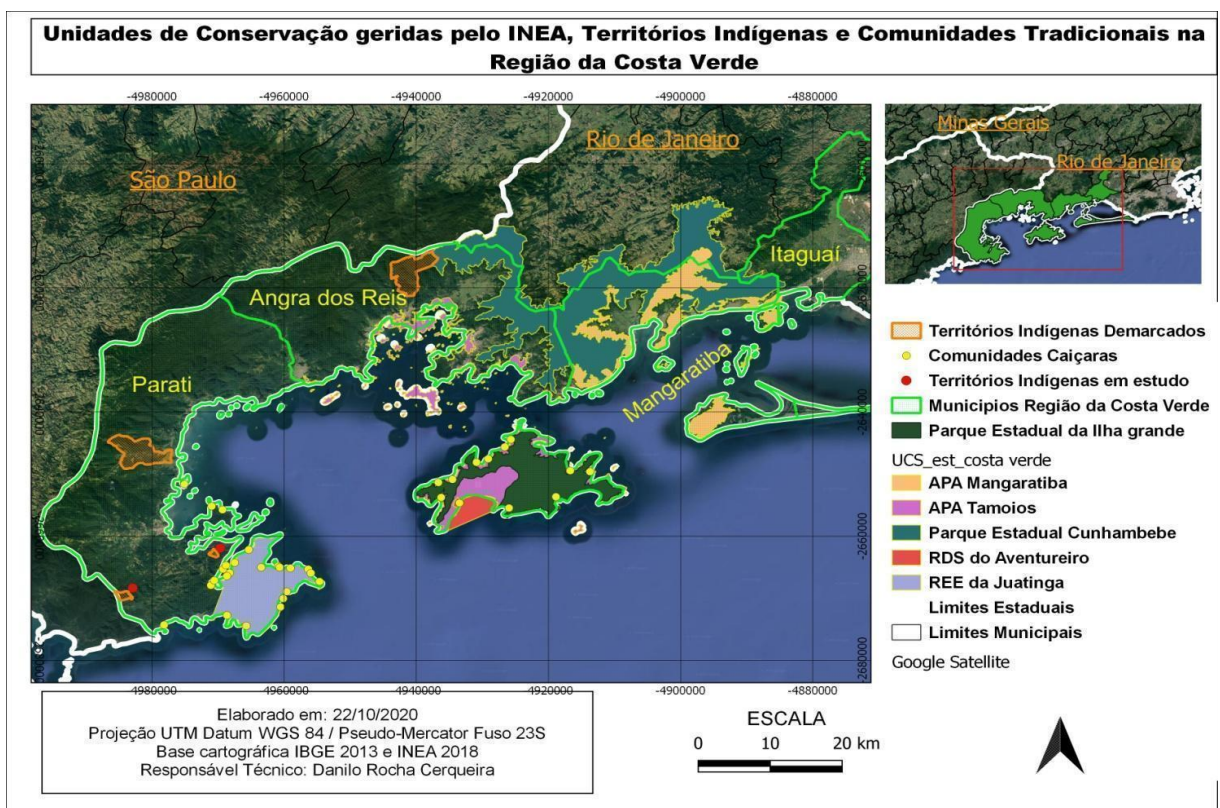
E, como ferramenta de proteção dos ambientes naturais, mas também da diversidade cultural originária e tradicional do que hoje se chama Brasil, é papel das UCs “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000, p. 7). Acredita-se que por meio desses processos (educação, interpretação, recreação e turismo ecológico), pode-se convidar à reflexão e, conseqüentemente, à sensibilização de visitantes dessas áreas protegidas acerca das questões ambientais.

O PEC (**Mapa 1**) é o único parque com imagem representativa e nome de um ser humano, um indígena Tupinambá do século XVI (**Figura 10**). Cunhambebe viveu entre Bertioga (São Paulo) e Cabo Frio (Rio de Janeiro), segundo o escritor, jornalista e publicitário que dedicou um livro inteiro à sua história, Torres (2000).



**Figura 10:** Logo do Parque Estadual Cunhambebe. Fonte: Portal INEA

O cacique Tupinambá resistiu à colonização portuguesa e combateu a ocupação e desmatamento da “Costa Verde” nos anos 1540. O parque foi criado por meio do Decreto Estadual nº 41.358 (RIO DE JANEIRO, 2008). Segunda maior UC da Natureza de proteção integral estadual no Estado do Rio de Janeiro, seus 38.053 hectares são administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Localizado na atual Região chamada de Costa Verde do Rio de Janeiro, o PEC abrange quatro municípios, chegando a fazer fronteira com o Estado de São Paulo.



**Mapa 1.** Unidades de Conservação e Territórios Tradicionais da Costa Verde. Fonte: Apêndice D.



Para Scarano (2019) somos, humanos e não humanos, elementos bióticos e abióticos, memórias evolutivas e ancestrais, Regenerantes de Gaia (Apêndice S), responsáveis por agir, pensar e coexistir enquanto Natureza. Boff (2010), apesar de homem branco cristão, sugere uma aproximação à filosofia *ubuntu* de África (em que somos porque outros são, foram e estarão) como resposta à individualidade neoliberal, na resolução de problemas socioambientais. Acosta (2016), Hernández (2020), Saquet (2020) e Souza (2020) apontam a reflexão coletiva pelos territórios comuns como um caminho para outra forma de ver, interpretar e se relacionar com a Natureza. Esse entendimento de coletividade, impermanência e pertencimento gera o cuidado e, conseqüentemente, o autocuidado da Natureza a partir dos sujeitos.

Nas UCs, aquelas e aqueles presentes nos territórios selecionados para a Conservação são os GPs, função ainda não regulamentada e atualmente chamada “agentes ambientais” também como recurso político para seguir não regulamentando-a ou reconhecendo-a como tal. Mais adiante, explicaremos nossa escolha por chamá-los a todas e todos de GPs. Segundo o decreto que cria o cargo, em âmbito nacional, são suas atribuições:

- I - prevenir, fiscalizar e combater incêndios florestais e queimadas no interior das unidades de conservação e em seu entorno imediato;
- II - garantir a segurança dos visitantes e funcionários das unidades de conservação;
- III - empreender ações de busca e salvamento no interior das unidades de conservação;
- IV - promover atividades de interpretação natural, cultural e histórica relacionadas com as unidades de conservação;
- V - promover ações de caráter socioambiental voltadas para as comunidades residentes na unidade de conservação e no seu entorno;
- VI - prestar apoio operacional e de segurança aos servidores competentes para exercer o poder de polícia ambiental nas unidades de conservação federais; e
- VII - zelar pelo patrimônio físico das unidades de conservação (BRASIL, 2008).

No PEC, em seus quase 39 mil hectares, hoje estão 11 GPs e 1 estagiária Inea dividindo essas funções e, principalmente, pensando, fazendo e sendo os principais divulgadores da ideia de Conservação da Natureza para os visitantes, moradores e entidades com interesse no território. No início dessa pesquisa, eram nove GPs e um estagiário. Durante toda a investigação, esse número diminuiu, aumentou e em algum momento todos foram ameaçados em alguma instância quanto à perda de seus empregos. A partir de um olhar que some também lentes (CARVALHO, 2012) diversas e traga ao debate os saberes ausentes e

resistentes (SANTOS, 2007; BARTHOLL, 2018) ao conhecimento hegemônico que manipula, aliena e cala (FREIRE, 2017; LEÃO, 2020), com este trabalho, nos comprometemos

com o combate ao racismo e com a luta por justiça cognitivas/sociais, [nos atemos] (...) à travessura de buscar caminhos a partir de outros movimentos, poéticas, políticas, gramáticas, cosmogonias, ontologias, epistemologias e filosofias que desestabilizem qualquer tentativa de regime totalitário (RUFINO, 2019, p. 46).

Portanto, cientes e experientes das ações de interpretação, sensibilização e educação ambiental oferecidas pelo PEC enquanto UC de proteção integral, objetivando a Conservação da Natureza, e que essas serão estruturadas e mediadas pelos GPs; que o Conselho Consultivo possui sempre a presença de mais de um GP e é pauta fixa a apresentação de ações realizadas pelo corpo de GPs aos conselheiros e colaboradores; que os GPs são aqueles que podem subjetificar ou objetificar a materialização da UC de proteção integral para visitantes; que é a partir deles o primeiro contato com a ideia de Conservação da Natureza que muitas e muitos têm, buscamos conhecer as práticas espaciais dos GPs pautadas em seus conhecimentos construídos com e a partir do território do PEC, além de formas de ver e fazer próprios.

Primeiramente, para a grande área em que está alocado o Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC), a pesquisa visa fortalecer os funcionários de UCs, mais especificamente o grupo dos GPs, envolvidos diretamente com a Conservação da Natureza.

Para o campo teórico que se debruça sobre o Ecoturismo, assim como para as sistematizações de propostas voltadas a essa modalidade de atividades turísticas, vislumbramos apresentar a relevância das Territorialidades e suas características culturais locais como Tema Gerador (FREIRE, 1979; 1989) de mediações para condutores e programações culturais. Entendemos também ser possível fortalecer propostas atreladas a um contato de seres humanos e ambientes naturais não mergulhados nas perspectivas mercadológicas (PINTO; ANDRADE, SILVA, 2009), o que já foi apresentado a partir da abordagem Geopoética para a experimentação do meio em Santos (2019) e Carvalho (2020). Por fim, sugerimos ainda que a partir das reflexões estabelecidas a partir das ações com os GPs, podemos auxiliar a embasar ações de turismo pedagógico sob a perspectiva (socio) ambiental em Unidades de Conservação (Apêndice D).

Na Conservação, destacamos como aplicabilidade e resposta às urgências ambientais no âmbito da gestão de UCs, fortalecer o potencial pedagógico destas por meio da valorização da práxis pedagógica de quem aprende pela práxis, assim como contribuir com as ações de sensibilização ambiental para crianças, jovens e adultos de forma integrada e multidisciplinar (Apêndice A). No PEC, estreitar os laços entre parque e Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação e aumentar a frequência e diversidade de ações envolvendo parque e instituições de ensino, ao oferecer oficinas pautadas nas Pedagogias da Autonomia (FREIRE, 2017) e das Encruzilhadas (RUFINO, 2019) em que guardas-parques, professores e educadores populares se sintam potentes para criar propostas continuamente; além de oferecer materiais voltados ao resgate de identidade originária do local, com o embasamento teórico sobre o indígena Cunhambebe (Apêndices A, D).

Na pesquisa participante em Ciências Ambientais, buscamos integrar as Escrevivências como método complementar na geração e/ou reconhecimento de dados a partir de vivências com e dos sujeitos envolvidos na pesquisa, assim como apresentar ações possíveis na participação, para além da sistematização de conhecimentos locais.

Uma práxis pedagógica baseada na Conservação do ambiente por meio das práticas nele espacializadas pode promover o que Krenak (2019, p. 50) chamou de encontros criativos:

Tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos, assim como às formas de sociabilidade e de organização que uma grande parte dessa humanidade está excluída.

## **2. Objetivos: “enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou”<sup>9</sup>**

“Eles dizem imposible,  
mas to em outro pique  
Em outro estágio  
Talento é trabalho  
(Raphão Alaafin)”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Música “Principia” de Emicida (2019). Disponível em: <https://youtu.be/kjggvv0xM8Q>

<sup>10</sup> Música “Talento é Trabalho” de Raphão Alaafin. Disponível em: [https://youtu.be/D4\\_0VWqSGBY](https://youtu.be/D4_0VWqSGBY)

Este estudo busca responder à questão “Qual ideia de Conservação da Natureza têm os guardas-parques do Parque Estadual Cunhambebe?” assim como a alguns desdobramentos gerados juntos aos sujeitos em pesquisa. Isto porque “os participantes de um projeto de pesquisa-ação em educação ambiental deixam de ser ‘objetos’ de pesquisa para realizarem-se como ‘sujeitos’ da investigação científica e da ação educativa” (TOZONI-REIS, 2008 p. 163). Sendo o PEC, como já mencionado, parque de referência para o INEA nas ações de EA, a pergunta se justifica na relevância das práticas por ela embasada, mas pelos GPs performada.

Pretendemos cruzar o entendimento de Conservação da Natureza e a expressão das territorialidades dos GPs do PEC por meio de suas práticas espaciais, a fim de elaborar materiais técnicos-artísticos-didáticos com a participação dos GPs e, também por isso, alternativos, que reflitam a rede das suas relações com a(s) Natureza(s) do local.

Para tal, visamos compreender como a Conservação da Natureza é traduzida em práticas no cotidiano das UCs pelos GPs, tanto nas regulamentações e normativas dessas práticas quanto nos fazeres autônomos e por eles produzidos. Logo, primeiramente buscamos identificar essas práticas e, posteriormente, descrevê-las e cruzá-las aos conceitos que as aloca nas políticas públicas e referenciais teóricos e técnicos.

### **3. Metodologia: “tô desenhando um coração onde todo dia apagam um monte”<sup>11</sup>**

E o menos tenso é rir por extenso  
Pra quem eu nunca vou abrir os dentes  
(...)  
Parece quase nada,  
esse quase nada é olhar pro Carrossel  
e ver os filhos do carroceiro  
(...)  
Sem poder saber o passado,  
Sem poder ganhar o presente,  
E tendo a culpa de ser o futuro  
(...)  
Ninguém quer acolher  
aqui é um tipo de abismo,  
que você ouve o eco das cabeças  
e nada dentro  
e plantar semente numa cabeça dessas  
é ser a chuva, o pássaro e o vento  
(...)  
Me fez quebrar a régua que mede meu talento

---

<sup>11</sup> Música “Expresso Sudamericah” de Rico Dalasam. Disponível em: <https://youtu.be/zmVqMtRdi8s>

Hoje eu mesmo abro meu caminho que vai me por lá  
Ei, fictício, ‘cê não conhece meu início.  
(Expresso Sudamericah – Rico Dalasam)

Este trabalho não se propõe e tampouco almeja figurar entre as pesquisas de observação participante que, segundo Correia (2009, p. 31), “é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais” oferecendo informações além da resposta a uma pergunta escrita. Esse contexto, descrito junto às falas provenientes da participação, explicitaria ainda a possibilidade de observação do Lugar de Fala (RIBEIRO, 2018) dos entrevistados, complexificando e contextualizando o conteúdo a ser analisado e posteriormente descrito. Brandão (2006) e Fraser (2004) acreditam que para uma observação participante realmente dar lugar aos sujeitos pesquisados, o observador deve emergir como membro social do contexto ou grupo investigado. Assim, o cotidiano e seus símbolos serão mais facilmente traduzidos ao conhecimento prévio do observador. Por isso, tanto por me apresentar, e reafirmar sempre que julguei necessário, como pesquisadora em locais de pesquisa (não fiz qualquer movimento para que a parte pesquisadora fosse menos percebida, assim como minha integração se deu na militância pelo acesso aos saberes técnico-científicos e à Academia, então participei sim, mas diversas vezes não observei com olhar de pesquisa ou gerei dados, pois o objetivo era outro) quanto por ser esse o vínculo estabelecido com os sujeitos *em* pesquisa (não *os* pesquisei, tampouco o pretendi e, por isso, também não os descreverei e protegerei parte de seus símbolos, por mim interpretados), esta pesquisa pode até ter características da observação participante, muito frequentemente mencionada e nem sempre praticada (TOZONI-REIS, 2008), em investigações nas Ciências Ambientais, mas não foi pensada para seguir seu modelo.

Durante a banca de qualificação fui convidada a fazer deste “documento técnico-científico da pesquisa”, um material pedagógico. Por isso, adiante pretendo não apenas apresentar a costura dos métodos escolhidos para gerar, tratar e analisar os dados que compõem essa dissertação, mas também vou descrever a criação dessa tessitura, a fim de que ela possa ser criticada (e melhorada), replicada (parcial ou integralmente) e reconhecida como caminho, quando de interesse de minhas e meus pares.

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida a partir da participação observante (BARTHOLL, 2018), **com** os sujeitos **em** pesquisa, desde antes de o serem. Isto é, desde a primeira ida a campo, ao buscar compreender mais diretamente a práxis de/em uma UC no que esta representava para a Conservação da Natureza, e como partes dela, as práticas voltadas à esse fim, foi o protagonismo organizacional, empírico-metodológico e de ação dos

GPs que sempre figurou e se destacou como centro do que era a UC na e para a região. Portanto, ao participar de recortes bem específicos, do cotidiano do local escolhido, para a pesquisa, surgiu o refino da pergunta de pesquisa e com ela se fortaleceu a ação militante, já presente em mim desde a escolha do tema, do local e do Programa de Pós-Graduação. Não milito por um movimento social organizado, como o faz o autor que inspira meus movimentos, mas sim por sujeitos em movimento como eu, ele e os dele. No meu caso, o faço pelos GPs que hoje protegem o Território, outrora Terra, de Cunhambebe e demais habitantes.

Por isso, este trabalho se desenvolve amparado pelos seguintes métodos de geração de dados: levantamento bibliográfico, participação observante (durante as visitas e oficinas presenciais no PEC e os encontros online dos grupos de estudos, descritos de forma coletiva a seguir, por quem os integra) e Escrevivências, que também se destinam a costurar e justificar certas escolhas teórico-metodológicas. Enquanto investigação militante, o estudo abriga as Escrevivências acadêmicas também como geração de dados, pois a própria pesquisa se faz enquanto ocupação estética e política dos espaços que não são comuns aos meus (XAVIER, 2019). Seja na disputa epistemológica explícita, seja na poética da relação dos corpos-territórios em trânsito espaço-temporal como o meu, destacamos o fazer e pensar a Ciência feita pelas marcas das diferentes (corp)oralidades que nos expressam (RUFINO, 2021).

Assim, propomos as Encruzilhadas Geopoéticas (no tópico a seguir e no Apêndice A e C) como espaço de encontro, cruza e análise dos dados gerados a partir dessas diferentes origens epistemológicas e ontológicas. De encontro, estão as formas diversas de apresentação desses dados, compreendendo aqui imagens, traduções de falas, conversas informais e falas explicitamente entregues intencionalmente ao debate motivador do trabalho. A perspectiva das Encruzilhadas como práxis pedagógica e fundamentação para criação de outras práxis nos oferece tempos-espacos outros de análise dos conceitos, dados e/ou demais informações que compõem o texto (RUFINO, 2019).

Simas e Rufino (2019, p.11) apresentam como fundamento do campo, “potencializar o sentido da vida”, que para os autores, está distante do “homem branco”, esta presença hegemônica na academia e mantenedora da forma como esta opera atualmente. Os autores ainda expõem como esse grupo social responsável pela construção do que é chamado saber “se distanciou do sentir”, o que, em diálogo com Giraldo e Toro (2020), Krenak (2019; 2021), Borda (2009), Somé (2007), expõem como a dicotomia entre o saber e o fazer está atrelada intimamente às demais dicotomias e contradições presentes também neste trabalho,

como o sentir e o pensar, a Natureza e a Cidade, no lugar de construção humana moderna. As Encruzilhadas Geopoéticas como possibilidade epistemológica de análise, posicionam de frente os afetos e contextualizam as resultantes desses encontros em cruzo constante e explícito com os agentes das construções nesses lugares de afeto. Isso posto, investigamos: i) os conhecimentos (re)produzidos pela academia acerca do indígena Cunhambebe; ii) a participação dos GPs na produção de conhecimentos a partir das UCs, iii) o conhecimento produzido pelos GPs do PEC em sua práxis diária; entendendo que todos estes somados apresentam aos visitantes do PEC a ideia de Unidade de Conservação, no caso do PEC, por meio de ações promovidas pelos GPs voltadas à EA atravessadas ou não pelas práticas de Cunhambebe ainda presentes em seu território.

O levantamento bibliográfico, junto à análise documental, compõe a base do corpo de dados teóricos a serem discutidos, questionados e confrontados a partir dos dados gerados nas vivências e ações, triangulando as informações lidas como científicas, jurídicas e/ou técnicas e empíricas, conferindo maior proximidade ao recorte da realidade pesquisada. Como o PEC é constantemente mencionado como referência em EA e esta é comumente pensada e executada pelos GPs, a fim de conhecer o histórico de ações no PEC, analisamos documentos como atas de reuniões do conselho consultivo e páginas da internet.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso (...) porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009, p. 20).

Com a elaboração de perguntas-chave, contextualizadas após análise documental, consideramos entrevistar os GPs idealizadores e os facilitadores das práxis territoriais da e pela Conservação da Natureza no PEC, buscando compreender a(s) metodologia(s) e práticas pedagógicas utilizadas. Para Manzini (2012), a entrevista semiestruturada “é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica”, os GPS, por exemplo. E, para entender o fenômeno estudado, o entrevistador deve ser flexível quanto à ordem das perguntas, caso necessário, pode acrescentar questionamentos durante a entrevista (MANZINI, 2012, p. 156). Por isso, elaboramos roteiro e nos preparamos para flexibilizações, levantamos origens, formatos e pessoas envolvidas nas práticas. Fraser (2004) destaca a triangulação de dados gerados pela fala do entrevistado, a interpretação dada a esta fala e questionamentos abertos para melhor entendimento, conferindo ao sujeito a possibilidade de confirmação da interpretação do entrevistador. Portanto, a entrevista pode

favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não-verbais que se estabelecem neste contexto de interação, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais (FRASER, 2004, p. 140).

Entretanto, durante as participações no GESF (adiante apresentaremos melhor e aprofundaremos o debate), diversas vezes pontos sensíveis foram destacados como “isso é melhor ficar aqui no grupo” e, justamente esses pontos, direcionaram parte dos Apêndices, futuras produções e fundamentaram algumas das participações em assembleias e reuniões durante a pesquisa. Buscamos inspiração no fazer Ciência em e pelo(s) movimento(s) de Bartoll (2015; 2018; 2021), para que a geração de dados também o fosse feito de forma mais integrada ao restante da proposta.

Rufino (2019) convida em Pedagogia das Encruzilhadas a considerar as transformações constantes da(s) realidade(s) vivida(s) e, em um contexto pandêmico sob o governo neoliberal de um presidente assumidamente desconfortável com a Vida como nunca visto antes, Exú é invocado enquanto fundamento epistêmico para não só análise, mas geração de dados complexos e atravessados por tempo-espacos outros e em constante transmutação.

Propusemos então as Encruzilhadas Geopoéticas (aprofundadas em Escrevivências do campo, mais adiante) também na geração de dados levando em consideração as próprias relações iniciadas, mantidas e findas durante o pesquisar. Isto é, a cada campo ou procura dos GPs pela pesquisadora, por exemplo, a relação entre eles e ela e eles e as proposições construídas com fazem parte das escolhas de referenciais e dos rumos pós-cruzo da pesquisa (SIMAS; RUFINO, 2019). As Encruzilhadas Geopoéticas enquanto método estão descritas nas Escrevivências (Evaristo, 1995; 2017)<sup>12</sup> tanto por ato político de (a)firmação de que apenas um corpo-território em relação assumida com os terreiros epistemológicos, com as Filosofias Africanas (LOPES e SIMAS, 2020), poderia propor um cruzo quanto, caso o fizesse, não seria em linguagem de *Karai'wa*<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver mais em Seminário A Escrevivência de Conceição Evaristo, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bzwGCFEKEf4>.

<sup>13</sup> Homem branco.



#### 4. Embasamentos: “da educação, rebeldia / tô muito bem de chinelo”<sup>14</sup>

“Cada maloqueiro tem um saber empírico.”

(Esquiva da Esgrima, Criolo)<sup>15</sup>

Em suas propostas, Simas e Rufino (2019, p. 15) convocam aquelas e aqueles cientes da urgência do enfrentamento “no campo das representatividades e na disputa política imediata”, ressaltando a necessidade prática de que estejamos todas e todos nesta luta, dispostos ao encantamento do cotidiano, “encantando a palavra, os corpos e as existências na precariedade das frestas” que abrimos, ocupamos e defendemos. Aqui, na ciência da escolha com quem e por que(m) falamos.

O *rapper* e filho de Xangô, Raphão Alaafin (Apêndice P), questiona em mais de uma de suas músicas sobre as fronteiras das categorias de análise de quem analisa os fazeres da cultura *hip hop* que expressam as fronteiras do fazer ciência tão bem quanto. No Apêndice O, debatemos, em diálogo com a letra de “Rap Sim, Rap Não”, a legitimidade da infância preta na cidade, posta em xeque diversas vezes pelo Estado e o ordenamento territorial, produzido inicialmente como conhecimento científico e que segue distanciado de onde e de quem fala por. Seguimos a discussão apontando a manutenção dos poderes sobre os territórios através da manutenção da racionalidade operante sobre eles. Em “Cuidado! Tem Guardinha no Rap”, Alaafin questiona a busca de *influencers* por brechas no fazer clássico, padrão, que supostamente desconfiguram qualquer outra forma de fazer *rap*. Chamamos atenção para a mesma prática na academia, no fazer ciência hegemônico e nas suas limitações, que não necessariamente se traduzem em rigor metodológico ou de qualidade, mas apenas como um conservadorismo vazio.

No lugar que ocupo, tanto enquanto corpo-território-lugar-de-memória afroindígena (DO AMARAL MELLO, 2014) em constante disputa por si e seus modos de pensar, fazer e existir (Apêndice M) em uma academia branca, tanto quanto lida pesquisadora somente após matrículas, certificados e diplomas: papéis, carimbos e, ironicamente, registros escritos diversos, falo e escrevo em reconhecimento da curiosidade e da práxis do descobrir pelo fazer, pelo Manejo (Apêndice A), apoiada por quem me orienta e acompanha. Ciente de que, a fim

---

<sup>14</sup> Música “Tenta me Catar” de Ba Kimbuta. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=P010K\\_qFoFc](https://www.youtube.com/watch?v=P010K_qFoFc).

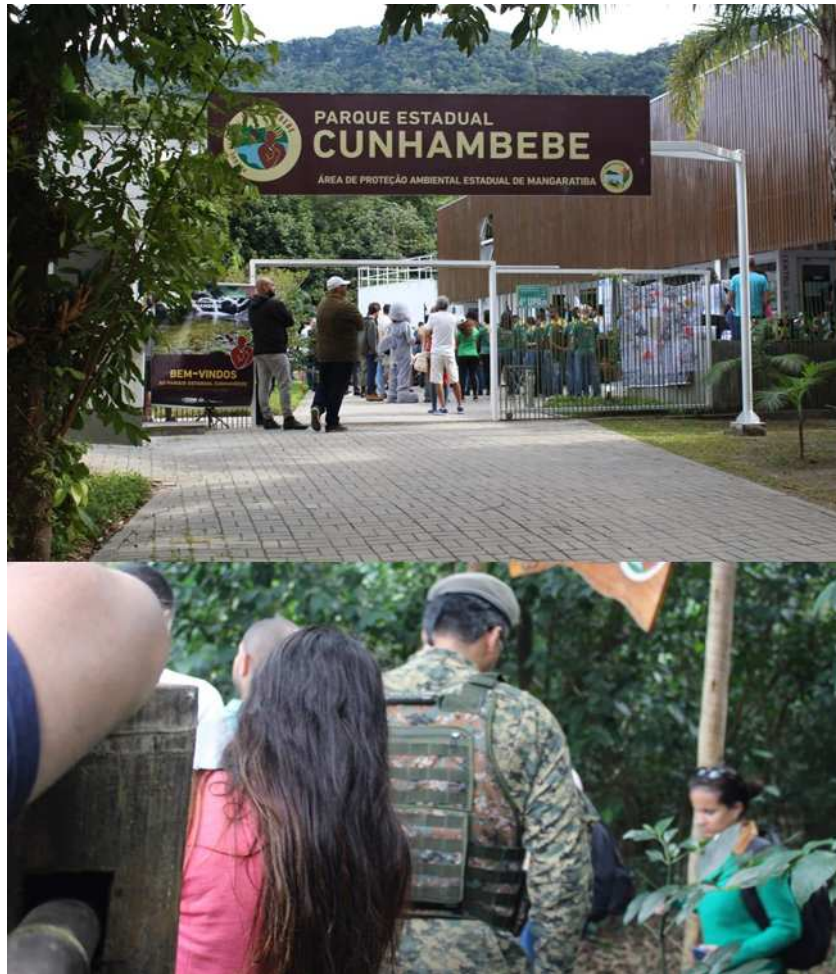
<sup>15</sup> Música “Esquiva Da Esgrima” de Criolo. Disponível em: <https://youtu.be/-1cI4nYIQqs>

de evitar a perpetuação de discursos vazios, pois “o que chamam de descolonização e se manifesta como palavra e saber, sem o sentir e o ser, perpetua os vícios de kara’iwa<sup>16</sup>”, a escolha do referencial que ampara essa pesquisa é mais um esforço de retomada dos espaços, por vezes lacunada pela falta de acesso de quem veio antes a esses papéis e carimbos que “legitimariam” suas falas, para que eu as usasse hoje (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 12).

Iniciei essa pesquisa com o olhar sobre as formações em EA promovidas ou sediadas pelo PEC e já na primeira ida à campo em um dia chave, em que seria realizada a programação “Domingo no Parque” (atividade constante no Plano de Manejo e presente no calendário das UCs Inea, como na Figura baixo), entendi que, além dos GPs serem os facilitadores das ações do dia (e de todos os dias), essas mesmas ações, e o cotidiano também, era pensado e estruturado por eles mesmos. Após algumas idas ao PEC e já estabelecido contato com alguns dos GPs de lá e de outras UCs, confirmei tanto pela observação quanto por conversas informais com sujeitos envolvidos com as atividades que, apesar de haver formações para professores e os GPs poderem participar delas, não havia formações em EA direcionadas ao corpo de GPs.

---

<sup>16</sup> Homens brancos invasores.



**Figuras 11 e 12:** Um Dia no Parque 2019. Fonte: Acervo Pessoal.

Dessas e de outras idas a campo, acrescentamos então as seguintes questões, sistematizadas a partir do nosso entendimento das falas, gestos e contextos construídos durante essas idas dos e pelos sujeitos em pesquisa, e com eles confirmadas antes de serem somadas ao projeto. Dentre elas estão preocupações com a inclusão dos funcionários em ações que poderiam servir à continuidade da formação dos GPs, o reconhecimento das práticas cotidianas dos GPs como práticas espaciais da Conservação, e os GPs como geradores de conhecimento.

Em uma visita sem roteiro pré-definido, diversos momentos informais geram espaços de confiança que, por escolha ética e política, não serão considerados como campo. Ainda que diversas falas e contextos atravessem a leitura dos dados gerados - e considerados como tais -, e do próprio referencial teórico a se posicionar nesta Encruzilhada Geopoética de análise, as relações de afetividade (ambiental) entre seres e suas formas de ler e habitar o ambiente enquanto parte dele são levadas em consideração, o que inclui as relações construídas entre pesquisadora e GPs, pelo reconhecimento entre si de práticas da Conservação.



**Figura 13:** Um Dia no Parque 2019. Fonte: Acervo Pessoal.

Perguntas como “A formação em educação ambiental para moradores do entorno pode mitigar conflitos entre esses sujeitos e órgão gestor?” e inquietações como “Os guardas parques devem ser inseridos nas ações de formação em educação ambiental promovidas no PEC?” surgiram desde a primeira ida a campo. Em um momento de diálogo durante ação aberta com educadores, GPs, empresas da região e público geral, um participante da atividade que acompanha ações escolares perguntou “As formações em educação ambiental devem envolver escolas e sujeitos de fora da zona de amortecimento?” chamando atenção para uma perspectiva identitária dos grupos envolvidos relacionada ao território protegido, porém, não incluir também os GPs.

A primeira questão veio de um conhecimento empírico dos GPs do PEC após formação oferecida por eles durante quatro finais de semana aos moradores do entorno e membros do conselho consultivo interessados em participar. Esta ação foi em parceria com o Instituto Boto Cinza: “Uma ONG sem fins lucrativos com missão de trabalhar em prol da preservação do boto-cinza e da conservação do ecossistema marinho, com compromissos socioambientais.”<sup>17</sup>.

O questionamento sobre os GPs vem de duas percepções da prática da categoria, aqui representada por seis dos nove GPs então em exercício no PEC e dois GPs de outra unidade que participaram dessa conversa: a) quando as escolas visitam, na maioria das vezes, a atuação nas práticas pedagógicas que o parque dispõe é mediada ou orientada pelos GPs e não pelos professores; b) não há cursos ou capacitações frequentes para os GPs que os potencialize científica ou profissionalmente. E aqui, uma fala de um dos GPs em pesquisa:

---

<sup>17</sup>Site do Instituto Boto Cinza. Disponível em: <https://www.institutobotocinza.org/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

“Parece que ele (*o sistema*) quer que a gente seja sempre isso e faça sempre isso, só isso. Mas a gente busca aqui, busca ali. Vê com os outros (*guardas-parques de outras unidades*) o que deu certo lá, tenta aqui, adapta. A gente corre por fora”.

A última pergunta, sobre as zonas de amortecimento, parte de questões envolvendo territorialidades distintas em escolas próximas aos rios e próximas aos mares, por exemplo. Assim como escolas que entendem Cunhambebe, o indígena, como tema gerador (FREIRE, 1985; 1989) e escolas que o tratam como folclore, de forma depreciativa a ambos (ao indígena e ao folclore). Alguns sujeitos em pesquisa trouxeram ainda como questão a abrangência do Programa Municipal de Educação Ambiental e a escrita e decisão sobre os processos educativos “de cima para baixo”. O que corrobora com os resultados da tese de Ferreira (2012) sobre a sensação dos docentes de despreparo frente a políticas públicas cuja criação não envolveu participação e tampouco é oferecida capacitação para quem irá materializá-la. A partir desse encontro teórico e empírico sobre a relevância da capacitação e formação continuada em EA para práxis pedagógicas efetivas, ainda que com material disponível para tal, nos questionamos: quão incluídos eram os GPs nas ações do, para e pelo PEC?

A abordagem cultural das relações territoriais e práticas espaciais por vezes a ser interpretada em cruzo com minhas Escrevivências, com assumidas interpretações e atravessamentos meus, somadas à perspectiva epistemológica na investigação das práxis a partir da construção epistêmica dos GPs, configura desde então um posicionamento situado no campo das multidimensões (MORIN, 2002) observacionais.

Entrelaçadas e sem qualquer intenção de fragmentá-las em análise, as lentes multidisciplinares a serem utilizadas durante a pesquisa são também uma escolha política.

Apesar de representarem o (mesmo) Estado, independente da UC em que estejam locados, e por diversas vezes transitarem entre UCs de categorias e especificidades distintas, os GPs constroem e exercem territorialidades (JUNIOR, 2015) que se relacionam entre si, com o território e com as demais construções sociais a partir da paisagem cultural (HEIDRICH, 2008) construída/interpretada por eles, normalmente um tanto distante da ideia de des-re-territorialização, tendo o Estado como agente ao tornar um espaço APA, Parque ou o que seja.

Portanto, apesar de “perdermos” com a não-transcrição de falas individuais e um possível questionamento sobre um enviesamento dos dados gerados seja pela transcrição indireta de falas, seja pela escolha dos dizeres que serão apresentados, compreendemos que ao

observarmos e participarmos de ações do cotidiano com os grupos focais com GPs de mais de uma unidade, e optarmos por não apresentar as marcas identitárias de seus territórios e lugares e/ou ambientes-territórios-lugares<sup>18</sup> nos discursos, evitaremos a exposição dos sujeitos em pesquisa, principalmente dos GPs da unidade pesquisada.

No que tange à escolha pela Escrivivência para narrar o processo de pesquisa e parte do campo, se dá inicialmente pela minha autoafirmação, enquanto mulher, afro-indígena e pesquisadora que tem como missão também fortalecer os métodos afro diaspóricos de fazer ciência. Mas também por entender que, como propôs Evaristo (2017), as falas de quem viveu e quem narra *con(fundidas)* reiteram meu olhar para a pesquisa, que não é nem tem a pretensão de ser neutra (MORIN, 2002; CARVALHO, 2012; EVARISTO, 2017; XAVIER, 2019) ou mesmo de ser dissociada de quem pesquisa, no caso, de mim e dos meus próprios processos de construção durante o pesquisar. A forma visa ainda o fortalecimento da proteção das identidades dos GPs, ainda que estejam presentes sempre na narrativa.

White (19-?) define a Geopoética como uma teoria que, como toda teoria, é profunda, complexa, questionadora e autocrítica, aberta. Para o autor e fundador do termo Geopoética como o abordaremos neste estudo, a partir dos consensos entre grupos sociais, se criam culturas. Nessa pesquisa, abordar as territorialidades dos GPs a partir da investigação do que é consenso para eles no que diz respeito a ser GP é, além de uma abordagem cultural, uma abordagem Geopoética. Isto porque, desde o campo e a primeira oficina oferecida (**Apêndice A**), o que todos apresentaram como elemento identitário do grupo é a motivação e o sonho em proteger o dito “Meio” Ambiente. E é sobre esse sonhar que buscaremos gerar criações e análises, respeitando a poética (WHITE, 19-?) do grupo em pesquisa.

---

<sup>18</sup> Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza em palestra. Ver mais em <https://www.youtube.com/watch?v=tUTH55k5JQo>.

#### 4.1. Conservação da Natureza: “e a palavra amor, cadê?”<sup>19</sup>

“Luz do Sol é minha amiga,  
Luz da lua me instiga.  
Me diga você, me diga:  
O que sara tua ferida?”  
(Lucro, Bayana System)<sup>20</sup>

A Conservação da Natureza se mescla nos escritos técnicos e científicos com Conservação da Biodiversidade (MITTERMEIER et al, 2005), trazendo uma perspectiva de materialização e categorização pelo uso da Natureza, como chamam atenção Acosta (2016) e Gudynas (2020), assim como um aparente tratamento como iguais. E, a partir desse estranhamento, buscamos em portais de órgãos, organizações e movimentos de referência, menções e formas de entender a Conservação da Natureza para outras práxis territoriais da Conservação. Não intencionamos uma revisão de literatura com isso, mas apresentar os usos do conceito acessíveis à buscas simples e em instituições de relevâncias ao ordenamento territorial.

Observamos as páginas de Organização Não Governamental voltada a questões a nível mundial, texto de política pública a nível federal, página de referência educacional formal reconhecida pelo órgão científico nacional, portal de buscas comuns e de fácil acesso e instituição privada com foco local reconhecida internacionalmente. Escolhidas como exemplo de referências em instâncias diversas que abordam o conceito de enfoque da pesquisa.

Em um trabalho voltado à História da Conservação da Natureza, com um olhar sobre as agendas ambientais e a atualização do conceito durante as transformações sociopolíticas mundiais, o conceito não é definido e/ou abordado a título de apresentação ou introdução de que relações o conceito faz enquanto construção ou sistematização do conhecimento. A Conservação da Natureza foi disputada, evoluiu, abrangeu mais coisas, deixou coisas pelo caminho (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ; 2015), mas não foi definida no trabalho, por exemplo. Abrindo a lacuna para esta experimentação.

---

<sup>19</sup> Música “Um Corpo no Mundo” de Luedji Luna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA>

<sup>20</sup> Música “Lucro” de BaianaSystem. Disponível em: <https://youtu.be/y7NjN0MFnTw>

Para a Enciclopédia Britannica Escola<sup>21</sup> portal referência reconhecido pela CAPES em buscas,

“conservar a Natureza significa proteger todos os elementos presentes no ambiente natural. A Conservação da Natureza também pode ser chamada de preservação ambiental e requer o uso sensato de todos os recursos naturais da Terra, água, solo, minerais animais selvagens e florestas. Pessoas preocupadas com a Conservação da Natureza tentam proteger os recursos naturais a fim de que eles continuem existindo no futuro. Elas também tentam manter o meio ambiente limpo e saudável.”

Para Palombar<sup>22</sup>, Patrimônio Rural, ONG criada em 2000 com objetivo de conservar o ambiente e preservar técnicas tradicionais de construção,

A Conservação da Natureza é vital para assegurar a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Só a conciliação e o equilíbrio entre as atividades humanas e a proteção da Natureza permitirão conservar todas as espécies de fauna e flora desde a maior espécie até ao mais ínfimo ser e os seus habitats A Conservação da Natureza é uma das principais áreas de atuação da Palombar. A sua intervenção neste âmbito envolve ações e projetos com foco na preservação da fauna selvagem e dos seus habitats, investigação científica floresta autooctone agricultura sensibilização e educação ambiental sobretudo na região de Tras os Montes manejo do uso humano da natureza compreendendo a preservação a manutenção a utilização sustentável a restauração e a recuperação do ambiente natural para que possa produzir o maior benefício em bases sustentáveis as atuais gerações mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Para Wikipedia<sup>23</sup>, enciclopédia multilíngue de licença livre e alimentada colaborativamente

A Conservação da Natureza também chamada ciência da Conservação da Natureza ou simplesmente conservação e a designação dada aos princípios e técnicas que buscam a utilização racional dos recursos naturais ou seja a proteção desses recursos em uma perspectiva de sustentabilidade que permite seu uso mas garante sua renovação A conservação da natureza centra-se na manutenção do bom estado do ambiente natural incluindo a fauna a flora os recursos minerais a

---

<sup>21</sup> Ver mais em <https://escola.britannica.com.br/artigo/conserva%C3%A7%C3%A3o-da-natureza/481044>.

<sup>22</sup> Ver mais em <https://www.palombar.pt/pt/>.

<sup>23</sup> Ver mais em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conserva%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_natureza](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_natureza).



paisagem os habitats e a biodiversidade sem contudo excluir o uso humano de todos os ecossistemas

Para o *World Wildlife Fund*, o Fundo Internacional da Natureza, instituição de alcance planetário cuja missão é a Conservação da Natureza, o que consta no portal se resume em

harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.



**Figura 14:** Caminhos d'Angola. Mãos de @angolapilares. Fonte: Acervo Pessoal.

Os exemplos que trouxemos mencionam diversos aspectos materiais e de interesse econômico da Natureza, muitas das vezes retirando nossos lugares de fala, agências e movimentos possíveis pela e enquanto Natureza a ser também conservada. Em um contexto de genocídio de originários, tradicionais, sujeitos LGBTQIA+ e pessoas pretas, a Conservação da Natureza em alguns dos principais portais de busca não nos inclui enquanto seres a serem cuidados.

Couto (2011), em um de seus ensaios, fala sobre os caminhos feitos pelo fogo ateadado por quem caminha e como, convidado à palestrar contra o fogo pela Conservação da Natureza em África, não soube e tampouco quis encontrar o que dizer em prol desse entendimento deste conceito. Isto porque, os caminhantes tinham o atear fogos por caminhos como práxis territorial identitária há séculos e, geração-a-geração, estes caminham por rastros de cinzas oriundas destas chamas, plantando, colhendo, levando e trazendo cuidados e afeto à povoados vizinhos, em Encruzilhadas Geopoéticas.

Dessa atitude de Mia Couto (2011), a partir de uma leitura Geopoética (WHITE, 19-?; BOUVET, 2012; PONCIANO, 2018) de ver-o-mundo e compreender que os caminhos habitam em “mãos que se lembram”, Simas e Rufino (2019) comentam o resgate político das memórias epistêmicas de salvaguarda da Natureza a partir dela, que somos também nós (Figura 14).

#### 4.2. Cunhambebe, mediador, guerreiro, fresteiro: “mente visionária, faz acontecer”<sup>24</sup>

“Mente criminosa, coração bandido  
 Não posso fugir desse meu instinto  
 (MC Poze do Rodo)<sup>25</sup>

Assim Cunhambebe parecia pensar, o caminho está se construindo ao caminhar. Portanto, não acreditamos em nenhum trabalho que se finde menos que inacabado e o que se apresenta a partir daqui são resultados de levantamentos bibliográficos atravessados por minhas Escrevivências posicionadas e logicamente não neutras. Durante o ano de 2019 e início de 2020 pude estar presencialmente no PEC com os GPs, mas após março de 2020 mantivemos contato por meio de reuniões virtuais e conversas por telefone. Os resultados dessa participação observante suplantaram qualquer incerteza sobre os rumos da pesquisa, pois os levantamentos presentes estão ligados a temas gerados com ou pelos sujeitos em pesquisa, que se mantiveram presentes ainda que distantes (física, não socialmente)<sup>26</sup>.

Adiante, apresentamos Cunhambebe, o indígena fonte do nome e rosto da arte representativa do parque (Figura 6), a partir da literatura disponível nas bibliotecas físicas e virtuais do país. Esse levantamento se deu a partir de uma fala de GP em conversa informal. Nela, este GP diz ser difícil achar material sobre o indígena e ser uma demanda do parque a produção de materiais pedagógicos mais direcionados ao uso dos GPs em ações com

---

<sup>24</sup> Música "Poesia Acústica #11 - Nada Mudou" de PineappleStormTV (trecho de Mc Poze). Disponível em: <https://youtu.be/FMWiJwLG0j4>

<sup>25</sup> Idem 17.

<sup>26</sup> A crítica à narrativa dominante de que seja necessário enfrentar a pandemia com isolamento social nasce em meio aos múltiplos movimentos e frentes de solidariedade pandêmica que destacam a aproximação social entre as pessoas através do apoio mútuo mesmo que elas estejam fisicamente distantes umas das outras. A proposta concreta de referirmo-nos ao distanciamento como físico e não social foi feita por uma frente de solidariedade da Turquia/Istanbul (que participou da escrita coletiva do livro “SITRIN, Martina & SEMBRAR, Coletiva (orgs.). Pandemic solidarity: mutual aid during the Covid-19 crisis. Pluto Press: London, 2020”) no encontro não gravado “Roundtable: Pandemic Solidarity” no âmbito do Ray Warren Symposium on Race & Ethnic Studies do Lewis & Clark College, Portland/EUA no 13/11/2020.

visitantes. Procuramos onde eles disseram que buscariam caso precisassem mencioná-lo: o Plano de Manejo e livros acessíveis.

Em seguida, buscamos contextualizar o estudo onde este surgiu: o Conselho Consultivo do parque, apresentando um espaço des-reterritorializado em parque, as representatividades que ocupam cadeiras no Conselho e o surgimento da pergunta de pesquisa. O corpo de GPs é diversas vezes quem representa o Parque, no Conselho e fora dele. Informação que surge latente nas reuniões, mas também nas idas a campo e, em especial, na Reunião da Rede de Educação Ambiental Costa Verde, em que um GP foi representando o PEC e fez apresentação do parque, como é feita para visitantes. Por conta de conversas com GPs presentes nessa reunião, que durou três dias na Ilha Grande, e demais encontros e diálogos em outros contextos, entender o cargo se tornou primordial para desenhar a pesquisa que viria. Logo, há uma seção aqui destinada a apresentar o cargo GPs pelas políticas públicas nacionais, estaduais, pelo Inea e pelos próprios GPs. Porém, não ainda a partir de suas falas, mas sim de um material disponível no Inea e mencionado por um GP que ajudou a elaborá-lo e esteve em um de meus campos.

A Educação Ambiental, fonte de muito interesse do parque enquanto instituição e dos GPs que o representam, apareceu constantemente como tópico de relevância no Conselho, principalmente como forma de mitigar conflitos, prevenir impactos ambientais e “acostumar o entorno com a presença do parque, que veio pra ficar”, sendo essa uma fala de conselheiro em dia cheio, com quase todas as cadeiras representativas presentes. Portanto, apresentamos também uma sistematização das pesquisas realizadas no PEC e na Região da Costa Verde, com quem os GPs e conselheiros do PEC se relacionam inclusive auxiliando ações em UCs vizinhas com frequência. Nessa sistematização, apresentamos as pesquisas autorizadas pelo Inea e, por isso, constantes no portal da instituição. Entendendo e posteriormente confirmado pelos GPs que ali é uma fonte de pesquisa comum para quando precisam de conhecimento científico específico e contextualizado, apesar de várias pesquisas realizadas não estarem incluídas neste site (Apêndice B).



**Figura 15:** Livros analisados na pesquisa. Fonte: Acervo Pessoal.

Assim como Mello *et al* (2019, p.7-8), entendemos a palavra como “ponto de encontro e zona de conflito, é situação – limite é experiência adensada por convergências e divergências do sujeito com a alteridade”. Por isso e por demanda recebida em campo, buscamos materiais disponíveis para que aquelas e aqueles responsáveis por apresentar, proteger e divulgar o parque, mais especificamente sobre o indígena que dá nome ao PEC e com quem um dos GPs que foi guarda-parques PEC se identifica e os demais, admiram ou temem.

A produção literária sobre o indígena que dá nome ao PEC é limitada, divergente e produzida majoritariamente (senão exclusivamente) a partir de relatos escritos durante o período colonial por Franceses, Hans Staden e Padre Anchieta, personalidades europeias com cosmovisões e interesses outros. Os autores que os redigem são, em sua totalidade (dos encontrados e mencionados aqui), homens, majoritariamente brancos. Todos possuem nível superior e dois deles tiveram sua formação ligada à Igreja Católica.

As consequências narradas por Adichie (2019) de uma história única sobre a colonização e subalternização de países e povos são sentidas até hoje pela Costa Verde, como mostra frase adesivada no vidro do Centro de Visitantes do PEC. Nela está uma breve sugestão da homenagem feita ao dar o nome Cunhambebe ao parque, também presente em inscrição em adesivo no vidro lateral (Figura 16).



**Figura 16.** Adesivo no Centro de Visitantes do PEC: “O nome Cunhambebe voltou aos mapas, agora como Parque Estadual” por Alceu Magnanini. Fonte: Acervo GeoTales (**Apêndice B**).

Em uma busca na plataforma *Google* acerca das produções em livros sobre Cunhambebe ou que o mencionem, compilamos a **Tabela 1** com as edições disponíveis para compra ou em domínio público. Ressaltamos que o livro escrito por Quintilhano (1965) foi indicado por um indígena da Aldeia Maracanã em conversa informal sobre a pesquisa com a autora, já o livro escrito por Torres (2000) e o escrito por Mansur (2015), por um guarda-parques da primeira turma de GPs do PEC, também em conversa informal sobre a pesquisa.

<b>Cunhambebe em destaque (livros brasileiros).</b>			
<b>Ano</b>	<b>Formação do/a Autor/a</b>	<b>Referência</b>	<b>Consta no Plano de Manejo?</b>
1965	Jornalista.	QUINTILHANO, Aylton. <b>A Guerra dos Tamoios.</b> Reper: Rio de Janeiro - RJ, 1965. 245p.	Sim

2000	Escritor, Jornalista e Publicitário.	TORRES, Antônio. <b>Meu querido canibal</b> . Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2000. 188p.	Sim
2013	Bispo Diocesiano	AZEVEDO, Ivan. <b>Cunhambebe: esplendor e agonia de um povo</b> . Valer: Manaus - AM, 2013. 70p.	Não
2015	Jornalista e Escritor.	MANSUR, André Luis. MORAIS, Ronaldo. <b>Violência no rio antigo: cárceres, punições e ocorrências diversas (1503 – 1940)</b> . Rio de Janeiro: Edital, 2015. 136p.	Não.
2017	Filósofo, Mestre em Linguística Geral, Doutor em Ciências Sociais.	PREZIA, Benedito. <b>História da resistência indígena: 500 anos de luta</b> . Expressão Popular: São Paulo, 2017. 205p.	Não
2018	Jornalista e escritor.	CORDEIRO, Tiago. <b>Os primeiros brasileiros</b> . Abril: São Paulo – SP, 2018. 224p.	Não
2020	Mestre em Comunicação e Cultura.	SILVA, Rafael Freitas da. <b>O Rio antes do Rio</b> . Relicário: Belo Horizonte, 2020. 4ª Edição. 472p.	Não

**Tabela 1.** Livros brasileiros sobre Cunhambebe. Elaborado pela autora.

Em “Os Primeiros Brasileiros”, livro que se propõe a apresentar outra história da identidade brasileira, Cunhambebe é mencionado já no capítulo inicial como “o maior líder tupi que os portugueses tiveram de enfrentar nas primeiras décadas de esforço colonizador”. Para Cordeiro (2018, p. 50-51), Cunhambebe “devorou” muitos lusitanos, foi “parceiro” dos franceses e teve um “Cunhambebe Júnior”. Nesta narrativa, o indígena é forte, cruel e poderoso. Apesar da tentativa do autor em resgatar a história dos primeiros brasileiros (!) ilustres, o que fica de grande feito de Cunhambebe neste livro é uma recorrência da menção aos ritos canibais do indígena.

Em *O Rio Antes do Rio*, de Silva (2020), o autor traz uma grafia mais aproximada a como se dizia o nome de *Kunhambeba*. Nesta obra, o indígena é estrategista, irônico e intolerante com os portugueses. Mais de uma vez o canibalismo é protagonista da construção do personagem. O que majoritariamente embasa as páginas sobre Cunhambebe é a descrição e transcrição de suas conversas com *Hans Staden*, pela perspectiva do alemão enquanto cativo e sob a promessa de ser também comido pelo indígena.

Silva (2020, p. 379) apresenta o lado mediador de Cunhambebe pai na representatividade de várias aldeias da Costa Verde, e de Cunhambebe filho na tomada de decisões durante a Confederação dos Tamoios. “Mais do que nunca, eles estavam funcionando como uma grande federação de tabas<sup>27</sup> em um combate permanente pelo domínio sobre suas terras, estabelecendo alianças, tréguas e negociações”. Assim como Cordeiro (2018), Silva (2020) apresenta dois indígenas com o nome Cunhambebe, apesar de esta não ser uma certeza dos historiadores (tampouco dos indígenas com quem conversei).

Prezia (2017) em seu livro “História da Resistência Indígena, 500 anos de luta”, se propõe a apresentar o resultado de 12 anos de pesquisas e escrita de narrativas dos que resistiram. Essa e outras obras do autor têm como objetivo divulgar a cultura e a resistência dos povos originários com quem conviveu ou não. Para ele, “o bom relacionamento entre indígenas e portugueses durou enquanto os europeus não se preocuparam em ocupar a terra” (PREZIA, 2017, p. 29). No decorrer do livro, as formas de chegar e estar na costa brasileira são diferentes, de acordo com a nacionalidade do pretense colonizador. Enquanto portugueses chegavam adentrando as florestas, cortando árvores e ocupando a costa, os franceses parecem ter sido mais cautelosos. Franceses ocuparam as praias e ilhas, temporariamente e sempre utilizando materiais trazidos em seus barcos ou cedidos pelos indígenas tupinambás, incluso Cunhambebe, que os recebiam na costa. Portugueses invadiam as florestas em busca de madeira e comida, o que sugere ser a forma de ocupação uma provocação inicial à resistência indígena.

O autor, filósofo e teólogo, dedica duas páginas a questionar os livros didáticos que mencionam senão Cunhambebe, o líder da Confederação dos Tamoios. Comenta que esta “não foi uma aliança de várias etnias contra os portugueses, uma confederação, como aparece nos livros didáticos, mas uma Guerra dos Tamoios ou *Tamuya*<sup>28</sup>, contra os portugueses e seus

---

<sup>27</sup> Aldeias.

<sup>28</sup> Tupinambá, etnia de Cunhambebe, para Prezia (2008), era autodenominação. E Tamuya (“o povo do avô”), denominação conferida por seus adversários aliados dos Portugueses (PREZIA, 2008, p. 42).

aliados” (PREZIA, 2017, p. 42). Cunhambebe é mais uma vez tratado como liderança e, desta vez, de muitos aldeamentos, compreendendo toda a Guanabara.

O jornalista e escritor Torres (2000), em “Meu Querido Canibal”, se debruça sobre livros, pesquisas, registros históricos, documentos em prefeituras e oralidades transcritas em Angra dos Reis (Rio de Janeiro) e Ubatuba (São Paulo). Assume seu texto enquanto uma tradução (SANTOS, 2007) de sua cosmovisão sobre a colonização, atravessada por sua identificação, reverência e reconhecimento à luta de Cunhambebe (TORRES, 2000).

Sua primeira menção às características descritoras do indígena, ao contrário dos autores anteriores, é de um homem de fala mansa, calmo, afirmando ser este o significado do nome Cunhambebe. Não trouxemos autores cuja interpretação do comportamento de Cunhambebe se traduzia homofóbica a nossos olhos como ato político de não divulgação/reprodução destes. Além de um levantamento bibliográfico extenso incluindo escritos internacionais e disponíveis apenas em arquivos em seu país de origem, fez um resgate histórico.

Para Torres (2000), Cunhambebe foi herói, líder e político. Por diversas vezes buscou soluções diplomáticas, mas nunca com os portugueses. Estes eram seus maiores inimigos e por eles não nutria empatia. Os comia em rituais relacionados a vitórias importantes, exibia cabeças em estacas e realizava incursões floresta adentro, a fim de não somente proteger seus territórios, mas evitar a entrada dos portugueses em territórios vizinhos. Travou alianças com etnias outras, caminhou por toda a Costa Verde mais de uma vez reunindo lideranças e deixando estratégias de resistência para aliadas até seu retorno.

Na primeira reunião do conselho das tribos confederadas, um inflamado Aimberê, mais irado do que nunca, propôs o nome de Cunhambebe para chefe supremo da Confederação. Foi respeitosamente ovacionado. O velho guerreiro aceitou a indicação, emocionado. E fez uma declaração de guerra aos perós<sup>29</sup> (...)Essa inesperada resistência levava os portugueses a diminuir a captura de índios. Deixava-os na defensiva, temporariamente (TORRES, 2000, p. 55).

---

<sup>29</sup> Portugueses.



Aimberê, guerreiro reconhecido por tantas etnias quanto Cunhambebe, teve uma de suas companheiras raptadas pelos portugueses pouco antes da primeira reunião do conselho. Confiou ao amigo e cacique Cunhambebe a estratégia que salvaria sua amada, as florestas e por eles, mataria todos os portugueses. Assim Cunhambebe, que não era guerreiro e sim cacique, se torna liderança da Confederação dos Tamoios aos olhos da cosmovisão moderna.

O Bispo Azevedo (2013), em seu livro dedicado a estudantes do ensino fundamental, descreve um Cunhambebe preocupado em conservar a floresta. Há inclusive uma menção específica sobre a humanidade de Cunhambebe ser dialógica ao ambiente em que vive, não necessitando desmatar ou acabar com os animais presentes no território para existir. Entretanto, a capa do livro apresenta um indígena agredindo um homem com um bastão.

No Plano de Manejo do parque estão Quintilhano (1965) e Torres (2000), assim como um pesquisador que estudou o texto dos autores. Os demais autores mencionados na seção destinada à Cunhambebe do documento são pesquisadores debruçados no contexto histórico ou geográfico, não necessariamente na figura do indígena. Para o documento, formulado pelo INEA junto ao Instituto Terra de Preservação Ambiental, Cunhambebe foi um só e este era feroz, líder e guerreiro.

### 4.3. Geopoéticas d'um Território Ancestral: “Tupinambá é pai de terreiro”<sup>30</sup> ”

#### **Kirimurê**

Salve as folhas brasileiras

Oh salvem as folhas pra mim

Se me der a folha certa

E eu cantar como aprendi

Vou livrar a Terra inteira

De tudo que é ruim

Eu sou o dono da terra

Eu sou o caboclo daqui

(...)

Eu sou Tupinambá que vigia.

(Jota Velloso / Sophia De Mello Breyner)<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Ponto de Caboclo na Umbanda, domínio público. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MULBdb-O\\_00](https://www.youtube.com/watch?v=MULBdb-O_00)

<sup>31</sup> Música “Kirimurê” interpretada por Maria Bethânia. Disponível em: <https://youtu.be/M8RoAn47IEY>

Torres (2000), Prezina (2017) e Silva (2020) mencionam, em mais de uma passagem de suas obras, os esforços do cacique para que os franceses, seus aliados em guerra contra os portugueses, entendessem a diferença entre o que hoje chamam de uso sustentável e, na época, se compreendia por sanidade.

"Eu os advirto, franceses, que vocês são muito loucos. De que lhes serve fatigarem-se tanto, atravessando os mares, e, para vencê-los, passarem por tantos males, como vocês mesmos têm contado, a buscar riquezas para deixar para os filhos que haverão de sobreviver a vocês? A terra que lhes sustenta não bastará também para sustentar a eles? Nós também temos filhos e parentes, como vocês têm, e os amamos muito. Porém, confiamos certamente que, depois da nossa morte, a terra que nos sustentou também os há de sustentar da mesma forma. E nisso descansamos" (TORRES, 2000, p.22).

O extrativismo e a (consequente) degradação ambiental são atividades e desenlaces do sistema colonial e de sua racionalidade. Alguns serão os espaços destinados à retirada de partes do organismo vivo que, para alguns se chamam “recursos”, e outros espaços os receberão e transformarão indiscriminadamente, deixando as mazelas para aqueles que, fragmentados enquanto território-corpo, sobrevivem em meio ao que resta (ACOSTA, 2016; HAESBAERT, 2020).

Krenak (2019) expõe a visão colonial como extrativistas e uniformizadoras inclusive do saber e fazer, que, em diálogo com Sayão (2020), pode-se compreender como o pensamento ocidental, reduzindo experiências a técnicas, e sabedorias a conhecimentos, fragmentando os complexos e uniformizando formas de ver e entender o mundo. Assim, as pessoas originárias dos espaços protegidos que reconhecem os elementos bióticos e abióticos como semelhantes e, assim, fragmentos como a si próprios em um todo maior, são retiradas da lógica de planejamento desses espaços (KRENAK, 2019). Ainda são também des-re-territorializadas, seja espacial, seja culturalmente, pelo Estado a cada nova configuração e significação do espaço, a título de políticas públicas de regulação, uso e ocupação (HAESBAERT, 2007).

Torres (2000) descreve a paisagem defendida e conservada pelo cacique Cunhambebe e seus parentes em uma passagem de sua obra muito relevante para a Conservação da Natureza voltada à região turística hoje mundialmente reconhecida como Costa Verde do Rio de Janeiro. Para o autor:

“Ele, o cristão francês, chamou a sua região (baía da Ilha Grande, Angra dos Reis) de "importantíssima", com suas planícies e montanhas, "das mais belas e agradáveis que já vi, tanto em florestas verdejantes, e são muitas, como também porque dessas belas montanhas se poderia tirar grande proveito, por suas minas de ouro" etc. Embolsou umas pedras verdes como esmeralda, falou da existência de belos mármore, jaspes e pórfiros, viu nas montanhas bestas rapinantes, bem como leopardos e lobos-cervais, símios em grande variedade espantando-se com um tipo deles "inclinados à luxúria". (...) Hoje diríamos que ele foi à selva para fazer turismo ecológico" (TORRES, 2000 p. 110).

Como se pode notar pela descrição, as montanhas da Serra que abrigam a região, hoje Costa Verde, já tinham sua importância enquanto beleza cênica e habitat de grandes mamíferos no período colonial. Se nesta época, aldeamentos de onde hoje se localizam os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo se uniram, falando idiomas e significando espaços de formas diferentes para resistir ao extrativismo desordenado de suas florestas e montanhas (PREZIA, 2017), hoje o PEC do cacique Cunhambebe pode ser exemplo para a Conservação a partir de sua memória, da cultura presente no território e da união dos segmentos interessados em ocupá-lo.

Couto (2011), em uma reflexão sobre os significados de “pobreza”, apresenta a perspectiva da solidão, quando sujeitos de um mesmo território abrem mão de se relacionar, se ajudar mutuamente e compreender o desenvolvimento coletivo como caminho harmônico para aquela sociedade. Enquanto território, protegido ou não, há disputa, relações inter e intraterritoriais (RAFFESTIN, 1993, HAESBAERT, 2007; SAQUET 2017) e mais de uma função, ainda que o Estado o queira passar como unifuncional (HAESBAERT, 2007). Provenientes dessas relações, das funções e das práticas lá desenvolvidas, se tem a construção de identidade(s) territorial(is) (SAQUET, 2017; HERNANDEZ, 2020). No plural, já que, sabendo que há disputa pelo poder de transformá-lo e significá-lo, haverá também mais de uma identidade territorial e/ou tensionamentos e instabilidade em sua definição. Por isso, o convite à Conservação a partir do PEC deve ser atrelado, primeiramente, a uma união de forças entre os sujeitos atuantes *no* e *sobre* o território.

Nesse contexto, vislumbramos estratégias para a Geoconservação no Parque Estadual Cunhambebe considerando uma abordagem Geopoética (BOUVET, 2012) na popularização e divulgação da ciência para a população do entorno, visitantes e diálogo com as comunidades tradicionais e sitiantes do parque. Essa união de sujeitos interessados no território para a

interpretação ambiental voltada à sua Conservação consciente e intencionada já foi apresentada no trabalho de Santos (2019) com exemplos de práxis artísticas-metodológicas de intervenções num espaço protegido.

A Geopoética foi inicialmente proposta, na linha associada com White (19-?) como uma teoria ligada a um consenso hora epistemológico sobre o Planeta Terra e seus limites, hora ontológico, abrigando as múltiplas cosmovisões do que é habitar o mundo. Ainda que não mencione explicitamente os povos originários e as comunidades tradicionais em seus textos fundamentais, a perspectiva de um consenso sobre vivermos todes em um mesmo espaço abriga um olhar para o comum. Ainda que não contemple o tempo, ou melhor, os tempos, essa referência da Geopoética convida a olhar pro mesmo lugar, a partir de diversos lugares.

A partir dessas visões, investigamos no PM do PEC os locais de relevância geológica mencionados no período colonial, portanto, marcados histórica e culturalmente no espaço-tempo. A partir de suas menções em literaturas e trabalhos técnicos e científicos vinculados ao Parque, são propostas práxis pedagógicas que cruzam a memória de Cunhambebe com suas ações pela Conservação do Patrimônio Natural, conferindo ao sítio um valor geológico-cultural, extrapolando para além da abordagem puramente científica em si (“mesmada”) e/ou voltada ao valor mercadológico para o segmento do turismo.

O documento orientador do planejamento e das práticas no PEC se encontra desatualizado, tendo sido publicado no ano de 2015 e, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), já deveria ter sido atualizado ao menos duas vezes. Logo, vislumbra-se também auxiliar em uma futura atualização da seção “Programa de Educação Ambiental”, considerando a inclusão de mais ações voltadas à Geoconservação.

Na introdução do principal documento de apoio à logística e operações no PEC, já há não só a menção da importância da Geoconservação para a UC quanto a criação do PEC segue os princípios constitucionais mencionados e apoia-se na definição da Mata Atlântica como patrimônio nacional e na importância dos serviços ambientais proporcionados pelas florestas para o desenvolvimento econômico e social e para a vida das populações tradicionais das regiões onde estão inseridos e, mais especificamente, na beleza cênica ímpar, no grande

número de nascentes, rios e cachoeiras, no potencial turístico e na importância ecológica da cadeia de montanhas que se estende pelo sul do Estado do Rio de Janeiro ( INEA, 2015).

O texto, constante no Plano de Manejo, se refere às montanhas do território hoje protegido via políticas públicas como distantes elementos puramente paisagísticos e/ou proteção natural de matérias primas para a construção ou manutenção do *status quo* desenvolvimentista e extrativista. Pois, como em Acosta (2016) e Krenak (2019), enquanto a forma de ver os componentes do que se chama em políticas públicas de “ambiente natural” for distante e alheia às cosmovisões de quem os manteve como estão até então, cada vez menos desses componentes tão valorados pelo sistema e valorizados pelos originários e tradicionais estarão presentes em um futuro próximo.

O “Projeto Caminhos Geológicos”, mencionado duas vezes no documento, cujo sítio oficial (<http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/sitept/home/>) se encontra fora do ar, segundo o Plano de Manejo trata de uma ação em prol da “divulgação pública e preservação do patrimônio geológico do Estado do Rio de Janeiro” (INEA, 2015, p.178). Locais com “afloramentos rochosos” e “mirantes” são destacados como boas opções para a utilização pelo Ecoturismo com base nos patrimônios geológicos e geomorfológicos do parque. Não há detalhes sobre como se dariam as atividades ou a partir de que formas de ver os atrativos. Isto é, não há menções no Plano de Manejo de, por exemplo, articulação entre a memória de moradores e suas histórias com a paisagem e formas de serem lidas, assim como sobre as possibilidades de se investigar as pedreiras de origem das rochas que formam as ruínas, e com quais técnicas (e por quem, de qual modo) elas foram retiradas de seu lugar *in situ* para o uso nas construções de onde hoje é o PEC, ampliando a análise para os diversos significados que as ruínas podem contar a quem quiser realmente escutar suas histórias.

No item destinado a apresentar e discutir o potencial geológico do PEC, figuram a elaboração de roteiros vinculados ao Projeto Caminhos Geológicos (p.177) aqui já mencionado, caminhadas e escaladas pelo “Pico das Três Orelhas”, a “Pedra Chata” e os picos “do Papagaio” e “das Lajes” (p.178). Não há menções sobre o diálogo entre a história dos nomes dos locais e sua formação e/ou sua visitação. Assim como, aparentemente, o documento se detém a apresentar os nomes mercadológicos destes locais, pois não há menção aos demais nomes pelos quais são chamados na região. Ainda na sessão destinada ao patrimônio geológico do parque, “em relação à escalada em rocha (...), belos paredões rochosos de granitos e gnaisses, como por exemplo, a Pedra da Conquista no Sahy em

Mangaratiba, e a Pedra do Bispo em Rio Claro que apresenta potencial para vias de escalada” figuram como exemplos de atrativos e, mais uma vez, não há presença ou direcionamento para um maior aprofundamento sobre o histórico dos nomes e memórias destes locais (p,178).

Logo em seguida à sessão de apresentação dos patrimônios geológicos, riscos de áreas que foram mencionadas em outras sessões como de relevante interesse para o turismo ecológico (e, dado objeto de interesse, para o Geoturismo e para a Educação Patrimonial, considerando a perspectiva cultural não mencionada pelo documento, mas já descrita aqui). Ainda, pensando a partir da Conservação da Natureza, em uma abordagem Geopoética, apesar da região ter sido “palco da atuação tectônica responsável pela fragmentação do Supercontinente Gondwana e abertura do Atlântico Sul durante e a partir do limite Jurássico-Cretáceo (~140 Ma)” e ter uma “história geológica peculiar”, o máximo que se recomenda a respeito dessa história é que haja mais investigações sobre o período e seus desdobramentos (INEA, 2015, p.179). Ações como os projetos de pesquisa, ensino e extensão intitulados “Geoafetivarte”, “Guajupιά” e “Geopoética do Orun ao Aiyê” do @GeoTales, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, voltadas para a divulgação da origem da Terra e de seus processos de forma artística-técnica-científica poderiam ser uma interlocução entre os potenciais do local, o histórico e a divulgação do Patrimônio Geológico *in situ* e *ex situ* presentes no PEC.

Nesse sentido, destaca-se o setor chamado “Montanhas do Cunhambebe” cujo nome Cunhambebe no caso se refere mais à des-re-territorialização estatal das terras de Cunhambebe em território protegido que ao indígena, “pois nela encontram-se as maiores altitudes do PEC e seus principais cumes, entre eles o Pico das Três Orelhas”. Sobre sua relevância para um possível material pedagógico ou turístico destinado ao patrimônio geológico, tem-se que “esta área jaz sobre Ortognaisses do Complexo Rio Negro, no domínio geomorfológico das Escarpas Serranas, onde ocorrem Cambissolos generalizados”. E, ainda assim, o Pico das Três Orelhas, por exemplo, é mencionado como possível atrativo turístico para escaladas, como mencionado anteriormente. Cabe o questionamento: de quem são as três orelhas? Há neste Pico memórias da Terra que não devem ser “utilizadas” ou sobrepostas em um turismo não-dialógico com as realidades temporais locais? Por fim, cabe mencionar que, possivelmente, é justamente essa paisagem a mencionada por Torres (2000) em seu livro como protegida por Cunhambebe e Aimberê e tão almejada pelos colonizadores, visto que “esta área se caracteriza por apresentar abruptos desnivelamentos e paredões rochosos que

chamam a atenção de quem passa pela BR-101 e de onde se descortina a bela paisagem das baías da Ilha Grande e de Sepetiba (INEA, 2015, p. 628).

E, também como no período descrito por Torres (2000), a paisagem exuberante chama mais que atenção, mas também convida à presença de quem compreende que espaços protegidos no passado abrigam o que o colonialismo chamou e segue considerando como recursos, além de ainda ser refúgio dos sobreviventes animais da megafauna e outros estimados pelo mercado ilegal de animais silvestres. Nas “Montanhas do Cunhambebe” (Figura 2) não é diferente, há “evidências da presença de caçadores e palmiteiros” (INEA, 2015, p. 628).

Como estratégia de muitas UCs, a visitação em locais que o impacto da atividade não degrada mais que auxilia à Conservação da Natureza em última instância, os locais supramencionados como de interesse de caçadores, estão mais de uma vez mencionados como boas opções para roteiros, e “apesar de muito conhecida entre os montanhistas, as Três Orelhas apresentam um número extremamente baixo de visitas registradas, em função da dificuldade de acesso” (INEA, 2015, p.628). Apesar da dificuldade de acesso de desportistas, caçadores e extrativistas ilegais (e aqui não há uma crítica, visto que se desconhece se há perspectiva cultural neste extrativismo ou ignorância acerca da iminência de extinção do Palmito Juçara, endêmico da região), chegam ao espaço e deixam evidências de suas presenças. E, dado registro no documento, não ocasionais. Com isso, é possível questionar se não há caminhos para aqueles que moram próximo e/ou conhecem a região de antes da des-re-territorialização em Parque. E, mais uma vez, destaca-se a ausência de informações mais situadas sobre estes sítios, isto é, informações a partir do local e não somente sobre ele.

“A trilha tem seu início feito a partir de Lídice, no Vale do Rio das Pedras, onde deve-se acessar a Trilha da Ingaíba, cruzando a Serra do Mar para sua vertente sul após atingir o colo entre a Pedra Chata e o Pão de Açúcar, para depois subir a montanha propriamente dita. Durante o percurso, a trilha passa por trechos lindíssimos de Mata Atlântica bem preservada, mirantes e cachoeiras (INEA, 2015, p.628)”.

O caminho descrito no trecho acima passa por sítios arqueológicos e históricos de alta relevância turística para o Parque, além de espaços sagrados para religiões de matriz africana e cosmovisões originárias. Culturas estas que abrigam as memórias dos sujeitos responsáveis, como apontam Torres (2000), Prezina (2017) e Silva (2020), pela conservação e legado da área

como se encontra atualmente, ainda conservada, assim como dos elementos bióticos e abióticos que ali estão. Isto porque, para essas formas de ver o mundo e com ele se relacionar, não se desloca a humanidade para fora da Natureza, como na Geopoética proposta por White (19-?) e Bouvet (2012).

Nas 832 páginas do documento, nota-se e aqui destaca-se a ausência dos termos “geoconservação” ou “geoturismo” em qualquer segmento, tendo sido feita toda a análise a partir da leitura e seleção de textos atravessados por marcadores como “patrimônio geológico” e “potencial geológico”.

Em busca por pesquisas cujos marcadores “Geoconservação” e/ou “Geoturismo” e “Cunhambebe” fizessem figurar no Google Acadêmico, encontram-se 7 pesquisas, sendo duas delas sobre outras UCs e apenas mencionando o Parque no corpo do texto. Das demais, apenas uma traz menções à perspectiva cultural do Patrimônio Geológico, chamando atenção para a interpretação de trilhas a partir de placas e outras formas de sinalização e mediação fixas. Não há menções a trabalhos como o de SANTOS (2019), seja incluindo um maior número de atores locais, seja buscando trazer as dimensões afetivas do espaço e suas memórias para a educação patrimonial e/ou para o Geoturismo, em prol de uma Geoconservação com base na Geopoética.

O território hoje conhecido e (re)produzido pelo mercado (turístico, imobiliário e afins) como Costa Verde, um título que marca o legado colonial da significação dos espaços pelos olhos de quem chega e do apagamento dos nomes e símbolos de quem habita, abriga ainda memórias e paisagens registradas em documentos do período pré-colonial. Dentre as UCs da Costa Verde, o Parque Estadual Cunhambebe, único cujo nome homenageia um originário do território, ainda tem, segundo seu Plano de Manejo, elementos bióticos e abióticos se relacionando e entrecruzando suas memórias à contemporaneidade.

O leque de oportunidades aberto por uma montanha nascida do encontro de placas tectônicas em um mesmo local que um cacique foi feito voz do encontro de etnias e, apesar de não ser guerreiro, acolhe o primeiro movimento bélico e político de resistência à colonização visto e registrado em terras hoje chamadas brasileiras é imensurável, e o que se vê no Plano de Manejo do Parque que homenageia o Tupinambá Cunhambebe é uma grande lacuna. Nessa Encruzilhada Geopoética, lembramos que “Questão de tempo e o momento é único / E eu



nem lembrava, soube pelo harmônico / Coube certo, frequência tectônica / Nessas nuances oceânicas”<sup>32</sup> que banham a região da “Costa Verde” e o PEC.

Sugere-se uma releitura das potencialidades do patrimônio geológico do local, sob uma perspectiva Geopoética de análise e não de exploração ou utilização desse patrimônio para atender ao mercado turístico, mas de relação afetiva e de encontro com os saberes que a memória da Terra e, nesse caso ainda, do território, pode oferecer a partir deles.

#### 4.4. Conselho Cunhambebe: “eu quero ver quem fica, eu quero ver quem sai”<sup>33</sup>

Resistiremos  
 Nos protegeremos  
 É mais que uma escolha,  
 é uma missão  
 Sabe o segredo?  
 Eu não tenho medo porque  
 o orgulho já tá na minha mão!  
 (...)  
 Descalço no chão, ouro de Sabá  
 Muitos cairão, vim pra levantar

(Quebrada Queer ARRUDA feat. Hiran (Apuke Beat))<sup>34</sup>

Raffestin (2015, p. 9), indiscutível referência internacional nos estudos sobre território, prefacia Saquet (2015) em seu livro sobre território, territorialidades e temporalidades, afirmando que “a Terra é oferecida \_ não dada \_ aos homens” e que a humanidade, por sua vez, se apropria dessa oferta construindo territórios e, “*armados* (grifo do autor) de

<sup>32</sup> Música “Ponto de Força” de Sant, Onni, Angola e Guizo. Disponível em: <https://youtu.be/WN-FgwTkqhY>

<sup>33</sup> Música “Jogo de Dentro” de Paulo Cesar Pinheiro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iTxb6mkcfig0>

<sup>34</sup> Música “ARRUDA” de Quebrada Queer feat. Hiran. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2l7mBeqV2Gc&t=227s>.

territorialidades, que são igualmente sistema de relações, agem de acordo com temporalidades complexas”.

Isso porque, se o conceito de território por um lado representa a construção social, também pode apresentar a destruição ambiental. É também do exercício de poder na construção de territórios que se materializam realidades humanas de entendimento do que se é ou podem ser os espaços observados. Território também é instrumento de diálogo entre humanidade e Natureza não-humana. E, enquanto processo de/em produção, interage e é atravessado pelas territorialidades, sistemas de relações econômicas, culturais, políticas e ambientais (RAFFESTIN, 2015).

Haesbaert (2004), referência latinoamericana situado e contextualizado a realidades próximas, entende que o território sempre estará atrelado ao poder que se exerce sobre e/ou por meio dele. De maneira simbólica ou material, este poder sobre o espaço material (e imaterial), causa medo e angústia naqueles que deixam de ter acesso e inspira identificação e apropriação nos demais.

Há, na dimensão simbólica da compreensão de um determinado território, uma outra construção social a partir da vivência e, apesar dos esforços da racionalidade hegemônica capitalista em estabelecer o território como unifuncional, as relações estabelecidas com ele temporal, material e imaterialmente compõem territorialidades diversas que o significarão e usarão distintamente (HAESBAERT, 2004).

As territorialidades, assim como atravessam e são atravessadas pelos territórios a que correspondem, são inteiramente influenciadas pelas temporalidades dos sujeitos viventes nesses territórios. Temporalidades essas, diversas vezes mencionadas por Raffestin e Saquet (2015), como relevantes objetos de observação em pesquisas sobre território, territorialidades e suas implicações no espaço material e imaterial observado.

As territorialidades em diálogo por um território que se sustente equitativamente entre formas de viver distintas e natureza não humana, “precisam estar centradas na cooperação, valorizando a solidariedade, a partilha, as temporalidades mais lentas e as territorialidades políticas e culturais, juntamente com a preservação da natureza e do patrimônio histórico” (SAQUET, 2015, p. 9).

O PEC, enquanto instrumento legal de proteção ambiental, se oficializou em 2008 e obteve sua sede e Plano de Manejo em 2015, des-re-territorializando (HAESBAERT, 2004) fragmentos de 4 municípios do estado do Rio de Janeiro.

A territorialização significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (SAQUET, 2015, p. 39).

Angra dos Reis e Mangaratiba, no litoral da Costa Verde, Itaguaí, entre a Costa Verde e a região metropolitana mais central do estado, e Rio Claro, no interior. Segundo o Plano de Manejo, além dos 4 municípios e suas diferentes características, o parque abriga, ainda que de UC de proteção integral, moradores (a partir de então chamados sitiantes) e remanescentes quilombolas, além de seus limites fazerem fronteira com a Reserva Indígena do *Bracuí* (INEA, 2015).

São aproximadamente 39 mil quilômetros quadrados sob proteção integral, apesar de sobrepor e ser sobreposto pela Área de Proteção Ambiental Mangaratiba (APAMAN) com seus 25.296,75 hectares compreendendo litoral e parte da área urbana do município de Mangaratiba (RIO DE JANEIRO, 1987).

No portal oficial do INEA (2020), em “Biodiversidade e Território”, apresenta-se as UCs do Rio de Janeiro, que protegem “amostras representativas de todos os ecossistemas nativos da Mata Atlântica fluminense”, oferecendo paisagens exuberantes, flora, fauna e água limpa. Apesar de haver UCs destinadas especificamente à formas de uso e ocupação tradicionais e do SNUC prever a proteção e promoção cultural desses grupos pelas UCs, não há menção à diversidade de formas de viver nestes territórios descritos no portal<sup>35</sup>.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020)<sup>36</sup>, os instrumentos de gestão territorial são alternativas para compatibilizar a ocupação humana com a conservação da biodiversidade. Eles visam garantir a sobrevivência e a efetividade das áreas naturais protegidas em consonância com as atividades humanas, por meio de ações no território,

---

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/sobre-as-ucs/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

<sup>36</sup> Disponível em <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao>. Acesso em: 02 nov. 2020.

envolvendo as UC e seu entorno, outras áreas protegidas e as áreas modificadas pela ação dos seres humanos estabelecidas entre elas. O principal instrumento de gestão territorial das UCs é o Plano de Manejo.

Assim como o PEC, a APAMAN teve seu Plano de Manejo publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 2015. Parque e APA compartilham sede, localizada na Vila *Sahy*, dentro da APA e próxima aproximadamente 2 km do início dos limites geográficos do Parque. Segundo o SNUC (2000), as UCs devem ser administradas junto a conselhos consultivos formados por representatividades de órgãos públicos e entidades civis organizadas, PEC e APAMAN também partilham o mesmo conselho, publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em Julho de 2019 e vigente até então.

Viana e Umbelino (2016, p .47) convidam a atenção para a consolidação da gestão participativa como elemento fundamental na gestão de UCs a partir das diretrizes do SNUC e apontam o lançamento do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) de 2006, como importante reforço para essas políticas de governança participativa:

Os conselhos de gestão das UCs desempenham um relevante papel no processo de inclusão social, uma vez que garantem de forma perene a participação de distintos setores da sociedade. Os conselhos têm por finalidade auxiliar o processo de gestão de uma unidade de conservação, incorporando a representação de diferentes setores e segmentos da sociedade.

Às relações criadas e mantidas em um dado território, sempre entre dois ou mais sujeitos ou grupos constituem-se enquanto territorialidades (RAFFESTIN, 1993; OLIVEIRA; SILVA, 2017). O INEA busca, por meio de metodologias participativas, formar conselhos representativos das territorialidades presentes onde as UCs são instauradas. Apesar disso, no Conselho PEC/APAMAN, realizado comumente na sede compartilhada das unidades, o que se dá é um novo processo de produção de território e territorialidades distintas. Auxiliando na gestão de um multiterritório (HAESBAERT, 2004) com mais de 40 mil hectares de relevante diversidade nos usos e ocupação, não há representatividade dessas diferentes formas de expressão e compreensão do território.

Da base ao centro percorremos um longo caminho  
Palavra em voz, rajada é vento invadindo o destino  
Atravessamos tantos mares, tempos, raio e guerras

Um oceano a céu aberto agita, temos pressa  
(Pretas Yabás, Dandara Manoela)<sup>37</sup>

Saquet (2015, p. 32), sobre a renovação da Geografia e de um olhar crítico e relacional para o território, aponta que, a partir de então, a “territorialidade corresponde ao espaço *vivido* e às relações sociais de *alteridade* e *exterioridade* cotidianas (grifos do autor)”. A representação mais forte de resistência à hegemonia de interesses que Cunhambebe outrora personificou, hoje no Conselho se dá pelo posicionamento crítico e posição aglutinadora dos GPs do PEC. Inicialmente e por definição da função, fiscais da preservação ambiental, promovem hoje a reunião das territorialidades isoladas e ausentes, informam sobre seus direitos e possibilidades, mediam conflitos enquanto quem conhece suas temporalidades e subjetividades mais próxima e entrelaçadamente.

Da Silva e Da Silva (2015) se debruçaram sobre a formação dos GPs ingressos no Inea via concurso em 2012. Foram contratados 220 GPs em concurso de nível médio, com prova de títulos, para cargo temporário de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais 2 anos.

Em uma formação de 340 horas, a turma de 2012 se preparou para ser “a principal ferramenta de fiscalização e controle de áreas protegidas” (DA SILVA & DA SILVA, 2015, p. 83) Dentre as diversas disciplinas cursadas e sistematizadas na Tabela abaixo, grifamos aquelas relacionadas ao presente estudo.

<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Administração e manejo	08 horas	Medicina de áreas remotas	08 horas
Animais peçonhentos	12 horas	Motosserra	04 horas
Ciência do fogo	04 horas	Primeiros socorros	12 horas
Combate a incêndio	08 horas	Procedimentos administrativos	04 horas
Combate a incêndios florestais	08 horas	Princípios de telecomunicações	04 horas
Ecologia	20 horas	Sistema de força-Tirfor	04 horas
Extintor de incêndio	08 horas	Técnicas verticais	16 horas

<sup>37</sup> Música “Pretas Yabás” de Dandara Manoela. Disponível em: [https://youtu.be/wfAkbp03\\_nA](https://youtu.be/wfAkbp03_nA)

Noções básicas de resgate	08 horas	Informática	08 horas
<b>Relações humanas</b>	<b>08 horas</b>	Técnicas verticais	16 horas
Sinalização de trilhas	08 horas	Manejo de trilha	08 horas
GLP/GNV/gás encanado	08 horas	Sistemas de segurança	04 horas
Roçadeira	04 horas	Travessia Três Picos	16 horas
Legislação	08 horas	Manejo de fauna	08 horas
Manejo da visitação	08 horas	Pesquisa em Unidades de Conservação	04 horas
Filosofia internacional do Guarda-Parques	04 horas	<b>Patrimônio histórico, arqueológico e cultural</b>	04 horas
<b>Interpretação/Educação ambiental</b>	<b>08 horas</b>	Protocolo mínimo de impacto ambiental	04 horas
Maneabilidade com mangueiras e bombas	04 horas	Técnicas de navegação e manutenção de motor	16 horas
<b>Valores e comunidades tradicionais</b>	<b>04 horas</b>	Noções básicas de resgate com aeronaves	16 horas
Introdução a geoprocessamento	12 horas	Técnicas de patrulhamento e operações florestais	16 horas
Introdução a internet e GoogleEarth	04 horas	Técnicas de valoração do dano ambiental	08 horas
EPIs e materiais de abastecimento e estabelecimento	04 horas	Carga horária total	340 horas

**Tabela 2.** Grifo nosso. Fonte: Da Silva & Da Silva (2015).

Nessa formação, os GPs de 2012 acessaram elementos e disciplinas de grandes áreas diversas e distintas, os preparando para o exercício de função complexa com responsabilidades múltiplas e nitidamente direcionada ao planejamento e gestão das UCs a que se destinariam.

Percebemos que, apesar de ter de se relacionar com as comunidades tradicionais e povos originários, o preparo voltado para essas relações se deu em 24 das 340 horas, considerando arbitrariamente que em “Relações Humanas”, os GPs possam ter sido apresentados a outras formas de ser e estar humanidade e em “Valores e comunidades tradicionais”, organizações e formas de ocupar os territórios.

Little (2003) em busca de uma renovação da teoria de territorialidade na antropologia, discute o aspecto histórico da construção dos territórios integrando o processo ao grupo social que o protagoniza, definindo

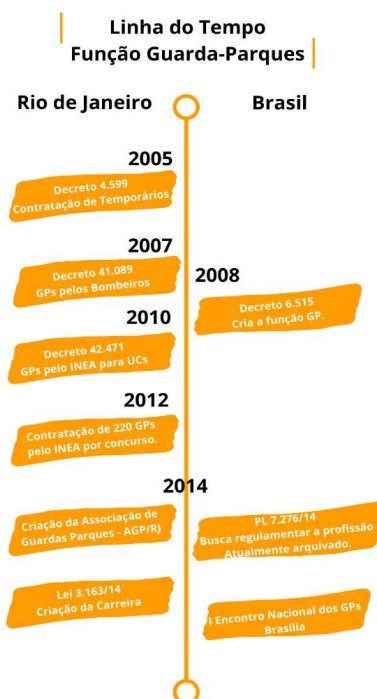
a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico. (...) O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2003, p. 253-254).

No Projeto de Lei (PL) que busca regulamentar a profissão de GP estipula que, enquanto GPs de UCs e outras da esfera pública, o exercício da função concede poder, no texto original “autoridade ambiental nas áreas de sua circunscrição” e colocando-os no lugar de “polícia ambiental” (BRASIL, 2008).

O PEC, apesar de à época ainda não ter sua sede, recebeu 18 GPs dessa turma para atuar na fiscalização e educação ambiental (DA SILVA & DA SILVA, 2015). Assim, antes mesmo de uma re-territorialização pós-implantação da sede em 2015, os GPs já performaram uma territorialidade do PEC, munidos de seus uniformes, se relacionando, alterando o espaço convivendo e vivendo do e a partir do cargo ocupado (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2015). E, conhecendo de perto a região, seus conflitos, suas potencialidades e, assim, atuando no território parque e a partir dele enquanto educadores ambientais conhecendo e atuando sobre a realidade conhecida (FREIRE, 1979) e fiscalizando enquanto policiais ambientais do Inea.

Nossa escolha em chamar o corpo de funcionários do PEC de Guardas-Parques neste trabalho, ainda que hoje sejam elas e eles todos chamados de Agentes Ambientais, vem de um

posicionamento político pró-carreira. A função no Brasil passou por diversas tensões, conflitos e muita luta, o que aparentemente parece ter potencializado a troca de nomes. Sistematizamos a linha do tempo (**Figura 19**) abaixo a fim de apresentar o caminho legal pela regulamentação da carreira e os atravessamentos identitários dessa luta até 2014, a partir dos estudos de Da Silva e Da Silva (2015).



**Figura 19.** Elaborada pela autora a partir de Da Silva & Da Silva (2015).

Da Silva & Da Silva (2015), em seu levantamento sobre as políticas públicas que estruturaram a função até a formação promovida pelo Inea em 2012, apontam como destaque de avanço na segurança ambiental movimentos de quatro outros estados. Estes, categorizaram os responsáveis pela construção e atravessamento das territorialidades mais próximas e cotidianas das UCs como “Gestores”, “Fiscais”, “Segurança” (DA SILVA & DA SILVA, 2015, p. 86). Na tabela abaixo (**Tabela 2**) apresentamos esses avanços em Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo (SP) entre os anos de 2004 e 2008.

<b>Segurança Ambiental nos demais estados brasileiros (2004 – 2008)</b>		
<b>Estado</b>	<b>Movimento pela segurança ambiental para Da Silva &amp; Da Silva (2015)</b>	<b>Instrumento legal</b>



MG	dispõe sobre as políticas florestais e de proteção a biodiversidade no Estado.	Decreto Estadual 11.693 de 30 de Setembro de 2004.
MG	que organiza a Carreira de Fiscalização e Gestão Ambiental.	Decreto Estadual 43.961 de 02 de Fevereiro de 2005.
RS	“onde foram criados os primeiros cargos/função de servidores Guarda-Parques da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado” (DA SILVA & DA SILVA, 2015, p.86.)	Lei Estadual 12.583 de 25 de Agosto de 2006.
SP	“segurança patrimonial terceirizado com a responsabilidade de proteger o <i>meio ambiente</i> e as instalações físicas da Unidade onde estão lotados” (DA SILVA & DA SILVA, 2015, p.86. Grifo dos autores).	Lei Complementar 1.080 de 22 de Setembro de 2008.

**Tabela 2.** Elaborada pela autora a partir de Da Silva e Da Silva (2015).

De 2008, com o Decreto 6.515 de 22 de Julho de 2008 a 2015, com troca do contratante do serviço, do Inea para empresa terceirizada vencedora de licitação (como é hoje), e do nome oficial da função de Guardas-Parques para Agentes Ambientais, aqueles que ora representaram a autoridade ambiental, ora os gestores, ora os educadores e fiscais, embora tenham sido temporariamente defendidos por decretos e projetos de lei, como mostra a Figura 1 e terminaram por ser silenciados, tendo sua luta borrada na história.

Entretanto, o Inea segue não só os chamando de Guardas-Parques, talvez iniciativa de alguns em frente de resistência aos desmontes das políticas públicas voltadas à Conservação da Natureza, como há em sua lista de ações para UCs e funções para seus GPs uma em especial chamada “Guarda-Parques Mirim”, sendo estes:

pessoa física, com idade entre 12 (doze) e 15 (quinze) anos, autorizado pelo responsável legal, que esteja matriculado em escolas públicas ou particulares localizadas no entorno da unidade de conservação apoiadora, que deseje maior integração com a natureza por meio de interpretação natural, cultural e histórica relacionadas às unidades de conservação, se tornando um multiplicador deste conhecimento aos seus familiares e colegas (INEA, 2019, p. 3).

Como primeiro objetivo do projeto está a educação ambiental, seguida da propagação de conhecimentos científicos e da promoção de interação ser humano e Natureza. Da Silva & Da Silva (2015) observaram em seu estudo que um grande desafio nacional é a formação

ampla e diversa para funcionários das UCs. A educação, com seu caráter permanente (FREIRE, 1985), lança luz sobre a responsabilidade de superação constante das práticas pedagógicas. O que, nesta empreitada, além de convidar ao olhar crítico para a formação, levanta também o questionamento sobre as metodologias e referenciais teóricos da EA utilizados. Entretanto, vale salientar o teor formativo do questionamento, pois, como aponta Rufino (2019, p. 40):

cabe novamente fortalecer que as implicações aqui apresentadas sobre uma suposta hegemonia de saber e a crítica produzida sobre os seus efeitos não enxerga como solução a substituição de determinado modelo por outro, já que, em meu ponto de vista, uma vez que reconhecemos que existe um saber alternativo, fortalecemos a perspectiva de que há um modo titular. O que defendo é o intercruzamento de conhecimentos que coexistem no mundo.

Assim, buscaremos na continuidade desta pesquisa, por meio das sistematizações de entrevistas e grupos focais já mencionados, intercruzar os saberes das formações iniciais, seja de GP ou de Agente ambiental, e aqueles da vivência, da experiência, do cotidiano. Nossa pesquisa não é neutra, é assumidamente política e almeja publicar as experiências, a produção de conhecimento e o protagonismo da classe trabalhadora (XAVIER, 2019).

Para o Inea, na Resolução nº 193 de 2019, documento oficial orientador da ação educacional e recreativa Guardas-Parques Mirim, os GPs são agentes cuja atuação se dá de forma direta em UCs estaduais e zonas de amortecimento destas,

cujas atribuições consistem em receber e orientar visitantes, monitorar e manejar trilhas, prevenir e combater incêndios florestais, apoiar a fiscalização de desmatamentos e outras infrações ambientais realizar ações de busca e salvamento, realizar atividades de educação e interpretação ambiental, manejo de fauna, apoio à pesquisa científica e, ainda, desempenhar ações de caráter socioambiental junto às comunidades do entorno das unidades de conservação (INEA, 2019, p. 3).

Os servidores, terceirizados e com contratos temporários, têm por definição, a função de serem recepcionistas, educadores, bombeiros, fiscais e resgatistas, além de outras tantas mais.

No plano de manejo do PEC os GPs são mencionados apenas na contagem de pessoal, em que constam 1 chefe, 1 subchefe e 18 guardas-parques. Já “agente ambiental”, há a

menção de atuação desse sujeito na notificação preventiva de incêndios descrita enquanto ato administrativo.

No portal do Inea, os GPs estão vinculados a uma “doutrina do cuidado permanente” e destinados à “Conservação da Natureza”. Ali, são definidos como na circular sobre o programa Guardas-Parques Mirim, entretanto, no portal, estão classificados como “profissionais” e não “agentes” e para “unidades de conservação de proteção integral” e não para UCs, de um modo geral (INEA, 2020).

## 5. Tempos de criações: “até ter o dom de te encantar, tá?”<sup>38</sup>

“Estava na beira do Rio sem poder atravessar  
Chamei pelo caboclo, Caboclo Tupinambá”<sup>39</sup>

Como vimos e ainda continuaremos a ver, escutar, e sentir ao longo deste texto e dos seus apêndices, “O contrário da vida não é a morte, mas o desencanto” (SIMAS; RUFINO, 2019). Seguindo essas batidas, a seguir estão algumas das várias criações associadas com esta pesquisa, em diversas etapas de vir-a-ser no mundo acadêmico, focado na produção de registros escritos ou gravados, que optamos por chamar de criações, a fim de que a leveza seja a base para os nossos movimentos. A partir da mistura de várias sementes em terras férteis, encontramos ideias que foram aguadas, nasceram e se encontraram com pessoas que emprestariam suas mãos para lhes dar diversas formas, que podem ser conhecidas nos tópicos abaixo e nos Apêndices a seguir. Algumas ainda são como pequenas mudinhas recém-brotadas (como os vários resumos enviados para eventos, num vir a ser trabalhos completos e capítulos de livros), outros trabalhos que floresceram ao longo deste último ano já são mudas maiores e mais firmadas, inclusive de árvores que já frutificaram e estão espalhando as suas sementes em outros quintais por aí... Nesse nosso “Meu Jardim”<sup>40</sup>, estamos todes “procurando a verdade dentro de mim / Longe do barulho da sua cidade / E da necessidade de provar não sei o quê”, que costuma crescer como ervas daninhas em volta de tudo o que foi plantado mas não teve cuidados suficientes nem liberdade para esperar o dia em que “uma rosa me conte um segredo / Que me livre do medo de voar e de viver”, até mesmo viver dentro da Academia, de um jeito afetivo, leve, e divertido.

---

<sup>38</sup> Música “1° de Abril” de Mc Marechal. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jynQH2uXm\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=jynQH2uXm_o)

<sup>39</sup> Ponto de Caboclo na Umbanda, domínio público. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7\\_4bJGe0q7Y](https://www.youtube.com/watch?v=7_4bJGe0q7Y)

<sup>40</sup> Música “Meu Jardim” de Sérgio Pererê. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MmWbFtE9tOM>

### 5.1. Escrevivências d’uma Encruzilhada Geopoética: “no romper da madrugada”<sup>41</sup>

Ouvindo vozes que tensionam  
Humanos com forças astronômicas  
Por seu puro alinhamento orgânico  
(Ponto de Força, SANT)<sup>42</sup>

O processo de construção da pesquisa se entrelaça, como a linha de minha avó, a processos próprios de construção, fortalecimento ou desconstrução identitária. E, assim como, atenta e de acordo com a importância do órgão, não me reconheço nas leituras de mim oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois pelas possibilidades de análise dos dados já criadas, não me vi em nenhuma.

Eu, corpo-território-Natureza (Apêndice M), me vi em campo com pessoas cuja função profissional era manter meus semelhantes (e deles) em pé, vivos, parte do Todo. Eu, corpo-território Afroindígena, cuja memória vive e resiste, me vi de frente aos novos guardiões do território protegido anteriormente por meu ancestral, Cunhambebe, primeiro afroindígena mencionado em território hoje fluminense (TORRES, 2000; SILVA 2020). Não bastassem todas as dificuldades da pesquisa e do pesquisar, para quem discorda racional e emocionalmente (a fim de incluir quem os separa na conversa) do formato colonial da Ciência hegemônica, me vi encarando o entendimento de que o Estado, em corpos-territórios na maioria periféricos, demonstra uma suposta intenção de proteger o que ele mesmo degrada. Porém, ao pisar o chão de minha gente, hoje feito Parque, o que senti e vi não caberiam em um caderno de campo, pois não se traduzem em escritos e atravessam, impreterivelmente, todo corpo que ali habite, ocupe, passe. “*Oro Oriki. Tempo. Mojubá. Orisá Iroko*”<sup>43</sup>.

Desse lugar, de quem pesquisaria junto a sujeitos atravessados por tempos, espaços e interesses múltiplos, cuja estrutura jamais condiziria com a complexidade do que era esperado da função, e com apenas dois anos para descrever como e quantos dados foram gerados, como e quanto esses sujeitos participaram ou não do que fizemos e constantemente questionada sobre a viabilidade de incluir pessoas externas *num* fazer científico de qualidade nesse tempo de 2 anos, me vi buscando formas de dizer o que não se escreve, de mostrar o que obviamente

---

<sup>41</sup> Ponto de Exu na Umbanda, domínio público. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FDZ2t4x7zFU>

<sup>42</sup> Música “Ponto de Força” de Sant, Onni, Angola e Guizo. Disponível em: <https://youtu.be/V-G7LC6QzTA>

<sup>43</sup> Música “Serena Assumpção” de Irok. Disponível em: <https://youtu.be/hcjAVC5UwS8>

não se queria deixar ver e de conduzir pelas veredas quem só caminhara até aqui, em linhas retas... *Laroyê, ago, Exu Odara*.<sup>44</sup>

Assim invocamos, em nome de uma análise mais coerente, fidedigna e próxima à(s) realidade(s) complexa(s) do PEC, espaço enquanto corpo do tempo (MOREIRA, 2019) construído, protegido e vivido por Cunhambebe, meu ancestral, a Pedagogia das Encruzilhadas de Rufino (2019), a Ciência Encantada das Macumbas de Simas (2019) e as Filosofias Africanas de Lopes e Simas (2020). Pelo reencantamento do fazer - neste caso, fazer Ciência na UNIRIO - riscamos no chão da academia uma Encruzilhada em que saberes, fazeres, espaços, tempos e formas de ler o mundo habitado se olham de frente. *Ê Ogunhê, tata que malembe!*<sup>45</sup>

D'um encontro às escuras epistemológicas, daqueles que só a luz da Lua alumina e apresenta caminhos ontológicos, como em minha infância nas matas, morros e beira-mar, vislumbramos a Geopoética (PONCIANO, 2018; SANTOS et al, 2019; REIS e PONCIANO, 2021) como Lugar de Fala (RIBEIRO, 2018) dos fazeres destes sujeitos que viveriam comigo o pesquisar em UC. E, foi por meio da troca e partilha de afetos abraçados por Palavras Poéticas<sup>46</sup>, do cuidado com o meio que é parte de mim (e deles) e no (re)encontro de si pelas relações construídas em pesquisa, práticas e cotidianos que se deu o início da pesquisa e(m) ação<sup>47</sup> na segunda maior UC do Rio de Janeiro com aquelas e aqueles que hoje protegem a Onça, outrora Cunhambebe, a Montanha, *camará* dos meus (Apêndice X) e as águas que alimentam o(s) Rio(s) (Apêndices V e X) *Ara Wa R'ómi wá!*<sup>48</sup>

Os referenciais teóricos hegemônicos da Geopoética, anteriormente apresentados aqui, em uma linha do tempo figurativamente reta - para incluir novamente - se iniciam com um olhar eurocentrado em busca de consenso como única forma de trabalhar em conjunto por um bem comum. Convidamos a uma proposta que também envolva descrever as nuances das curvas dos rios, dos corpos e da vida, focando em autoras mulheres brasileiras que abarcam a

<sup>44</sup> Música “Bravum Elegbara” de Fabiana Cozza. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RIfNa9lbeUs>

<sup>45</sup> Música “Pisa Caboclo” de Mestre Suassuna. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Fu9KqtOBVeQ>

<sup>46</sup> Peço publicamente licença e agradeço ao amigo e colega de pesquisas Maycom Lopes pelas palavras preenchidas de cores, cheiros e sabores a cada reunião, encontro e campo. O nome, Palavras Poéticas, é dele e traduzem perfeitamente bem o que o Guarda-Parque-Pesquisador-Poeta, como ele mesmo se definiu, faz ecoar sempre que abre a boca!

<sup>47</sup> Um Salve ao Grupo de Trabalho Pesquisa e(m) Ação da UFF pelo reconhecimento, pós-qualificação e facilidades durante os encontros de posteriores caminhos e caminharos por felizes madrugadas enveredadas!

<sup>48</sup>Música “Ara Wa R'ómi wá” do Grupo Ofã. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qu8n1f0OPUM>.

Geopoética, pois "lamento quem se perdeu, mas são nelas que eu me acho, pelas curvas..."<sup>49</sup> Ponciano (2018) e Santos (2019) tecem redes de múltiplas subjetividades e convites à individualidade na leitura com afeto deste conceito, trazendo outras formas de observar o meio, formas essas externas às usuais na academia, e que são aqui ampliadas. Nesse movimento buscamos entortar as linhas do tempo e, encruzilhantes, observar a constante transformação do espaço para além da história de presenças, transformações e disputas, mas pelas memórias indiscutivelmente presentes no fazer, nos saberes que não se reconhecem saberes e nos convites que o afeto a cada encontro faz.

Rivera Cusicanqui (2015), uma de certa forma parente, do frio e das folhas, busca traduzir em seus textos e proposições um pouco do que é o tempo cíclico, que não por isso se encerra em si, repetindo padrões inalteravelmente. Como se (?) gingasse com Esú em sua brincadeira de explicar pra academia do que se trata um tempo que não progride ou regride, o que se conta sem contabilizar e como não se é sem antes estar, a autora nos empresta os ciclos econômicos de uma agricultura familiar como exemplo de cruzo entre tempo, espaço e saberes próprios. Reconhecidos em equivalência resultam na transformação da Cidade pela manutenção adaptada de lógicas - ancestrais - do campo e emprestam à Economia questões e reflexões sobre o ambiente e os direitos daqueles feitos Outros, sejam estes os rios, as Matas ou mesmo as pessoas que as lógicas do ordenamento territorial dominante marginalizam.

Para Krenak (2019, p. 14), "se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos". Cientes que indígenas, afroindígenas, filhos e netos de pessoas escravizadas têm maior proximidade com essa memória abordada por Krenak, mas lembrando também que viemos todes de África (BOFF, 2010; LOPES; SIMAS, 2020), buscamos essa retomada de vínculos com nossa memória ancestral, ou como alerta o *rapper* Onni em Ponto de Força, o necessário, "bem mais que resgate, é deixar a vela acesa"<sup>50</sup>.

Respeitando a diversidade de manifestações dessa memória que, para o *rapper* Sant, é "fonte de luz que não dimensionamos"<sup>51</sup>, sendo contra hegemônicos à uniformização estatal e aos constantes confrontos liberais do entendimento e das formas de ser e de se relacionar Natureza como convidam Krenak (2019) e o *rapper* Angola em seu conselho "não compare a

<sup>49</sup> Música "Curvas" de Kayuá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiFfp81nOuE>

<sup>50</sup> Música "Ponto de Força" de Sant, Onni, Angola e Guizo. Disponível em: <https://youtu.be/WN-FgwTkqhY>

<sup>51</sup> Idem 46

ninguém, nem deixe comparar você”<sup>52</sup>, em nossa Encruzilhada Geopoética se encontram, atravessam e seguem adiante a ciência e a práxis dos GPs do PEC, seus afetos ambientais, nossas criações e registros.

Simas (2020, p. 22) traz a visão de um “real ancorado na crença em uma energia vital que reside em cada um, na coletividade”, nos fazendo refletir sobre esse corpo encantado e repleto de presenças, de Cunhambebe, Aimberê, pretas e pretos escravizados que estiveram onde hoje estão as ruínas (Figuras 18 a 21), no atual território do PEC em sua Zona de Amortecimento. Assim, “toda força ancestral pondo a prova nosso discurso” nos convida como Onni (2021) e Rivera Cusicanqui (2015) a ver através dos tempos que produziram aquele espaço. Ambos, tratando o tempo e o espaço indissociáveis, porém, distintos, dialogam com a análise da realidade de forma complexa para além do material, do tangível e do registrável.

Para Bouvet (2012), um exercício interessante de registro e reconhecimento do afeto gerado pelo meio é a revisita, após um tempo e em outro espaço, ao local “explorado”<sup>53</sup>. Essa revisita, se pensada como uma prática e não somente uma atividade pontual vinculada a um espaço, pode expandir a Geopoética enquanto teoria sobre as relações para uma categoria de análise sobre os movimentos que afetam, construindo novas relações.

O que propomos em nossa Encruzilhada com a música Ponto de Força, o embasamento da Geopoética e as Territorialidades Guarda-Parques é justamente esse olhar sobre os movimentos do fazer que, ainda que sem estrutura, apoio, reconhecimento, acontecem, na prática. Pois, seus “cortes cicatrizam, registram suas dores. Também as tenho, isso não as fazem menores”<sup>54</sup> e, como Sant, reconheço neles o que me move.

A seguir, todas as legendas das fotos deste tópico são oriundas da música Ponto de Força e, em cruza com as imagens, nos convidaram à visita ao lembrar de nossas presenças no PEC e ao afeto de quem ainda não foi, pelas lentes e escuta de quem esteve..<sup>55</sup>



<sup>52</sup> Ide  
<sup>53</sup> Qu  
 consideramos  
 propomos a re

<sup>54</sup> Ide

<sup>55</sup> Ide

geopoética, por  
 om o que nos



**Figura 18.** “A cultura desmoronando” (ONNI). Fonte: Acervo Pessoal.



**Figura 19.** “O plano segue aumentando o quintal” (ONNI). Fonte: Acervo Pessoa.



**Figura 20.** “E cante pelo sangue que derramei” (ONNI). Fonte: Acervo Pessoal.



**Figura 21.** “Raízes com o sangue da minha família” (GUIZO). Fonte: Acervo Pessoal.

Destacamos ainda que, “se a razão conhece é a vontade que escolhe”<sup>56</sup> e, com Angola, sugerimos a quem nos ler, que o faça com os olhos que falam, pois “o olho também fala”<sup>57</sup> e “quando fala, dá pra ver”<sup>58</sup>. Que a cada Encruzilhada Geopoética de futuros pesquisadores, o que se leve em consideração primeira do campo vivido seja a vida, em seguida ao que ela convidou a sentipensar (BORDA, 2009) e, em registros, que fiquem os afetos ambientais transmutados em movimentos.

A cada linha, conceito ou referência, escolhemos conscientes. Erraremos, deixaremos lacunas e hermeneuticamente perderemos a chance de aprofundamentos do que ainda não entendemos. O que firmamos é a busca por trazer à luz da ciência as práticas e territorialidades hoje guardiãs desse corpo-território (HAESBAERT, 2020) encantado de memórias ancestrais que hoje chamamos de PEC, com diversos saberes convidando às retomadas do Eu Natureza (COUTO, 2011; KRENAK, 2019; RUFFINO, 2019, SIMAS, 2020; SANT, ONNI, ANGOLA, GUIZO, 2021).

---

<sup>56</sup> Idem 46

<sup>57</sup> Idem 46

<sup>58</sup> Idem 46

## 5.2. Práxis Geopoéticas pela Conservação: “ter meu swag, teu sonho”<sup>59</sup>”

No interior do cantar  
As porteiras não fecham  
Deixam frestas entre  
Os campos belos, cantos raros  
(Interior - Rashid feat. Rapadura)<sup>60</sup>

A Pesquisa-Ação como metodologia de práxis investigativa e geradora de conhecimentos **com** e não **sobre** (BARTHOLL, 2018) pressupõe relação, diálogo, acordos e um quê de lúdico no **imaginar mundos** (COSTA *et al.*, 2020) outros para o espaço e com os sujeitos em pesquisa. Desde o primeiro campo, a companhia dos GPs a cada passo e as contribuições sobre as reflexões eram constantes e propositivas. O que seria mais uma pesquisa em UC com registros próprios da colaboração direta deles, para nós, ética, política e esteticamente, não poderia ser nada menos que uma ação de reconhecimento dos fazeres dos GPs e da construção de seus conhecimentos. Fomos, como o *rapper* Kayuá, buscar nossa verdade e fazer acontecer, pois “Minha mãe não fez covarde / vai dá certo d’outro jeito.”<sup>61</sup>

Nesta Encruzilhada Geopoética estavam os GPs, dois anos de Mestrado e nove de lutas por direitos e regulamentação do cargo, de encontro às políticas públicas ambientais em desmonte e uma academia comumente arrogante, também sob a mira do governo vigente, precisando se reinventar. Órgãos gestores sob ataques, povos originários e comunidades tradicionais comparados a animais, e animais sendo monetizados como recursos vinham de encontro a sujeitos uniformizados com relações próprias com o meio, com o estado e com a poética da vida.

O Pré-Mestrado, primeiro grupo criado de forma associada a presente pesquisa, iniciado após oficinas (Apêndice G) no PEC, teve início em 2019, contou com encontros virtuais semanais às quartas-feiras por 2 horas diárias entre Março e Novembro. Os encontros se dividiram em três momentos distintos, sendo o primeiro composto por aproximadamente 30 horas de discussões sobre textos previamente selecionados. Os temas centrais de debate e dos textos (a maioria baseados em artigos científicos) foram Território, Conservação da Natureza, Educação e Interpretação Ambiental. Durante os encontros foram produzidas atas coletivas, em que todes presentes revisavam o documento final, retirando o que preferiam que não fosse mencionado ou registrado, complementando falas e opiniões sobre os temas

<sup>59</sup> Música “Nóis no topo” de Amiri. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FVdIPazN5FE>

<sup>60</sup> Música “Interior” de Rashid ft. Rapadura. Disponível em: <https://youtu.be/1vn64Swg-tg>

<sup>61</sup> Música “D’Outro Jeito” de Kayuá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a9MZr4P8bQk>

debatidos e comentando falas dos demais. Nesse sentido, as atas se tornaram um momento a mais de estudo, partilha, trocas e construções coletivas para além dos encontros em si.

	<b>Debates</b>	<b>Escrita</b>	<b>Ensaios</b>
<b>Momento</b>	Referencial Teórico	Tema, Pré-Projeto	Processo Seletivo
<b>Carga Horária</b>	Aprox 40h	Aprox 30h	Aprox 20h
<b>Material</b>	Artigos e Lives	Docs. em Drives	Pré-Projetos
<b>Descrição</b>	Leitura e discussão de artigos sobre Território, Conservação da Natureza, Educação Ambiental e Unidades de Conservação, lives e projetos de lei sobre políticas públicas de Ordenamento Territorial em espaços protegidos e construção coletiva de atas.	Escrita em documento compartilhado, debate sobre metodologias de pesquisa, costuras de referenciais teóricos e construção de defesas dos projetos.	Convidadas, convidades e convidados mestrandes e doutorandes da UFF, UFRJ e UERJ avaliaram os projetos escritos e defendidos no formato do edital do ano anterior do processo seletivo do PPGEC-UNIRIO.
<b>Considerações</b>	Durante os encontros, muitas vezes alguns conceitos eram lidos com surpresa ou contraditoriedade pelos GPs presentes por se distanciarem na teoria, prática e nas políticas públicas que regulamentariam essas práticas.	As maiores dificuldades encontradas por participantes foram a) escrever “como se não fizesse parte” do que estavam pesquisando; b) defender conceitos que, na prática, não se aplicavam; c) encaixar objetivos “de pesquisa” em seus objetivos próprios e de suas comunidades de forma que os projetos “coubessem na linha de pesquisa do professor que fala disso”.	Neste processo todes se ajudaram, inclusive partilhando referências que encontravam e serviriam a projetos que não os próprios. Na reta final, três pessoas desistiram de participar do Processo Seletivo daquele ano dada a realidade distante “dos conhecimentos de informática exigidos pelo edital para, por exemplo, a conversão de documentos”. Do grupo, três participaram do processo, todes foram aprovades e hoje integram a Turma 2021 do PPGEC-UNIRIO, sendo dois GPs.

**Tabela 3.** Sobre o Pré-Mestrado. Elaborada pela autora.

Já o Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GESF) tem início em 2020 com objetivo de abrigar saberes feitos outros pela ciência hegemônica. Inicialmente uma continuidade do Grupo de Estudos Pré-Mestrado e da oficina realizada no PEC, o GESF se traduziu em práxis

do que a pesquisa teorizava: uma encruzilhada de saberes dos GPs e fazeres da academia. Não por acaso a ordem “esperada” pelas duas coordenadoras (Camila Reis e Luiza Ponciano) não se fez inteiramente presente durante a programação dos encontros semanais de duas horas de duração em cada dia (segundas e quartas, com integrantes diferentes), com o grupo levando as propostas pensadas inicialmente para novos caminhos.

Como contamos no Apêndice X, o GESF é uma ação associada com o @GeoTales (UNIRIO) vinculada à pesquisa "Encantar-se Cunhambebe: Naturezas em territorialidades da Conservação" (título anterior da presente pesquisa), onde convidamos para dentro da universidade saberes e fazeres dos Guardas-Parques, moradores de favelas/faveladxs, comunidades tradicionais, povos originários e demais construções do pensar e fazer marginais à hegemonia. Neste sentido, abrimos juntxs frestas de acesso à academia para estes corpos a partir de encontros de leituras, escritas coletivas e oficinas de construções metodológicas que se adequem às pesquisas pretendidas por elxs e no autocuidado e auto(re)conhecimento de cada pessoa em si, como uma base diferencial para os seus projetos, pois como diz o *rapper* Kayuá “conheço atalhos, prefiro construir caminhos”<sup>62</sup>.

Desde dezembro de 2020 temos focado no GESF em abarcar diversos temas, em especial associados com uma visão mais ampla e integrada dos Territórios a partir da Geopoética, que quando incorporada em atividades de Conservação da Natureza (ou Conservação do planeta Terra como propomos de uma forma mais ampla), também traz em si uma proposta de valorização da diversidade de todas as formas de vida e do (re)encantamento do mundo pelo afloramento de nossas percepções, adormecidas por várias adaptações que fomos sendo forçadxs/ nos forçando a fazer, especialmente para “avançar” no sistema atual de ensino “superior”.

A rede de pesquisas, de pessoas, de afetos e de brincadeiras que é tecida toda semana no GESF é uma base para que todes possam falar suas próprias práticas e propostas para o funcionamento de novas pesquisas contra hegemônicas / contra coloniais dentro da academia, pois ainda é necessário destacar que “Diz a quem manda que é difícil / Iemanjá mandou dizer<sup>63</sup> / (...) / “Luta é por igualdade, não segregação / Não existe momento perfeito, além do

---

<sup>62</sup> Música “Curvas” de Kayuá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiFfp81nOuE>

<sup>63</sup> Música “Ogunté” de Majur e Luedji Luna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OT1sSQLanw>

agora / Quando acordo ou me deito, isso ferve no meu peito / Vou buscar minha verdade, encarar medo faz parte.”<sup>64</sup>

Ao longo dos encontros do GESF, que começaram em dezembro de 2020, a partir de uma solicitação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIRIO (Proexc), após o @GeoTales participar da série Somos Proexc nas redes sociais (@proexc\_unirio), recebemos o convite de participar de uma nova série chamada "Papo Reto". Em março de 2021, integrantes do GESF tiveram três vídeos publicados no @proexc\_unirio, nessa campanha para ampliar as discussões sobre o conceito de Extensão Universitária, com o objetivo de dar mais visibilidade aos parceiros extramuros que participam dos projetos de extensão da UNIRIO.

Seguem os depoimentos de alguns dos participantes do GESF nesta série, e que de uma forma alinhada com os nossos objetivos, apresentam o grupo de uma forma coletiva, apesar de neste caso ainda mais formal e institucional, por seguir um modelo de formato solicitado pela Proexc: “Olá! Sou Maycom Lopes, Guarda Parques no Parque Estadual Cunhambebe - PEC, Mestrando em Ecoturismo e Conservação – PPGEC/UNIRIO. Trabalho em Unidade de Conservação - UC há 9 anos, esse sendo um dos grandes motivos de minha pesquisa ser realizada no Parque Estadual Cunhambebe, pesquiso a criação de novas ferramentas para diminuição de Incêndios Florestais em UC, para a partir disso criar uma amplitude de visão sobre meio ambiente equilibrado para as novas gerações, Participo do grupo de estudo Saberes da Fresta – GESF, também participante desse grupo e grande incentivadora a mestranda em Ecoturismo e Conservação – PPGEC/UNIRIO, Camila Reis, que também tem sua pesquisa realizada no PEC com FOCO nos Guarda Parques, sobre orientação da docente Luíza Corral, idealizadora e responsável pelo grupo de estudo Saberes da Fresta, estar participando do grupo e algo inovador e encorajador ao mesmo tempo, tendo em vista que no grupo somos pessoas totalmente diferentes com pesquisas diferentes e percepções diferentes, mas que caminham para o mesmo ideal a CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, o diferencial do grupo e que todos tenham a oportunidade de se expressar e com isso alimentar o sonho de novos pesquisadores que estão por vir, e que por ventura assim como eu pensaram que não conseguiriam, mas se enganaram, realmente sozinho e mais difícil, mas como grupo tudo fica mais fácil, no grupo temos a oportunidade do cruzo de ideias, aonde fica visível a vivência de cada integrante do grupo de suas buscas poéticas, sociais e culturais.”<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Música “D'Outro Jeito” de Kayuá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a9MZr4P8bQk>

<sup>65</sup> Série Papo Reto, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMw8fxCpnAM/>

“Sou Monique Chessa, Angrense, descendente de família tradicional Caiçara de Angra dos Reis e Parati. Estou participando do projeto de extensão da UNIRIO “Geomitologia da América do Sul: as rochas contam a nossa história”, coordenado pela prof. Luiza Corral Ponciano e associado ao grupo de estudos saberes de fresta da equipe do GeoTales, onde buscamos abrir coletivamente Frestas de entrada na pós-graduação para aquelas e aqueles que, de alguma forma, o saber hegemônico rejeita. O grupo é mediado pela mestrandia em Ecoturismo e Conservação do PPGEC/UNIRIO, Camila Reis, junto com a docente Luiza Corral, vice-coordenadora do PPGEC. Como professora de geografia, mãe e ambientalista angrense, no meu trabalho em sala de aula ou em projetos nas comunidades tradicionais das praias e ilhas da baía da Ilha Grande, em Angra e Parati, valorizo os saberes ancestrais dos meus antepassados respeitando o território natural e a luta para a sua preservação e por um futuro saudável para os nossos descendentes. Faço parte da coordenação da ONG SAPÊ (sociedade angrense de proteção ecológica), na qual milito há muitos anos pela conservação do nosso ambiente Natural. A SAPÊ desenvolve diversos projetos de educação ambiental com foco nas comunidades tradicionais e na preservação desse espaço, fortalecendo as comunidades e criando resistência junto aos órgãos públicos e em defesa das comunidades. A cidade de Angra dos Reis vem sofrendo há muito tempo com o processo de ocupação desordenada causado pelo modelo capitalista de desenvolvimento econômico que existe no Brasil. Todo esse crescimento causou grandes impactos que descaracterizam o nosso litoral e a nossa história, culminando em perdas do ambiente natural marinho e costeiro, além das nossas florestas, causando vários problemas como o desmatamento, poluição, lixo atômico, ou seja, grandes ameaças para o futuro ambiental da Baía da ilha grande. Por isso é muito importante estar envolvida com os projetos de extensão da Unirio e estou muito feliz em conhecer e fazer parte dessa equipe do grupo Saberes de Fresta, pois junto somos mais fortes, o fazer e pensar coletivos vai salvar o mundo, assim espero e acredito.”<sup>66</sup>

“Olá, boa tarde a todas, todes e todos, eu sou Lidiane Santos, da Cidade de Deus, integrante da instituição de base comunitária Alfazendo. No território minha atuação é através da rede comunitária de desenvolvimento socioambiental - o projeto Eco Rede. As metas do projeto Eco Rede conversam com as metas do plano Cidade de desenvolvimento local através da educação socioambiental da comunidade. Entre nossas atividades estão a rede apoio ao catador de material reciclável, ponto de coleta seletiva solidária - os eco pontos, oficinas de arte-educação, formação continuada da equipe, de pais e de professores, entre outras. O

---

<sup>66</sup> Série Papo Reto, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNndPryJ2zi/>

diálogo com a Unirio teve início através da Rede Favelas Sustentáveis, que o Alfazendo faz parte, discutindo o diálogo entre a favela e a academia. Depois recebi o convite da Camila Reis para participar do grupo de estudos e então essa relação se aprofunda dentro do Grupo de Estudos Saberes de Fresta porque nele a construção de uma academia para todos e a valorização dos conhecimentos se alinham. É um movimento que dá esperanças, ressignifica trajetórias e reconstrói caminhos. E eu tô dentro desse processo incrível tendo a oportunidade de contar minha história em parceria com a geopoética do Orum ao Aiyê: a Terra que atravessa o tempo, coordenado pela docente Luiza Corral Ponciano, não como um ato de solidariedade. Elas não querem só ouvir o que eu tenho a falar, elas valorizam e respeitam minha história.<sup>67</sup>

Além dos depoimentos acima, a seguir continuamos com uma descrição, agora de acordo com a forma que cada pessoa quis fazer, numa construção coletiva sobre “O que é o GESF?” pelas palavras de quem o integra, recolhidas agora, no final de Julho de 2021:

Segundo Pammella Casimiro, “O Grupo de Estudo Saberes de Frestas (GESF) é um local de começo, caminhos de encontros e fim para novos inícios. Uma vez por semana nos encontramos para debater, confrontar e desenrolar através do referencial teórico e metodológico decolonial disposto para academia onde é possível perceber as confluências do corpo-território (colocado a margem com a literatura), que é delicadamente escolhida pelas coordenadoras. Ciência com afeto, pesquisa coletiva, saberes que se (con)fundem, são apenas alguns exemplos das ações que ocorrem nos encontros. O GESF é ponte, pois possibilita o cruzo para além da academia com outros saberes, fazeres e não mais importante, com outras universidades. Um campo fértil onde se há possibilidade de florescer, aparecer e multiplicar com podas, mas sem corte. Lá é possível pôr em prática o Saber Viver, e o saber fazer. Pela liberdade e confiança, é possível compartilhar tempo, experiências e aprendizados, algo que é muito presente no Grupo de Estudos Sabres de Fresta. E como reflexo desse confiar, partilhar e liberdade, temos a oportunidade de ajudar em algumas ações do coletivo como a criação de postagens para o Instagram do GeoTales através da plataforma digital de criação e edição Canva, onde também fazemos a criação de cartilhas informativas. A leitura de editais e escrita para eventos, podendo estender para apresentação de trabalhos e práticas de oficinas, também é uma das atividades que escolhemos puxar neste coletivo.”

---

<sup>67</sup> Série Papo Reto, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMM0ARwJfcn/>



Para Maycom Lopes, “O Grupo de Estudos Saberes de Fresta é como a imagem do CARINHO de alguém que te espera de BRAÇOS ABERTOS sem querer nada em troca, abraço esse repleto de AMOR, RESPEITO e AFETO, todos dentro desse abraço tem sua próprias histórias, nada nos é tirado dos passos e caminhos já trilhados, mas juntos e caminhando LADO a LADO, por onde quer que passamos PLANTAMOS PAZ, para que em um novo dia, outros como nós COLHA dessa mesma PAZ.”

“Eu sou Paulo Simplicio Guarda-Parque do PE Cunhambebe e me sinto muito honrado e feliz de poder fazer parte desse grupo de estudo a convite da Camila e da professora Luiza, em que visa apoiar, incentivar, capacitar e empoderar os GPs diante do seu potencial intelectual e da própria experiência empírica.”

Kim Tiba nos traz que: “Me juntei ao GESF a partir de um convite da Camila, que ao notar minha insegurança dentro do meio acadêmico, disse que lá eu poderia me sentir confortável em me familiarizar com este meio. Eu nunca tinha participado de um grupo de estudos antes, portanto, fiquei com receio em um primeiro momento de me ver novamente retraído de expor minhas opiniões e experiências. Contudo, eu não poderia estar mais equivocado. Pois no GESF, me senti confortável desde o primeiro dia que participei do encontro, já que todos estavam abertos a ouvir o próximo, o que consequentemente me deixou seguro de falar também. Ouvir e ser ouvido, aprender através da interseccionalidade dos diferentes gêneros de vida dos meus colegas, é algo que fui compreender como uma outra maneira de “fazer ciência”. É um fazer científico leve, bem humorado, menos formal talvez, mas nem por isso mais raso. Muito pelo contrário. Abordamos temas por espectros que muitas vezes são desconsiderados, ou mesmo não validados pela maneira hermética como a ciência dita “convencional” se apresenta para o público em geral, inclusive para quem se vê dentro dela (azar da ciência convencional). Só que mais do que isso, crescemos por meio do esforço de cada um em tentar passar com detalhes a sua realidade, expondo sua experiência como sujeito naquele lugar. Crescemos discutindo paradigmas e empoderando o que é chamado de “conhecimento tradicional” pela academia. E especialmente, crescemos ouvindo músicas e poesias, sorrindo, debatendo e dialogando. Foi onde, na minha humilde opinião, notei que o fazer ciência também é uma arte e por isso, fico feliz de poder ter conhecido este grupo, que tem me ajudado a ampliar o meu horizonte acadêmico.

E Arc nos conta que:

“Jogando, na ginga com jeito  
O corpo no mundo que é corpo  
Dançando, lutando e ouvindo canções  
Aborda a borda  
Cruza os de lá com os de cá e vice versa  
Aprende com quem leciona e com quem rima as conversa  
Tá na área e no cruzamento preciso ao mesmo tempo  
Na finta e na fresta mostra o talento  
Uma pitada de oriente  
Espalha sementes e sabe ser/ver terra fértil  
Quase inacreditavelmente linka canequinhas de café com calma  
Fazer o que gosta e o que acredita pra celebrar também a alma  
Salve tu, as folhas e as matas  
Ah Camila!!!  
Uma salva de palmas.

Até a conclusão dessa escrita - e, obviamente, não da ação e tampouco das pesquisas que desdobram desta ou com esta -, fizeram parte do GESF Guardas-Parques, Favelades e Moradores de Favela<sup>68</sup>, remanescentes indígenas e quilombolas, pretes e LGBTQIA+. Dentre aqueles que não frequentam mais os encontros do grupo estão pessoas que entraram em Programas de Pós-Graduação do Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive no PPGEC UNIRIO. Uma pessoa saiu do grupo de quarta-feira do GESF por discordar do formato proposto nos

---

<sup>68</sup> Respeitamos a escolha de cada uma e cada um envolvido na ação.



	<p>controle. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009.</p> <p>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala—tensões de territorialidades. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 20, 2009.</p> <p>HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020.</p> <p>JUNIOR, Luiz Rufino Rodrigues. Pedagogia das encruzilhadas. Periferia, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.</p> <p>BOUVET, Rachel. Como habitar o mundo de maneira geopoética?. Interfaces Brasil/Canadá, v. 12, n. 1, p. 09-16, 2012.</p> <p>MELLO, Cecília Campello do Amaral. Devir-afroindígena: “então vamos fazer o que a gente é?”. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 23, n. 23, p. 223-239, 2014.</p> <p>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas, p. 5-26, 2006.</p> <p>PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 22, 2010.</p> <p>PINTO, Eduardo et al. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. Revista Histedbr On-Line, v. 10, n. 38e, p. 223-238, 2010.</p> <p>BORDA, Orlando Fals; MONCAYO, Víctor Manuel. Una sociología sentipensante para América Latina. Siglo del hombre, 2009.</p> <p>SANTOS, Lilaz Beatriz Monteiro; SIMÕES, Bruno Francisco Teixeira; DE OLIVEIRA PONCIANO, Luiza Corral Martins. Ecoturismo e Conservação na Área de Proteção Ambiental do Morro do Cachambi, Rio de Janeiro: pela tessitura das vozes geopoéticas em trilhas. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 12, n. 5, 2019.</p>		
<b>Período</b>	DEZ 2020 - ABR 2021	ABR 2021 - JUN 2021	MAI 2021 – em continuidade
<b>Oficinas</b>	Elementos Textuais; Temas e Perguntas; Metodologias Outras <sup>69</sup>	Ciência Coletiva; Escrita Coletiva	Lattes, Orcid e Research Gate; Editais
<b>Material</b>	Artigos, Lives, Músicas (Letras e Clipes), Filmes e Documentários		

<sup>69</sup> Links do instagram

	(Festivais), Pinturas, Entrevistas,		
<b>Descrição</b>	Encontros em formato de roda de conversa cujas rodadas com roteiro pré-estabelecido (Figura 22) convidavam a refletir sobre as diferentes interpretações dos textos estudados, assim como a construir coletivamente uma percepção do grupo. A composição heterogênea do grupo instigou a bons conflitos de formas de ver e traduzir os conceitos para as próprias realidades, o que também se tornou um exercício e, posteriormente, uma prática: falar em cruzos, sem buscar ou exigir consenso ou convencimento do outro.	Continuação dos encontros em formato de roda de conversa cujas rodadas com roteiro pré-estabelecido (Figura 22) convidavam a refletir sobre as diferentes interpretações dos textos estudados, assim como a construir coletivamente uma percepção do grupo.	Escritas coletivas em documentos compartilhados. Foram submetidos a eventos e revistas trabalhos cujas pesquisas dialogavam entre si e com os temas-centrais do grupo nos formatos de poema, resumo, resumo expandido, capítulo de livro e artigo científico.
<b>Considerações</b>	Os encontros foram marcados por acolhimento daqueles que já foram parte de outros grupos de estudo com a autora ou com algumas das coordenadoras e por um processo orgânico de construção identitária do grupo enquanto coletivo. Assim como relata Y Costas (2021), vivenciamos momentos de solidariedade e empatia com as questões do outro no contexto pandêmico e virtual. Dificuldades tecnológicas também foram superadas pelo grupo agindo em conjunto e pensando soluções em coletivo. Os conceitos de Território e Natureza geraram muitos questionamentos e foram fronteira entre o primeiro e segundo momento por seus lugares nos enfrentamentos internos e externos daqueles que representavam o Estado em territórios protegidos pela Conservação da Natureza.	Durante este momento, assim como em Y Costas (2021), os privilégios ficaram nítidos nos relatos e nas formas de lidar com os processos pedagógicos e próprios à distância. No Grupo, as diferenças de acesso e permanência na rede eram análogas às na academia. E esses relatos e descobertas aproximaram participantes, pesquisas, métodos e esforços.	Continuamos mudando as atividades.

**Tabela 4.** Sobre o GESF. Elaborada pela autora.

### 5.3. Encantar-se Cunhambebe: “coragem, mana, coragem, irmã!”<sup>70</sup>

Fecha a boca e cala os olhos  
 pra ouvir teu coração  
 essa é a luz que invade celas  
 brechas serão vossos caminhos  
 pois tudo que é fácil, é vão  
 e nossos sóis nem cabem nelas.  
 (Coragem, SANT)

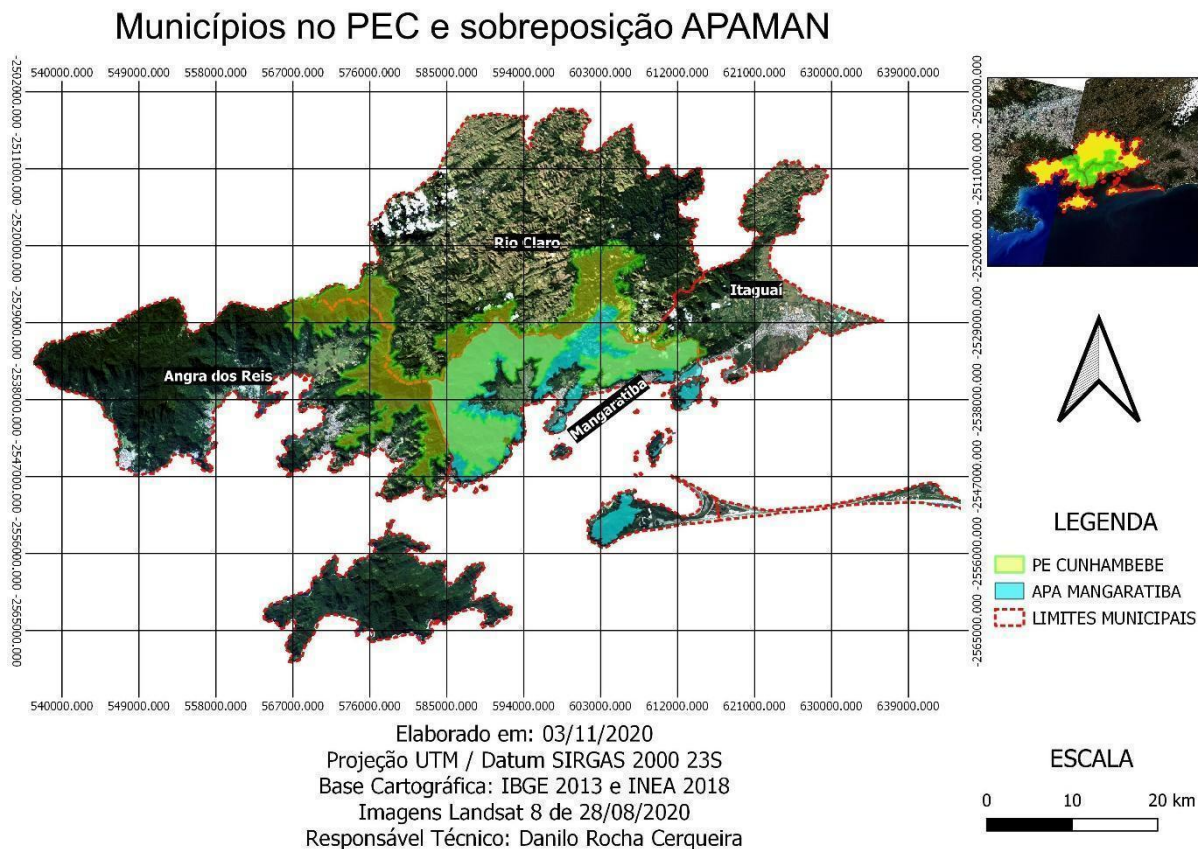
A composição do conselho consultivo foi publicada no Diário Oficial por meio da Portaria INEA/DIBAPE nº117 de 2019:

Instituto Estadual do Ambiente (INEA);  
 Associação Água Marinha;  
 Associação de Moradores e Amigos do Vale do Sahy;  
 Associação dos Agricultores da Agroindústria de Doces de Mangaratiba;  
 Associação dos Comerciantes do Centro de Mangaratiba;  
 Associação dos Moradores de Santa Justina;  
 Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia;  
 Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE);  
 Comunidade Quilombola do Alto da Serra;  
 Conselho Comunitário de Mazombinha e Rio Preto;  
 Ecomuseu de Mangaratiba;  
 EKOS Ambiental;  
 Eletrobras Eletronuclear;  
 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RIO);  
 Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ);  
 FURNAS Centrais Elétricas;  
 ILAN Instituto de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Sustentável;  
 Instituto Boto Cinza;  
 Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos do Cidadão (IBDDC);  
 Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ);  
 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) - 50ª Subseção (Mangaratiba);  
 Porto Sudeste do Brasil S/A;  
 Prefeitura Municipal de Angra dos Reis;  
 Prefeitura Municipal de Itaguaí;  
 Prefeitura Municipal de Mangaratiba;  
 Prefeitura Municipal de Rio Claro;  
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);  
 Universidade Federal Fluminense (UFF);  
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ);  
 VALE S/A;  
 TERNIUM Brasil LTDA.

Estes trinta e um conselheiros são responsáveis por dialogar sobre os mais de 40 mil hectares somados em áreas costeiras, urbanizada e ruralizada, de montanhas em quatro distintos municípios. Além da imensa diversidade de formas de usar e ocupar uma UC, de

<sup>70</sup> Música “Coragem” de SANT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5WoFgNxsgtk>

enxergar o ambiente e de se relacionar com os demais seres vivos e organismos não vivos, há também a diferente proporção territorial de parque em cada município, assim como a diferente oferta de área verde em outros espaços desses municípios, como mostra o **Mapa 2**.



**Figura 23:** Municípios que abrigam o PEC. Elaborado por Danilo Rocha Cerqueira.

Além de conhecer e representar os interesses de territorialidades representativas da forma de ser, estar, usar e ocupar quilombolas, indígenas, rurais, urbanas, de pescadores artesanais e caiçaras, o conselho precisa responder por flora, fauna e elementos abióticos componentes do PEC e seu entorno. Destacamos aqui o uso plural de cada categoria tradicional ou originária, pois entendemos e respeitamos, como Raffestin & Bresso (1979) em Saquet (2015), a subjetividade coletiva de grupos diferentes como componente de formas distintas de se relacionar com o ambiente, ainda que de grupos categorizados similarmente ou sob um mesmo “guarda-chuva” de entendimento acadêmico.

O Inea, apesar de ser mencionado como a primeira cadeira a compor o conselho, tem sua representatividade na figura do gestor da UC em questão. No caso do PEC, do início da pesquisa (Agosto de 2019) até agora (Novembro de 2020) quatro gestores já supostamente

ocuparam essa cadeira. Digo supostamente, pois houve apenas três reuniões do Conselho PEC/APAMAN nesse período. E, em uma delas, o gestor em exercício apenas se apresentou, com seu nome e um aceno.

O atual representante da cadeira do Inea no PEC, presente na última reunião do Conselho, se apresentou a quem não o conhecia (pois já prestava serviços ao parque há alguns anos como consultor técnico) e solicitou compreensão, auxílio e parceria dos membros do conselho.

A atual composição do conselho consultivo do parque apresenta as quatro prefeituras do território que abrange. Cada prefeitura pode escolher a secretaria que estará presente a representando. Em reuniões, já estiveram a Secretaria do Meio Ambiente de Mangaratiba e a Secretaria de Turismo de Rio Claro. Nas três reuniões em que estive presente, não vi presença de representantes de Angra dos Reis ou de Itaguaí.

Sendo o Conselho PEC/APAMAN sediado em território da APA e composto majoritariamente por atores relacionados a Mangaratiba, nos questionamos sobre as possíveis disputas pelo poder do Conselho, ainda que consultivo, dadas as territorialidades presentes (e ausentes!).

Para Haesbaert (2004), aqueles que detêm o poder dos espaços sociais devem ser observados diante das possíveis des-territorializações e consequentes re-territorializações daqueles que não detêm o poder. No Conselho, apesar de ocuparem uma cadeira representativa, os remanescentes quilombolas têm em sua representatividade um rapaz que, em sua primeira reunião, foi convidado a se apresentar, falar um pouco e ser subitamente interrompido. Assim como, um dos convidados do dia, um representante de ação de turismo com interesse na região, ofereceu a este rapaz “e sua comunidade”, a possibilidade de lucrar com essa ação, vendendo souvenirs relacionados à marca. Por fim, pedindo que pensasse a respeito, o representante da ação turística lhe deu um adesivo, “uma demonstração do que vocês podem fazer”.

Nessa mesma reunião, e esse mesmo apresentador de proposta ecoturística, inclusive, o local onde estão uma comunidade remanescente quilombola e os indígenas do aldeamento Bracuí foi chamado “faixa de gaza, sabe como é, melhor evitar”. Interpelado por uma professora universitária, conselheira PEC/APAMAN e coorientadora de pesquisa realizada



fora do território de ambas UCs, mas na zona de amortecimento do PEC, o proponente de atividade de turismo ecológico explicou ser uma área arriscada, “complicada” e só.

Nas duas situações, os olhares do conselho se dividem entre: a) quem mora no PEC, mais próximo a Rio Claro ou em seu entorno, olha diretamente para os GPs, com aparente dúvida ou incredulidade; b) quem representa empresas, mora em Mangaratiba ou nas regiões turísticas do corredor ecológico que o PEC forma com os parques serranos, estes olham para a pessoa que convidou o representante da proposta de turismo, fazem sucessivos questionamentos acerca de como apoiar e fortalecer a proposta e trocam contatos.

O Conselho Consultivo PEC/APAMAN aparece então como espaço de conflitos, disputas e (ex) pressões explicitamente sobre dois territórios distintos. PEC, APAMAN e suas diversas territorialidades. Para além dessa percepção, há também uma nítida diferenciação de quem representa o que no conselho. O espaço ocupado pelos GPs do parque é de margem, na organização das reuniões e de centro na confiança das vozes subalternizadas e até mesmo das ausentes.

Paiva e Araújo (2013) afirmam que o exercício da cidadania se dá quando os indivíduos e grupos locais participam ativamente e amplamente nas tomadas de decisão. As metodologias participativas são, a priori, propostas dialógicas de potencialização da expressão e autonomia de atores presentes. Em documentos oficiais, estas soam como expressivas tentativas dos órgãos gestores de não tornar os Conselhos, sejam eles consultivos ou deliberativos, ferramentas de (des) e re-territorialização. Isto é, ao viabilizar não só a presença, mas a exposição de saberes, interesses e causas, o Conselho Consultivo poderia não compactuar com a perpetuação de silenciamentos.

Seja ao ouvir a totalidade dos conselheiros presentes e assim aos seus diversos interesses, seja ao reunir e convidar a se relacionar às representatividades, as metodologias participativas dão oportunidade à (auto-)governança pelos que habitam. Representatividades de territorialidades que, distante espacial, temporal e culturalmente são extremamente influentes entre si de forma simbólica e material.

Assim como o território, por sua multifuncionalidade, é múltiplo (HAESBAERT, 2004), se desenvolvem nele múltiplas territorialidades que podem ser inclusive somadas, em um mesmo sujeito, a territorialidade estabelecida na área protegida à territorialidade exercida no conselho.

A segunda maior UC do estado do Rio de Janeiro, sob gestão do Inea, tem em seu conselho representatividade de três universidades públicas das sete do estado, sendo uma estadual e duas federais. Não há secretarias de educação ou escolas ocupando cadeiras do conselho. Dos trinta e um conselheiros, apenas sete representam associações de moradores, comunidades tradicionais e assentamentos agrícolas. Os saberes e fazeres diversos *do e para o* PEC estão condicionados à mediação por esses sete representantes e, com sorte, pesquisadores e seus orientadores nessa temática que venham a ocupar as três cadeiras disponíveis. Ou de quem os conhece na convivência, os GPs.

Cunhambebe foi, na resistência à colonização portuguesa, feito liderança e agente de união das mais diversas formas de ver e ocupar que existiam no território da Costa Verde. Mais de 200 culturas e cosmovisões se reuniram sob uma representatividade nas deliberações da Confederação dos Tamoios e concordaram com os acordos dali provenientes (TORRES, 2000; PREZIA, 2017; SILVA, 2020).

Territórios extensos, sobrepostos e disputados nos mais diversos sentidos possíveis no Rio de Janeiro e em São Paulo, territorialidades distintas e discordantes, idiomas e perspectivas diversos foram representados em falas com personalidades como Padre Anchieta e Hans Staden por meio de Cunhambebe. Ontem, indígena, representatividade de resistência e da pluralidade presente no multiterritório, hoje nome de UC localizada em parte destes tantos territórios unidos de outrora.

O Conselho Consultivo de área protegida que leva o nome de Cunhambebe representaria em primeira análise, espaço de resistência às diversas formas atuais de colonização em uma área protegida. Em segunda, lugar de reunião, diálogo e fortalecimento de subjetividades, de formas de uso e ocupação, do encontro e formação de um conjunto de relações com o ambiente e, até mesmo, de reconhecimento dessas territorialidades como em rede, pelo território.

Políticas públicas brasileiras, manuais, diretrizes e autores que pesquisam e avaliam conselhos apontam a educação ambiental como importante agente de mediação entre comunidades residentes, atuantes em áreas protegidas, sujeitos que se relacionam de alguma forma no entorno e órgãos gestores. Entretanto, hoje quem estabelece rotina com o interno e o entorno, quem media conflitos diários, quem pode (e tem como atribuição da função) exercer a mediação a partir desse lugar de educadora ou educador ambiental é o corpo de GPs.

Ainda sob a perspectiva de uma pesquisa-ação e dialogando com a questão da desvalorização dos GPs, assim como Freire (2017, p. 52) “sei que as coisas podem até piorar, mas também sei que é possível intervir para melhorá-las”. E, por isso, atendendo a demanda de um GP sobre o possível significado de uma pós-graduação profissional em seu currículo, foram elaboradas três oficinas.

A primeira, oferecida em novembro de 2019, apresentou o PPGEC, seus produtos, suas especificidades e convidou os presentes a prestarem o processo seletivo. Nesta, estiveram presentes GPs de quatro parques do entorno e dois representantes de uma secretaria municipal de turismo. Em janeiro de 2020, outra oficina foi solicitada pelos GPs e ainda em janeiro, oferecida. Esta se voltou ao passo – a – passo de um levantamento bibliográfico sistemático, seja para construir materiais de informação e sensibilização ambiental para unidade, seja para elaborar um pré-projeto para o processo seletivo de mestrado.

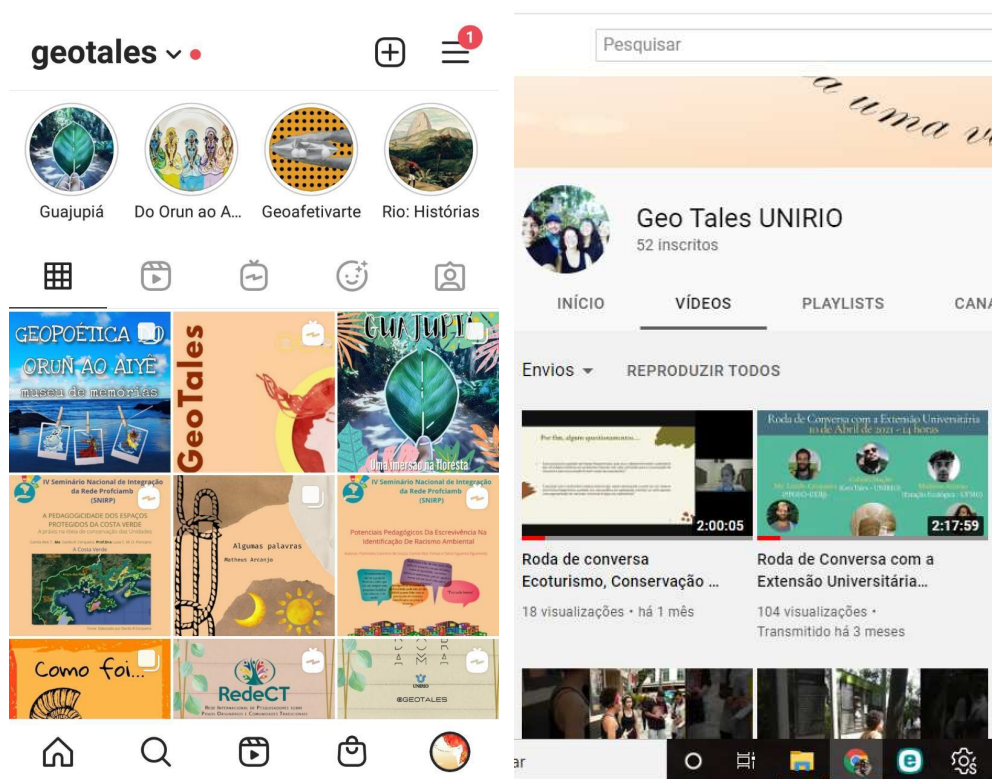
Ambas as oficinas foram descritas em relatórios individuais pelos envolvidos em sua organização e execução. Estes foram organizados e sistematizados em formato de relatórios técnicos, um já submetido a publicação em revista científica. O material poderá contribuir como inspiração de práticas emancipatórias a partir da educação científica contextualizada à realidade dos educandos (FREIRE & NOGUEIRA, 1989) em pesquisas similares.

A partir das oficinas, GPs compuseram a primeira turma do carinhosamente intitulado “Grupo de Estudos Pré-Mestrado”, hoje composto por um GP do PEC, um do Parque Estadual da Ilha Grande e um da Reserva Ecológica da Juatinga, além de três educadores ambientais e uma indígena (descendente, buscando resgate e reconstrução de sua história). O Grupo se reuniu por oito meses todas as quartas, em encontros virtuais com duas horas de duração e debate sobre os pré-projetos, que também foram elaborados em conjunto, além de textos relevantes.

Dos encontros do Grupo de Estudo são redigidas Atas que, após a revisão de todos os presentes no encontro e inclusão, exclusão ou alteração de trechos, são anexadas a relatórios individuais de observação participante. Comentários autorizados dos participantes após os encontros são incorporados aos relatórios. Estes relatórios, ao final do processo seletivo para o qual o grupo está se preparando, embasarão outro relatório técnico e um material pedagógico, a fim de facilitar a continuidade do grupo de estudos após o fim da pesquisa e de incentivar novos grupos em outros projetos.

Além dos produtos gerados e da incorporação teórica de conceitos para a área, a pesquisa pode influenciar outras pesquisas-ação a serem efetivamente atuantes, políticas e esperançosas. Pois “o educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a sua tarefa político-pedagógica” (FREIRE, 2017. p. 110).

Por conta do contexto de pandemia da *covid-19*, as idas a campo foram interrompidas ao final de fevereiro de 2020 e o cronograma alterado. Ainda assim, o contato com os GPs do PEC seguiu via redes sociais diversas (Figura 24) e grupos de estudo. Entretanto, além da pandemia, os GPs sofreram com a troca da empresa terceirizada responsável por sua função. Também por isso, apenas 4 dos GPs inicialmente envolvidos com a pesquisa se mantiveram presentes e em diálogo. Para uma pesquisa participante alicerçada em princípios de real presença e participação dos sujeitos em pesquisa durante a construção da mesma (BRANDÃO, 2006) e considerando a pluralidade de lugares de fala (RIBEIRO, 2018) e de narrativas (SANTOS, 2007; ADICHIE, 2019; KRENAK, 2019) este seria apenas um começo.



**Figura 24** – Instagram e Youtube do GeoTales UNIRIO.

## 6. Considerações “finais”: Cruzar o Terreiro / E levar todo mal / Com a sua marola”<sup>71</sup>

“Ô, gira, deixa a gira girar  
Deixa a gira girar  
Saravá, Iansã  
É Xangô e Iemanjá, iê  
Deixa a gira girar”  
(Os Tincoãs)<sup>72</sup>

Durante o primeiro conturbado período de 2020, cursei a disciplina “História da Ideia de Natureza” com o professor, e referência na Geografia brasileira, Marcelo Lopes de Souza. Pelos meses de estudos e aprofundamento sobre o entendimento da Natureza na academia durante os séculos, estive pensando sobre os guardas-parques, mais especificamente nas ações de educação ambiental criadas e mediadas por eles. Em diversas ações pude perceber o esforço pela desfragmentação dos conhecimentos a serem mediados, como sugere Morin (2002) acerca da construção e sistematização mais próxima à realidade, situada e posicionada. Ao apresentar os espaços de conservação das abelhas brasileiras, mas não necessariamente nativas da Costa Verde, além de contextualizar seu papel para manutenção do meio como as crianças participantes da ação o estão vendo, por diversas vezes os indígenas responsáveis por sua introdução naquele território são mencionados pelos GPs.

Apesar do SNUC em muito dialogar com um senso comum de ambiente natural selvagem e intocado (DIEGUES, 1996) a ser conservado distante de todo e qualquer ser humano. O que Cronon (1996) aponta como equívoco de grande parte da humanidade, os GPs parecem compreender bem. Nas ações de educação ambiental da sede, está nas conduções e explicações a presença humana como construtora daquele espaço, hoje lido como ambiente natural, assim como parece ser consciente o esforço pela significação da sede enquanto lugar não só dos GPs, mas de quem visita, pesquisa, acredita na Conservação como ação aliada o Bem Viver (ACOSTA, 2016). Entender o papel da ideia de Natureza dos GPs nessa construção de símbolos, visto que são eles os atuais guardiões do território para o Estado e para moradores, que os contactam em caso de desmatamento e incêndio para criação de gado, presença de caçadores etc.

No Conselho Consultivo do Parque, formado por representatividades civis, privadas e mistas, pude ouvir de alguns dos conselheiros falas carregadas de elementos contemporâneos

---

<sup>71</sup> Ponto de Nanã na Umbanda, domínio público. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ui2e89EKm08>

<sup>72</sup> Música “Deixa A Gira Girar” de Os Tincoãs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NEsv5GWOsiI>

aos pensadores dos séculos XVI, XVII e XVIII (THOMAS, 2010), entendendo o Parque como local de exercício da autoridade humana sobre os demais seres vivos e não vivos. Exigem dos GPs ações punitivas aos aparentemente subalternizados sitiante que cultivam algo dentro do parque, assim como ações de proteção dos visitantes às serpentes e demais animais que visitam onde hoje é a sede.

De alguma forma, durante esses meses de desenho da pesquisa e observação em campo, acompanhei os GPs transformando o medo e incômodo com o nascimento de um filhote de onça em identificação. Muito perto dali geográfica e bastante distante temporalmente, Cunhambebe disse à Hans Staden não serem iguais, pois Cunhambebe era o Jaguar (TORRES, 2000; SILVA, 2020). Hoje os GPs impedem a caça e a retaliação à mãe onça que eventualmente se alimenta de animais domésticos de moradores de dentro do parque por uma aproximação, principalmente das mulheres conselheiras que comentam sobre o filhote de onça como um “bebê do Parque”, o que me convida a também me encantar pelas diferentes manifestações da presença de Cunhambebe no parque.

Há ainda uma noção similar à presente na discussão de Keith Thomas (2010) sobre a compreensão de certas formas de ser e ver o mundo, alguns conselheiros dão a entender que alguns sitiante e remanescentes quilombolas são mais educados - ou diria, civilizados? - que outros, pois aqueles vão à igreja aos domingos e frequentam (em silêncio) à reunião do Conselho. Isso é dito em voz baixa, em confidência à pesquisadora, que por algum motivo visivelmente pressupõem que pode pensar parecido.

No conselho, GPs costumam auxiliar na apresentação das pautas ou quanto à logística da reunião. Em três das reuniões que estive, as questões ambientais apresentadas ao conselho eram sobre plantas. Os gatos domésticos não castrados estavam se multiplicando e começavam a entrar nos limites do parque. Ainda que um dos GPs tenha iniciado uma resposta, este foi atravessado por um audível “*não é questão para o conselho*”. E não era também, “*questão ambiental*”, ainda que outro GP o tenha entendido assim e se aproximado de quem trouxe a questão buscando indicar soluções. Algumas pessoas começaram a entrar nos arredores do parque para colher jacas sem autorização e isso foi trazido à reunião por uma das representatividades de moradores. Um GP comentou, baixinho, que por ele ofereceriam sacolas a essas pessoas. A resolução de quem tinha a fala no momento e também é responsável por ações e pesquisas em Educação Ambiental no parque foi “*precisamos pensar isso, chamar a polícia talvez, a prefeitura...*”.

Em uma primeira análise, meu olhar crítico para a situação, se ateve a esse reforço de uma narrativa replicada e que perdura até mesmo ali, que aloca os GPs no lugar de

fiscalização, repressão e domesticação do ambiente. Assim como o contraponto, à narrativa dos próprios GPs, cujas soluções costumam ser integradoras e dialógicas. Durante a disciplina cursada com o Professor Marcelo, revisitei meu texto e o reescrevi muitas vezes buscando responder o que seriam questões ambientais para o conselho? O que seria o parque para cada conselheiro ali presente?

Cunhambebe é categorizado pela grande maioria de historiadores que o descreve como um dos primeiros afro-indígenas historicizados no Rio de Janeiro, o primeiro que li sobre. Minhas bisavós são indígenas, duas delas. Uma é preta e foi feita escrava, liberta e se fez professora. Uma, não tive o direito de saber sobre. Meus bisavôs são pretos, três deles. Um é português. Veio com terras prometidas, comprou pessoas, possivelmente minha bisavó, uma das indígenas. Não o reconheço e desde o aceite do meu pré-projeto, prefiro homenagear Cunhambebe como meu ancestral mais próximo. Como ele, optei pela resistência. E não à quem ocupa, mas à quem destrói, consome, não se entende parte porque assim convém.

Profundamente atravessada pelo que isso significa, me posicionei em minha pesquisa e em todos os trabalhos que escrevi e apresentei após a disciplina, a partir da minha ancestralidade conhecida, assim como revivi memórias e inventariei em minhas Escrivências (EVARISTO, 2017), a construção da ideia de Natureza em minha história.

Pude perceber como os GPs parecem buscar em si uma noção de humanidade próxima à descrita por Reclus (1897) como ideal, de inspiração e reflexos do natural para uma sociedade em equilíbrio harmônico aos demais seres, ao todo. O que mais uma vez me levou de volta à redação inicial para repensar o papel dessa categoria na formação e manutenção da ideia de Parque para quem visita, mora, pesquisa... Considerei ainda a questão dos ataques à classe pelo Estado e acolhimento, no caso do PEC, pelos moradores e até mesmo pela própria floresta, dadas histórias que contam dos campos e, apesar de eventuais desventuras, sempre o retorno ser na verdade o início da espera ansiosa por mais um campo.

Schmidt (1972) evoca em falas de Marx a exploração da Natureza como cíclica e indissociável à exploração da humanidade. O que, em minha pesquisa, aprofundou consideravelmente a análise da classe dos GPs em sua apresentação como sujeitos da pesquisa. Os nove guardiões do ambiente natural, preservados a partir da ideia de *wilderness* questionada por Cronnon (1996) e Diegues (1996) e presente no SNUC, são hoje terceirizados e inseridos na lógica neoliberal. A categoria, constantemente atacada e deslegitimada, não consegue se defender só, que dirá efetivamente guardar aproximadamente 39 mil km<sup>2</sup> (INEA, 2015) da mesma lógica que os oprime. E, ainda assim, resistem, lutam e buscam alternativas

às histórias únicas (ADICHIE, 2019) de Parque, Natureza e Conservação das normas propostas por quem os emprega (e aqui não necessariamente me refiro ao Inea).

Neta de Naturezas, percebi durante minhas incursões às ideias de Natureza presente em meus campos que sempre me vi Natureza e nunca precisei pensar sobre isso para sabê-lo, considerá-lo ou buscar mantê-lo. Descrita em círculos familiares (não necessariamente laços sanguíneos, quero dizer) como filha dos ventos, reconheci a responsabilidade em disputar no discurso acadêmico o nome das coisas, o nome que o colonizador deu às coisas. Talvez até mesmo, como em Rivera (2015), disputar pelo lugar de fala (RIBEIRO, 2019) dos espaços.

E, partindo do entendimento e reconhecimento em ser uma das responsáveis também por trazer ao debate as sabedorias de frestas (RUFINO, 2019), decidi pesquisar os GPs do PEC e minha pergunta de pesquisa inicial se tornou um ato ético, estético e político por quem hoje luta pela conservação do espaço que um dia meu parente defendeu.

Vou partir  
Quando amanhecer  
Vou puxar meu bonde daqui  
Meu lugar  
Venho agradecer  
Música não deixa eu mentir...  
(Primeiro de abril, Marechal)<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Música “1º de Abril” de Mc Marechal. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jynQH2uXm\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=jynQH2uXm_o)



## 7. Referências bibliográficas: "humano demais pra não aprender com isso aqui"<sup>74</sup>

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2016. 268p.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 61p.

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Consequência: Rio de Janeiro, 2018. 168p.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 6515 de 22 de Julho de 2008**. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6515.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20dos%20Minist%C3%A9rios,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6515.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20dos%20Minist%C3%A9rios,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 25 out. 2020.

BOFF, Leonardo. **Cuidar da Terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2010. 330p.

BORDA, Orlando Fals. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: Si-

BOUVET, R. *Como habitar o mundo de maneira Geopoética?* Interfaces Brasil/Canadá, 2012. v. 12.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. STRECK, Danilo Romeu. (Organizadores) **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006. 295p.

BRASIL. **Lei 6.938 de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000; **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002; **Decreto nº 5.746**, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: **Decreto nº 5.758**, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2015**. Altera a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação

---

<sup>74</sup> Música “Eu” de Djonga. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VO0f5Q99BD8>

ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória.

BRILHA, J. B. Proposta metodológica para uma estratégia de geoconservação. 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª Edição. São Paulo. Cortez. 2012.

CORDEIRO, Tiago. **Os primeiros brasileiros**. Abril: São Paulo – SP, 2018. 224p.

CORREIA, Maria da C.B. **A observação participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem, Vol. 13 N.º 2 2º Semestre de 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/23968>

COSENZA, Angélica. **Perspectivas das Políticas Públicas para Educação e Formação de Professores/as no Atual Contexto Político Brasileiro**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.15, n.1, 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2020-15125>

COSTA, Rafael Nogueira et al. Imaginamundos: a importância do ato de imaginar como apropriação e ressignificação de si e do mundo. In: COSTA, Rafael Nogueira; SÁNCHEZ, Celso; LOUREIRO, Robson; SILVA, Sergio Luiz Pereira da. Imaginamundos Interfaces entre educação ambiental e imagens. Rio de Janeiro: Nupem Editora, 2021. Cap. 1. p. 27-43.

CRONON, William. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. In: CRONON, William (org.): **Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature**. Nova Iorque e Londres: W. W. Norton & Company. 1996.

DA SILVA, Euzimar Gomes; DA SILVA, Douglas Vieira Rios. **O corpo de guarda-parques em unidades de proteção integral do estado do Rio de Janeiro**. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, v. 3, n. 5, p. 82-93. 2015.

DO AMARAL MELLO, Cecília Campello. Devir-afroindígena: “então vamos fazer o que a gente é”. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 23, n. 23, p. 223-239, 2014.

DOS SANTOS PIRES, Paulo. **A dimensão conceitual do ecoturismo**. Turismo-Visão e Ação, v. 1, n. 1, p. 75, 1998.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200p.

FERREIRA, Claudia Elisa Alves. **O meio ambiente na prática de escolas públicas da rede estadual de São Paulo: intenções e possibilidades**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.48.2012.tde-09042012-102619.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. **História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral.** 2015.

FRASER, Márcia T. D. e GONDIM, Sônia M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia (Ribeirão Preto) v. 14 n. 28, p. 139 -152, 2004.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.102p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1985. 9ª Edição. 79p.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: Teoria e Prática em educação popular.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1989. 2ª Edição. 68p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 55ª Edição. 143p.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais.** Editora Elefante, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora.** em SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Sobre nexos entre espaço, paisagem e território em um contexto cultural.** em SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

HERNÁNDEZ, Efraín León. **A liberdade territorial: a práxis territorial popular na América Latina.** Traduzido por Pâmela Cichoski. Coleção Território e Práxis Popular (v.2). 1ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 120p.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/guarda-parque/> acesso em: 09ov. 2020.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Resolução INEA N° 123 de 11 de Setembro de 2015.** Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba, e dá outras providências.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Resolução INEA N° 125 de 30 de Setembro DE 2015. Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual Cunhambebe.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Resolução INEA N° 125 de 30 de Setembro DE 2015**. Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual Cunhambebe.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Resolução INEA N° 193 de 17 de Dezembro de 2019. **Dispõe sobre o programa de Guardaparques Mirim nas Unidades de Conservação da Natureza administradas pelo estado do Rio de Janeiro, estabelecendo a interação dos jovens com o Meio Ambiente, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/RESOLU%C3%87%C3%83O-INEA-N%C2%BA-193.pdf> acessado em 08 de Novembro de 2020.5

JUNIOR, Nilton Abranches; DE ALMEIDA NETO, Arthur Marques. **Religião, gênero e território: discursos midiáticos da parada gay de São Paulo**. Espaço e Cultura, n. 38, p. 205-224, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras: São Paulo – SP, 2019. 86p.

LAYRARGUES, Philippe P. **Muito além da Natureza: educação ambiental e reprodução social**. Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, p. 72-103, 2006.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós graduação em educação**. Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 149 – 171, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114753>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MELLO *et al.* **Fronteiras: territórios da literatura e da geopolítica**. Porto Alegre: Dublinense, 2019. 144p.

MITTERMEIER, Russel A. et al. **Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil**. Megadiversidade, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, Corpo do Tempo: A construção geográfica da sociedade**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 280p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NASCIMENTO, M.A.L., RUCHKYS, U.A. & NETO V.M. 2008. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. Sociedade Brasileira de Geologia – SBGEO.

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; DA SILVA, Carla Holanda. **Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico/Territory, Territoriality and Territorial Identity: categories for analysis of the dynamics (...)**. Caderno de Geografia, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017.

PAIVA, N.V.M.; ARAÚJO, M.V.P. **Gestão Participativa e ecoturismo em Unidades de Conservação: a voz da comunidade através do Conselho Gestor**. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.11-26.

PINTO, J. B.; ANDRADE, JR de L.; SILVA, C. E. **Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?** Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 2, n. 01, 2009.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. Expressão Popular: São Paulo, 2017. 205p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266p.

RAFFESTIN, C. **Prefácio** traduzido por Roberto Di Sena em SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª Edição. Ri de Janeiro: Consequência, 2015. 164p.

RECLUS, Élisée (1897): **La grande famille**. Le Magazine International, janeiro, p. 8-12 (Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660250.r=reclus.langPT>).

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2002. 3ª Edição. 167p.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

RIO DE JANEIRO, **Decreto nº 41.358 de 13 de Junho de 2008**. Cria o Parque Estadual Cunhambebe e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO, **Decreto Estadual nº 9.802, de 12 de março de 1987**. Cria a Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO, **Portaria INEA/ DIBAPE nº117 de 12 de Julho de 2019**. Estabelece a composição do conselho consultivo do Parque Estadual do Cunhambebe e da Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2015 [2010]): **Pensando desde el nayrapacha: una reflexión sobre los lenguajes simbólicos como práctica teórica.** In: Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político.** Editora Companhia das Letras, 2011.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Traduzido por Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. 126p.

SANTOS, Liláz Beatriz. **M. D.O.S.S.E.L Jardim Sulacap: geopolítica e conservação da Área de Preservação Ambiental do Morro do Cachambi / Liláz Beatriz Monteiro Santos -** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/produtos>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SANTOS, Zenaira. **A descolonização do conhecimento: uma análise da dinâmica territorial em Nego Bispo, um intelectual quilombola.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, p. 4861-4871, 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Entre o rural e urbano, a práxis territorial de libertação** em HERNÁNDEZ, Efraín León. A liberdade territorial: a práxis territorial popular na América Latina. Traduzido por Pâmela Cichoski. Coleção Território e Práxis Popular (v.2). 1ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 120p.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 164p.

SÁ-SILVA, Jackson R; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUIDANI, Joel F. **Pesquisa documental: Pistas históricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Ano I. Volume I. 2009.

SCARANO, Fabio Rubio. **Regenerantes de Gaia.** Desenhos de Lua Kali. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2019. 128p.

SIMAS, Luiz Antonio. **O Corpo Encantado das Ruas.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** Mórula editorial, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo.** 1a ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 112p.

SILVA, Rafael Freitas da. **O Rio antes do Rio**. Belo Horizonte: Relicário, 2020. 4ª Edição. 472p.

SOARES, Carmem Lúcia. (Organizadora) **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. Campinas – SP: Autores Associados, 2016. 279p.

SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. Tradução. São Paulo: Odysseus, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Beiradeando o II SIMGAT: Tapiri 1 (Mesa1): Geografia, Ambiente e Território**. Canal do Simpósio Nacional Geografia Ambiente e Território no Youtube, 2020. Disponível em <https://youtu.be/tUTH55k5JQo>. Acesso em: 19 nov. 2020.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)**. Traduzido por João Roberto Martins Filho. 2ª reimpressão. Companhia das Letras: 2010.

Bartholl, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas** / Timo Bartholl. – Niterói : [s.n.], 2015. 433 f.

TORRES, Antônio. **Meu querido canibal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. 188p.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-ação em Educação Ambiental**. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 3, n. 1, 2008, p. 155-169. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108279>>. Acessado em 10 de Maio de 2020.

VIANA, D.P.C.; UMBELINO, L.F. **O conselho gestor como ferramenta para a gestão participativa de unidades de conservação**. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.7, n.3, p.40-58, 2016.

Y COSTAS, Gundo Rial. **Dos novos meios às novas mediações: o ensino remoto nos tempos da pandemia**. Comunicação & Educação, v. 26, n. 1, p. 145-155, 2021.

WHITE, Kenneth. **O grande campo da Geopoética: textos fundadores**. Traduzido por **Márcia Marques-Rambourg**. disponível em <https://www.institut-geopoetique.org/pt/textos-fundadores/56-o-grande-campo-da-Geopoética> Acesso em: 19 nov. 2020.

## 8. Apêndices: “se tiver mandado, volta de ré”<sup>75</sup>

Apêndice A. Encruzilhadas Geopoéticas no manejo de trilhas em Unidades de Conservação. In: Livro do VII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial, 2021. (capítulo de livro)

Apêndice B. Resistência Cunhambebe: da colonização ao apagamento histórico. In: Anais I Congresso Científico Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CK9w86Yp810/>. (Apresentação em evento, formato de comunicação oral síncrona em novembro de 2020 e resumo expandido)

Apêndice C. De Cunhambebe ao Inea: Encruzilhadas para um conselho em território ancestral. In: Livro do II Seminário Internacional sobre Democracia, Cidadania e Estado de Direito - Democracia, Totalitarismo e Gestão Institucional (Universidade de Vigo/ Galícia, Espanha), 2020. Disponível em <https://sideciad.com/publicacoes/>. (trabalho completo)

Apêndice D. A Pedagogicidade dos espaços protegidos da Costa Verde: A práxis na ideia de Conservação das Universidades. In: IV Seminário Nacional de Integração da Rede ProFCIAMB (Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia - UEFS), 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rdsml15f4rI0&feature=youtu.be>. (Apresentação em evento, formato de comunicação oral assíncrona em vídeo, em 26 e 27 de Novembro de 2020, resumo expandido).

Apêndice E. Potenciais pedagógicos da Escrivência na identificação de racismo ambiental. In: IV Seminário Nacional de Integração da Rede ProFCIAMB (Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia - UEFS), 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rdsml15f4rI0&feature=youtu.be>. (Apresentação em evento, formato de comunicação oral assíncrona em vídeo, em 26 e 27 de Novembro de 2020, resumo expandido).

Apêndice F. Desporto da Floresta: por uma Orientação Geopoética nas Unidades de Conservação. (Artigo submetido ao periódico “Temas em Educação Física Escolar do Colégio Pedro II”, em Dezembro de 2020)

---

<sup>75</sup> Música “Vida Louca” de MC Poze disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xAM51Ovpr9M>



Apêndice G. Apresentação do Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação. Revista Ecoturismo & Conservação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2020. Nele, descrevo a Oficina de Apresentação do Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação para os GPs. Desde o contexto em que ela surge como demanda dos GPs do PEC, passando pelos métodos em formato participativo até às demandas que surgem dela, sendo a mais urgente, uma próxima oficina. Essa segunda oficina aconteceu ao final de Janeiro de 2020 e ainda não foi submetida. Nesse segundo momento, também a pedido dos GPs, falamos sobre o método de Levantamento Bibliográfico Sistemático voltado ao uso profissional dos GPs para assuntos da UC e para escrita de projeto. A oficina, em formato teórico-prático, atendeu aos GPs do PEC e a um GP do Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS) que participou da primeira e na segunda, esteve presente via chamada pelo Facebook. (Seção Técnica, Produto Bibliográfico Técnico/tecnológico)

Apêndice H. Cartilha “Pesquisa-Ação em UCs: Ciência Coletiva pela Conservação da Natureza” - associada ao GT Pesquisa e(m) Ação da UFF. (Material Didático)

Apêndice I. Cartilha “Georreferenciamento, Geopoética e Ética Ambiental em cruzo pela prevenção de incêndios florestais no Parque Estadual Cunhambebe (Material Didático)

Apêndice J. Cartilha “Naturezas Coletiváveis”

Apêndice L. Cartilha “Metodologias do Afeto pela Conservação da Natureza”

Apêndice M. Minicurso SIMPEC (Corpos-territórios e territórios-corpos-Natureza em Conservação: um convite ao habitar-se + Freire e a Geopoética: do Acolher ao Convidar à Conservação da Natureza). Disponível em: <https://youtu.be/gQgxKxe7aM8> e <https://www.youtube.com/watch?v=T1zoowhrUiM> Neste minicurso, diversas(os) discentes atuais e egressos(as) do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (@ppgecUNIRIO) e convidadas do grupo de estudos Saberes de Fresta – GESF, do @GeoTales UNIRIO (Camila Reis, Bernardo de La Vega, Hanna Cruz, Ítalo de Paula Casemiro, Tamires Matschuck, Sara Muranka, Lidiane Santos) apresentam suas perspectivas a partir das pesquisas e vivências próprias sobre os desafios e possibilidades ecoturísticas em Unidades de Conservação.

Apêndice N. Minicurso no 1ª SACEPI IFRJ Campus Maracanã - SEMANA VIRTUAL DE ARTE, CULTURA, EXTENSÃO, PESQUISA e INOVAÇÃO. Pesquisadoras

e atuantes no @GeoTales, a Mestranda Camila Reis e sua orientadora Prof. Dra. Luiza Ponciano, junto aos mestrandos da Turma 2019 @ppgecunirio Hanna Cruz, Ítalo de Paula Casemiro, Tamires Matschuck, Sara Muranka e Carlos Vinicius de Laia, apresentam o minicurso "Unidades de Conservação: olhares sobre desafios e possibilidades ecoturísticas" que será realizado durante o I Simpósio de Ecologia e Conservação promovido pela #UNIRIO.

Apêndice O. Lista de lives:

Sobre a ciência das Ciências: saber, fazer e saber fazer

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_P2ctNPixJY](https://www.youtube.com/watch?v=_P2ctNPixJY)

Racismo Ambiental e os jogos da baixada: a geopoética das várzeas do lúdico

<https://www.youtube.com/watch?v=h9HW0EnElos>

Territorialidades do brincar: o terreiro, a rua e janelas pr'um quintal de sal e sol e mar!

<https://www.youtube.com/watch?v=OLUsix2mhEA>

Bioculturalismo Preto: O Papel da Biologia na Valorização de uma Ciência Antirracista

<https://www.youtube.com/watch?v=nMCNdNqygN0>

Potenciais Pedagógicos Da Escrivivência Na Identificação De Racismo Ambiental

<https://www.youtube.com/watch?v=qJtyppYf55Y>

Roda de conversa Ecoturismo, Conservação e Covid 19 (PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO em Ecoturismo e Conservação – PPGEC/UNIRIO)

<https://www.youtube.com/watch?v=rbdlx8hcrZY>

Roda de Conversa com a Extensão Universitária (GEOTALES / GESF)

<https://www.youtube.com/watch?v=xmGsvvO2FCc>

A Pedagogicidade Dos Espaços Protegidos Da Costa Verde

<https://www.youtube.com/watch?v=rdsml5f4rI0>

VI Workshop GeoHereditas - A Geoconservação no contexto socioambiental

<https://www.youtube.com/watch?v=08ZQUWPKSuY>

PPGEC pelo olhar do discente - Parte I

[https://www.instagram.com/tv/CGLBQh3JRpW/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/CGLBQh3JRpW/?utm_medium=copy_link)

Festival afroempreendedor - DIA 02 -- Mesa: "Atuando na Questão Climática"

[https://www.youtube.com/watch?v=m-BrMmDU\\_Ns](https://www.youtube.com/watch?v=m-BrMmDU_Ns)

Live: Diálogo Favela e Academia: Caminhos Necessários para Educação Ambiental

<https://www.youtube.com/watch?v=fzUCowACGQM>

Barbosão: Futebol, Resistência e Lazer

<https://www.youtube.com/watch?v=SNhR6ZH0I3E>

Movimento Orgânico - Capoeira, Yoga e Tai Chi Chuan - Festival do Conhecimento UFRJ - 2021

<https://www.youtube.com/watch?v=hlnEQkVAdpk&t=32s>

Apêndice P. Música “Já Estive Aqui” – Autoria: Natu R & R Alaafin (2021)

Apêndice Q. Participação em concurso de escrita. Eu, Yoguini, Sujeita Pesquisadora. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B-wk\\_tfJfNS/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/B-wk_tfJfNS/?utm_medium=copy_link)

Apêndice R. Resumo nos Anais do VI Workshop GeoHereditas: Geoconservação no contexto socioambiental – respeitar a diversidade, ampliar a equidade e promover a inclusão promovido pela Universidade Federal de São Paulo. Territórios na / da Geoconservação no contexto socioambiental: uma reflexão sobre a teoria e a prática dos Geoparques. Disponível em: [https://www.instagram.com/tv/CM5YO5bpM9Y/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/CM5YO5bpM9Y/?utm_source=ig_web_copy_link)

Apêndice S. Resumos nos Anais do II Colóquio LEPoLiTC, do Laboratório de Estudos sobre Política, Território e Cultura promovido pela Universidade de Campina Grande (UFCG), 2020. (1) Decolonialidades pelo afeto dos *corpus* Natureza em Liniker e Os Caramelows. (2) Viver de ir: da crise, pelo não lugar à resiliência no rap. (3) Lugar de fala: zona de sacrifício Campos Elíseos. (Apresentação em evento, formato de comunicação oral síncrona em 2020 e resumos simples)

Apêndice T. Resumos nos Anais do 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. (1) “Se tem o dobro, convide”: uma experiência de partilha na pós-graduação, (2) Ecologia de Saberes: Pós-Graduação, Unidades de Conservação e responsabilidade social (Apresentação em evento, formato de comunicação oral síncrona em março de 2021 e resumos simples)

Apêndice U. Resumos enviados ao 10º SIGABI - Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de 09 a 11 de novembro de 2021. <https://www.even3.com.br/10sigabi/> (1) Antropoceno, Popularização da ciência e conservação da natureza: beats do convívio com a covid-19 (2) Parque Estadual

Cunhambebe: prevenção de incêndios florestais na educação para a conservação da natureza (3) Escrevivendo a Cidade de Deus: conservação da natureza a partir do projeto Eco Rede.

Apêndice V. Resumos enviados ao Festival Ecologia dos Saberes, na UNIRIO, nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2021. <http://www.unirio.br/news/festival-ecologia-dos-saberes> (1) Conservação da natureza a partir de um quintal geopoético: popularização dos geoparques (2) Pintados de sal e sol: conservação da natureza pelos corpos-territórios e seus cantares à beira mar (3) Cartografias de cruzos: uma experiência de corpos-territórios em movimento e saberes do encontro de pesquisa-ação e ação-pesquisadora.

Apêndice X. Resumos enviados e aprovados no EGAL - XVIII Encuentro de geografías de américa latina y VIII Congreso nacional de geografía de universidades públicas de la república argentina: construyendo saberes emancipatorios desde y para los territorios, 30 de noviembre al 4 de diciembre del 2021, Córdoba, Argentina. (1) Escrevivências geopoéticas da conservação enquanto natureza: das montanhas do vale pedra branca – mendanha, camará! (2) Das Montanhas aos Quintais, a Geografia de uma Natureza educadora (3) Conservação da natureza a partir de um quintal geopoético: paisagens que educam e contam histórias (4) Descolonizar a conservação da natureza pelo carregamento das águas afetivas: sementes da ética do cuidado (5) Encantar-se dos corpos-territórios da e na conservação: territorialidades em encruzilhadas geopoéticas.

Apêndice Z. Oficina Guetos geopoéticos da conservação: culturas marginais e suas naturezas (talleres de realización de propuestas pedagógicas-didácticas) enviada e aprovada para realização no EGAL - XVIII Encuentro de geografías de américa latina y VIII Congreso nacional de geografía de universidades públicas de la república argentina: construyendo saberes emancipatorios desde y para los territorios, 30 de noviembre al 4 de diciembre del 2021, Córdoba, Argentina.